

3

DC - PERBIBROS - FUMC
Class: 200/3
Recbido: 30-5-80

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia
Universidade Católica de Campinas

ANO XI — Nº 97

OUT./DEZ./1979

COMENTÁRIOS

BICENTENÁRIO DE SAINT-HILAIRE

Odilon Nogueira de Matos

O dia 4 de outubro p. passado assinalou o transcurso do bicentenário do nascimento de Auguste de Saint-Hilaire, de quem se poderá dizer ter sido o maior de quantos viajantes estrangeiros nos visitaram no século passado, se não pela sua obra científica — pois sob este aspecto outros o superaram — mas pelo que nos parece mais importante, ou seja pela sua extraordinária capacidade, que demonstrou de sobra, de compreender e sentir o país visitado. Isto faz com que os relatos de viagem que nos legou constituam fontes imprescindíveis para o conhecimento de nossa terra na época em que a percorreu. Nascido em Orléans em 1779, na mesma cidade faleceu em 1853. Destinado inicialmente à carreira comercial, acabou se interessando pelas ciências naturais, particularmente pela botânica, e foi a esta área científica que vinculou seu nome, sobretudo pelos estudos referentes à flora de nosso país. Após viajar seis anos pelo Brasil, regressou à França e consagrou o resto de sua vida ao estudo do formidável material recolhido e à elaboração de suas memórias científicas e dos relatos de suas viagens. Membro correspondente da Academia das Ciências desde 1819, tor-

nou-se titular em 1830 com a morte de Lamarck. Lecionou na Faculdade de Ciências de Paris, e tem o seu nome ligado a duas famílias botânicas novas e a um número considerável de gêneros e de espécies, que foi o primeiro a descrever. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. De volta ao seu país, continuou mantendo correspondência com numerosos amigos que aqui deixou, vinculados todos a entidades culturais, como, entre outros, o Visconde de São Leopoldo. Aliás, a propósito de sua correspondência com o então Secretário do Instituto Histórico, conhece-se a carta que lhe escreveu em 7 de novembro de 1839 recomendando um jovem médico polonês refugiado na França e que desejava muito vir para o Brasil, o que, de fato, aconteceu pouco depois. Chamava-se Czerniewitz e mal chegando ao Brasil naturalizou-se e adaptou seu nome à grafia e ao sabor de nossa língua, passando a assinar Pedro Luís Napoleão Chernoviz, nome que se tornou, em certa época, um dos mais conhecidos no país, devido ao seu manual de medicina popular, divulgadíssimo no Brasil todo, alcançando várias edições e encontrado até no mais remoto sertão.

Saint-Hilaire esteve no Brasil de 1816 a 1822, percorrendo-o do Distrito Diamantino e das terras goianas até o extremo sul. Retornou à França em agosto de 1822, duas semanas apenas antes de nossa Independência. Por pouco, pois, teria presenciado o acontecimento magno de nossa história. Ao contrário de todos os outros viajantes, sempre afoitos em publicar os relatos de suas viagens mal chegavam aos seus países, Saint-Hilaire demorou quase dez anos para empreender a publicação de sua obra. O que fez ao chegar à França, isto sim, foi apresentar um relatório à Academia das Ciências contendo um "aperçu" de suas viagens, resumo este publicado em 1823 no tomo IX das "Mémoires du Museum d'Histoire Naturelle" e tirado, em separata, no mesmo ano. Mas a publicação sistemática de sua obra ele só a empreendeu a partir de 1830, tarefa em que gastou mais de vinte anos e não a terminou, pois a última parte de seu relato, a Viagem ao Rio Grande do Sul ficou inédita e só foi publicada trinta e quatro anos após o seu falecimento. Durante os vinte anos que gastou na elaboração e publicação de suas "Viagens", o grande sábio não só fez amadurecer seus apontamentos, como teve oportunidade de conhecer praticamente tudo o que se publicou sobre o Brasil nesse entretanto. Eis por que seus relatos têm um embasamento bibliográfico que não se encontra em nenhum outro viajante. E eis por que, também, sua obra se tornou de consulta obrigatória para quem quiser conhecer o Brasil daquela época já bem recuada em que o ilustre botânico o visitou. Enfileiram-se os nove volumes de suas andanças pelo Brasil entre as maiores obras da literatura de viagens de todos os tempos. Soube compreender o Brasil como ninguém, razão pela qual seu nome é sempre invocado quando se trata de evocar coisas de outrora. Pode ser, inclusive, e já o tem sido feito com justa razão incluído entre os grandes vultos de nossa historiografia, pois as síntese-

ses históricas que traçou ao iniciar cada uma das diversas partes de suas viagens inserem-se entre as melhores páginas de nossas letras históricas. Eis por que Max Fleiuss, na galeria de retratos dos grandes historiadores do Brasil com que abre suas “Apostilas de História do Brasil”, coloca-o ao lado de Southey e de von Martius. E eis por que Rubens Borba de Moraes — que não é homem de elogio fácil — chega a afirmar na excelente síntese biográfica que esboçou para a sua tradução da “Viagem à Província de São Paulo”, que o resumo de história paulista traçado por Saint-Hilaire é dos melhores que possuímos. E é ainda o mesmo tradutor quem afirma: “Saint-Hilaire tinha no mais alto grau a rara qualidade num viajante: procura explicar com simpatia o que parece esquisito e inexplicável à primeira vista. Para isso não se esquece da grande mestra, a história, e antes de descrever uma província, conta a sua história.” “Nada escapa ao escrupuloso viajante — diz ainda o tradutor da “Viagem à Província de São Paulo.” Quando cita um algarismo que colheu *in loco*, não se esquece de retificá-lo com dados mais modernos hauridos no último relatório que recebera. Sobre os outros viajantes apressados, leva a vantagem de conhecer a língua do país e não se enganar na grafia dos nomes próprios, cuja origem tupi não esquece de anotar, citando autores. E para rematar a citação: “O que é mais de admirar, talvez, em Saint-Hilaire, é a compreensão e a simpatia pela gente que vivia espalhada por essas terras quase desertas do Brasil de então.”

Dotado de extraordinário espírito de observação, de fato, nada lhe escapava. Tinha interesse especial pelos problemas relacionados com o uso da terra e com a agricultura em geral, mas não desprezava os variadíssimos aspectos humanos (religiosos, culturais, sociais) com que deparava nas suas viagens, da mesma forma que são modelares as descrições das cidades que visitava. Eis por que seus livros são verdadeiros tratados gerais, se não do Brasil todo, pelo menos das regiões que percorreu.

Ao estudar a história paulista, no excelente resumo que precede seu relato e que foi tão valorizado por Rubens Borba de Moraes, impressionou-se com o movimento bandeirante, para o qual só encontraria explicação se os paulistas pertencessem a uma raça de gigantes. Eis o texto, verdadeiramente antológico, onde se insere a expressão que tanto nos enche de orgulho:

“O interior do Brasil não foi sempre cortado por estradas e semeado de habitações hospitaleiras. Tempo houve em que não havia nenhuma cabana no mesmo, nenhum vestígio de cultura, só havendo as feras que lhe disputavam o domínio. Os paulistas palmilharam-no em todos os sentidos. Esses audaciosos aventureiros, como se verá mais para diante, pormenorizadamente, penetraram por diversas vezes até o Paraguai; descobriram a província do Piauí, as minas de Sabará e de Paracatu; entraram nas vastas solidões de Cuiabá e Goiás, percorreram a província do Rio Grande do Sul; chegaram, em o norte do Brasil,

até o Maranhão e o rio Amazonas; e, tendo transposto a cordilheira do Peru atacaram os espanhóis no centro de suas possessões. Quando se sabe, por experiência própria, quantas fadigas, privações, perigos ainda hoje aguardam o viandante que se aventura nessas longínquas regiões e se toma conhecimento do itinerário das intermináveis excursões dos antigos paulistas, sente-se uma espécie de assombro, tem-se a impressão de que esses homens pertenciam a uma raça de gigantes.”

Os relatos de suas viagens, Saint-Hilaire publicou-os, como já foi dito, a partir de 1830. Nesse ano apareceu a primeira parte — **Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes** — em dois volumes (Paris, Grimbert et Dorez); seguiram-se: 1833, a segunda parte — **Voyage dans le District des diamants e sur le littoral du Brésil** — também em dois volumes; o relato desta viagem vinha acompanhado, conforme explicitava o título, “des notes sur quelques plantes caracteristiques et d’un précis de l’histoire des revolutions de l’Empire du Brésil, depuis le commencement du règne de Jean VI jusqu’à l’abdication de D. Pedro” (Paris, Gide); a terceira parte — **Voyage aux sources du Rio S. Francisco e dans la Province de Goyaz** — , também em dois volumes, é de 1847/48 (Paris, Arthus Bertrand), e finalmente, em 1851, a última parte, igualmente em dois volumes, contendo a **Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine** (Paris, Arthus Bertrand).

Além destes relatos de viagem, deixou mais de quinze obras botânicas, entre elas a **Flora Brasiliae Meridionalis**, que publicou entre 1824 e 1834 e para a qual contou com a colaboração de Jussieu e Cambessedes; e a **Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay**, cujo capítulo introdutório, extenso de 66 páginas, encerra um “Esquisse des voyages de l’auteur, considérés principalement sous le rapport de la botanique”. Deste “esquisse”, que nunca foi traduzido, existe uma edição avulsa publicada em 1946 pela revista norte-americana “Chronica Botanica”, porém no texto original francês.

Ficou inédita, como também já foi dito, a última parte de sua obra, a **Voyage à Rio Grande do Sul**, só publicada em 1887 (Orléans, H. Herluison), num só tomo, aliás bem mais volumoso que os demais, mas que destoa de todos os outros pela frequente deturpação dos nomes portugueses e indígenas, o que é deveras estranho, quando se sabe que o autor conhecia muito bem a nossa língua e demonstrou sempre muito cuidado com os termos indígenas, como o provam os relatos que ele próprio publicou. Isto faz crer — a conjectura é de Afonso de Taunay — que o botânico tivesse letra muito ruim e o responsável pela edição postuma — um certo R. de Dreuzy, de cujo relacionamento com Saint-Hilaire nada sabemos — não conhecendo o português, não tivesse condições para a necessária revisão.

Esse volume sobre o Rio Grande do Sul, dedicado por R. de Dreuzy ao Conde d’Eu, contém também o relato da viagem pela Província Cisplatina, na época pertencente ao Brasil e que o autor visitou, retornado ao Rio Grande para percorrer a Campanha e a Região das Missões, vindo, depois, para Porto

Alegre. A esse volume, que na realidade deveria chamar-se “Viagem ao Rio Grande do Sul e Província Cisplatina” (para melhor explicitação do título) foi acrescentado o relato de uma segunda viagem a Minas Gerais e a São Paulo, realizada por Saint-Hilaire depois de retornar ao Rio de Janeiro, e que constituem os seis últimos capítulos (23 a 28) do volume, trazendo o seguinte título: “*Livre du voyage que j'ai entrepri de faire de Rio de Janeiro a Villa Rica et de Villa Rica a S. Paul, pour aller chercher les 20 caisses que j'ai laissées dans cette dernière ville*”. Consta, ainda, deste volume um retrato de Saint-Hilaire e um mapa indicando o itinerário das cinco viagens por ele empreendidas no interior do Brasil pelo grande sábio.

Saint-Hilaire esteve, de fato, duas vezes em São Paulo. A primeira, em 1818, quando veio de Goiás e tomou a direção do sul do país. Ao partir, deixou na capital paulista numerosas caixas de amostras botânicas, na intenção de apanhá-las quando retornasse. Todavia, do Rio Grande do Sul achou mais conveniente voltar diretamente ao Rio de Janeiro por via marítima, donde a necessidade de empreender outra viagem a São Paulo a fim de buscar suas caixas. Partindo do Rio de Janeiro em fins de janeiro, retornou em princípio de maio de 1822. Na ida, passou pelo sul de Minas e, descendo a Mantiqueira, chegou ao vale do Paraíba, pelo qual veio a São Paulo. Não foi até Ouro Preto, como o título do relato indica. Na volta, repetiu o itinerário até Guaratinguetá, e depois Areias, Bananal, São João Marcos, Itaguaí e Santa Cruz, já nos arredores do Rio de Janeiro. Afonso de Taunay, considerando o interesse desses capítulos relativos à segunda viagem a São Paulo constantes do volume sobre o Rio Grande do Sul, deu-lhes individualidade, traduzindo-os e fazendo-os publicar em 1932, como um dos primeiros volumes da então recém-criada coleção “*Brasíliana*”, da Companhia Editora Nacional. Daí ter dito, de certa feita, que a “*Brasíliana*”, ao editar a obra de Saint-Hilaire, começou...pelo fim.

É uma pena que não se tenha feito tradução dos relatos de viagem de Saint-Hilaire atendendo-se sempre ao plano da edição original francesa. Isto só se fez com a primeira e a terceira partes, nas magníficas traduções de Clado Ribeiro de Lessa. Nas outras duas partes, a obra foi sendo fragmentada, com traduções parciais relativas aos estados interessados: Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo.

A primeira edição de Saint-Hilaire em português apareceu em 1922, um pequeno volume intitulado **São Paulo nos tempos coloniais**, traduzido por Leopoldo Pereira e editado por Monteiro Lobato. Continha o resumo da história de São Paulo e apenas a parte descritiva das cidades paulistas visitadas pelo viajante, extraídas da ***Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine***. Quase todo o resumo histórico, chamado pelo tradutor de **Sinopse**, correspondendo às primeiras setenta e duas páginas da edição original, fora publicado, em capítulos, em três números (73, 74 e 75, correspondentes a janeiro, fevereiro e

março de 1922) da preciosa **Revista do Brasil**, fundada e dirigida por Monteiro Lobato, e uma nota da redação apresentava a seguinte justificativa: “Tão citada quanto pouco conhecida, a obra do sábio francês é uma preciosidade, que passamos a vulgarizar, certos de que os leitores a acolherão com júbilo”. Mas a vulgarização na revista, como dissemos, interrompeu-se mesmo sem concluir a introdução histórica. Entendeu a editora — aliás mui acertadamente — tirar a obra em livro em vez de publicá-la parceladamente em capítulos, o que demandaria pelo menos um ano.

Leopoldo Pereira era um conhecido professor e humanista de Belo Horizonte, a quem se devem excelentes traduções de textos clássicos, como, entre outros, a “Eneida”, de Virgílio, e as “Metamorfoses”, de Ovídio. Num prefácio datado da capital mineira, de 1921, o tradutor justificava seu trabalho e reconhecia que, de fato, teria sido mais interessante traduzir a obra toda, mas não tendo condições de o fazer, limitava-se a colher o que lhe parecia mais atraente e instrutivo, dedicando-o “aos habitantes do vizinho Estado”. Informava, ainda, que deixava de traduzir a parte referente à então Comarca de Curitiba, para que constasse do livro somente o que interessasse a São Paulo. E rematava seu prefácio com estas palavras: “Verão por ele os paulistas, comparando com o estado atual de sua civilização o de um século atrás, quanto andaram nesse período de sua história e com quanta razão podem orgulhar-se de seus esforços”.

Com todas as suas deficiências, o pequeno volume de 1922, traduzido pelo escritor mineiro e editado por Monteiro Lobato, foi, por muitos anos, o único texto de Saint-Hilaire disponível em livro, em nossa língua. Foi por ele, bem o podemos dizer, que quase todos nós nos iniciamos na obra do grande viajante, pois suas edições originais já na época eram raríssimas, ao alcance, pois, de uns poucos privilegiados. A tradução completa da parte relativa a São Paulo só apareceria em 1940, na já citada tradução de Rubens Borba de Moraes, como volume segundo da preciosa “Biblioteca Histórica Brasileira”, da Livraria Martins Editora. Foi uma pena que Rubens Borba de Moraes houvesse detido sua tradução em Itararé, deixando de lado o Paraná, que, na época de Saint-Hilaire, fazia parte de São Paulo. Nem caberia a alegação de que a parte relativa ao Paraná já havia sido traduzida, pois se tratava de volume de circulação restrita e já bastante raro na época em que Rubens Borba de Moraes empreendeu sua tradução.

Pouco depois do pequeno volume editado por Monteiro Lobato, Adroaldo Mesquita da Costa, escritor e político riograndense que foi Ministro da Justiça no governo Dutra, traduziu a “Viagem ao Rio Grande do Sul”, que publicou em capítulos na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul” entre 1922 e 1926. Não tenho notícias se, desta tradução, chegou a ser feita separata, pois a conheço apenas nas páginas da revista. Esta mesma “Viagem ao Rio Grande do Sul” mereceu nova tradução, por Leonam de Azeredo Pena, publicada

em 1935, pela antiga Editora Ariel, do Rio de Janeiro, numa edição comemorativa do centenário da Revolução Farroupilha. É significativo que a obra de Saint-Hilaire tenha sido escolhida para essa finalidade específica de assinalar o centenário de episódio tão caro aos riograndenses.

Em sua tradução, Leonam de Azeredo Penna omitiu os oito capítulos (VI a XIII) referentes à antiga Província Cisplatina e que correspondem a cerca de 150 páginas da edição original. Constituem, assim, estes oito capítulos a única porção dos relatos de viagem de Saint-Hilaire ainda não traduzidos em nossa língua. Seria de muito interesse se alguma editora (e aqui fica a sugestão) promovesse a tradução deles e os publicasse em volume, completando-se, desta maneira, a obra do grande viajante em língua portuguesa. Se hoje as paragens uruguaias constituem outro país, na época de Saint-Hilaire pertenciam ao Brasil e ao nosso país permaneceram unidas até quase o fim do Primeiro Reinado.

Pouco antes desta edição “farroupilha”, em 1931, David Carneiro, de Curitiba, publicava a tradução da parte relativa ao Paraná, numa edição modesta, de feia apresentação e tiragem limitada, tornando-se, por isto mesmo, bastante rara. Dela foi feita, em 1938, nova tiragem com idêntica paginação, mas com indicação de outra editora e o título modificado. Enquanto a primeira intitulava-se **Viagem no interior do Brasil: quarta parte, relativa ao atual Estado do Paraná**, a segunda simplificou o título para **Viagem na Comarca de Curitiba em 1820**, que é como se denominavam, na época, as terras paranaenses. Deve-se mencionar, a título de informação bibliográfica, o aparecimento em 1937 de pequeno volume impresso pelas oficinas do “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, contendo a tradução pelo historiador fluminense José Mattoso Maia Forte dos capítulos relativos ao Rio de Janeiro das partes primeira e terceira da edição original de Saint-Hilaire. Volume, ao que parece, também de circulação restrita e que se tornou tão raro quanto os de David Carneiro sobre o Paraná. Todos esses volumes avulsos de Saint-Hilaire só nos lembramos de os ter visto em livrarias apenas uma vez, que foi quando os adquirimos, há bem mais de trinta anos.

À coleção “Brasíliana”, feliz iniciativa de Fernando de Azevedo e atualmente dirigida por Américo Jacobina Lacomte, e que iniciou suas publicações em fins de 1931, coube editar todos relatos de viagens de Saint-Hilaire (com a já mencionada exceção da “Viagem à Província de São Paulo”), pois mesmo a “Viagem ao Rio Grande do Sul”, publicada originalmente pela Editora Ariel, no centenário farroupilha, acabou sendo reeditada na importante coleção da Companhia Editora Nacional. O último volume a ser publicado data de 1964 e contém uma nova tradução da “Viagem à Comarca de Curitiba”. Contribuíram para a divulgação de Saint-Hilaire em português os seguintes tradutores: Afonso de Taunay (Segunda viagem a São Paulo), Carlos da Costa Pereira (Viagens a Santa

Catarina e ao Paraná), Carlos Madeira (parte sobre o Espírito Santo), Clado Ribeiro de Lessa (as partes primeira e terceira da edição original), Leonam de Azeredo Pena (A Viagem ao Distrito dos Diamantes e o volume sobre o Rio Grande do Sul) e, fora da coleção “Brasiliiana”, Leopoldo Pereira, Adroaldo Mesquita da Costa, David Carneiro, José Matoso Maia Forte e Rubens Borba de Moraes, já citados.

Todos os volumes da “Brasiliiana” – e os anteriores mais ainda – são hoje raridades bibliográficas, pois a Companhia Editora Nacional nunca se interessou em reeditá-los. Por muitos anos ficou Saint-Hilaire ausente das livrarias, até que a Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo, decidiu-se a reeditá-los, às vezes utilizando as mesmas traduções da “Brasiliiana”, no mais das vezes recorrendo a outras traduções. São nove volumes de excelente apresentação que integram a coleção “Reconquista do Brasil”, todos eles trazendo apresentação de Mário Guimarães Ferri, botânico eminente, antigo reitor da Universidade de São Paulo e atualmente diretor da Editora da mesma Universidade. Por estas novas edições são responsáveis os tradutores Leonam de Azeredo Pena (que já figurava na “Brasiliiana”), Milton Amado, Vivaldi Moreira e Regina Regis Junqueira.

Assim, dispomos novamente de Saint-Hilaire. Leiam-no os que quiserem conhecer o Brasil, pois, por incrível que pareça, muitas de suas páginas são ainda atuais. E faz um bem extraordinário verificar como o grande viajante soube sentir nossa terra e nossa gente. A ocorrência de seu bicentenário é, por isto mesmo, uma efeméride bem brasileira, comemorada por todas as grandes entidades culturais do país.

BIBLIOGRAFIA DOS RELATOS DE VIAGEM DE SAINT-HILAIRE

1. Edições originais

- 1823 – *Aperçu d'un voyage dans l'intérieur du Brésil, la Province Cisplatine et les Missions dites du Paraguay*. Paris, A. Belin, 1823. 73 págs. (Separata do tomo IX, 5º ano, das “Mémoires du Museum d'Histoire Naturelle)
Notice sommaire des voyages de M. Aug. de St. Hilaire dans le Brésil.
“Nouvelles Annales des Voyages”, XVII.
- 1824 – *Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay; comprenant leur description et des dissertations sur leurs rapports, leurs usages, etc.* Paris, A. Belin, 1824. LXVI + 340 págs. (Apesar de trazer a indicação “Tome premier”, foi o único publicado).

Nota: O capítulo introdutório a esta obra (págs. 1 a 66) intitula-se “Esquisse des voyages de l’auteur, considérés principalement sous le rapport de la botanique”; dele fez-se uma publicação avulsa na revista norte-americana “Chronica Botanica” (vol. 10, nº 1, 1946, Waltham, Mass.), com ensaio introdutório de Anna E. Jenkins, 61 págs.

- 1830 – Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. Paris, Grimbert et Dorez, 1830. 2 vols. (“Voyages dans l’intérieur du Brésil”, première partie)
- 1833 – Voyage dans le district des diamants et sur le littoral du Brésil, suivi de notes sur quelques plantes caractéristiques et d’un précis de l’histoire des révolutions de l’Empire du Brésil, depuis le commencement du règne, de Jean VI jusqu’à l’abdication de D. Pedro. Paris, Gide, 1833. 2 vols. (“Voyages dans l’intérieur du Brésil”, seconde partie).
- 1842 – Les sources du Rio de S. Francisco (fragment). Paris, Arthus Bertrand, 1842. 16 págs.
- 1847/8 – Voyage aux sources du Rio de S. Francisco et dans la Province de Goyaz. Paris, Arthus Bertrand. 1847/8. 2 vols. (“Voyages dans l’intérieur du Brésil”, troisième partie).
- 1850 – Voyage dans l’intérieur du Brésil. Bruxelles, Delavigne et Callewaert, 1850. 2 vols. (O segundo volume foi editado por Méline, Cans et Cie., Bruxelles).
- 1851 – Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine. Paris, Arthus Bertrand. 1851. 2 vols. (“Voyages dans l’intérieur du Brésil”, quatrième partie).
- 1851 – Tableau général de la Province de Saint-Paul. Paris, Arthus Bertrand, 1851. (Extrato do volume anterior)
- 1887 – Voyage à Rio Grande do Sul (Brésil). Orléans, H. Herluison, 1887. 645. (Contém retrato de Saint-Hilaire, um mapa de suas viagens e dedicatória ao Conde d’Eu pelo responsável pela edição, R. de Dreuzy).

2. Edições em português

- 1922 – São Paulo nos tempos coloniais. Trad. de Leopoldo Pereira. São Paulo Monteiro Lobato & Cia., 1922. 234 págs.

(Trata-se de uma tradução abreviada, contendo apenas a “sinopse histórica” e a parte descritiva das cidades paulistas visitadas pelo autor).

1922/26 — Viagem ao Rio Grande do Sul. Trad. de Adroaldo Mesquita da Costa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, nos 5, 8, 13/14, 17/18 e 21/22. Porto Alegre, 1922/1926. (Contém apenas a tradução dos cinco primeiros capítulos).

1931 — Viagem no interior do Brasil: quarta parte, relativa ao atual Estado do Paraná. Trad. de David A. da Silva Carneiro. Curitiba, J. B. Groff, 1931. 256 págs.

1932 — Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo. Trad. de Affonso de E. Taunay. São Paulo, Editora Nacional, 1932. 242 págs. (Coleção “Brasíliana”, vol. 5).

Nota: Trata-se de tradução dos capítulos 23 a 28 da “Voyage à Rio Grande do Sul”.

1935 — Viagem ao Rio Grande do Sul. Trad. de Leonam de Azeredo Penna. Rio de Janeiro, Ariel, 1935. 295 págs. Edição comemorativa do centenário da Revolução Farroupilha.

1936 — Viagem à Província de Santa Catarina. Trad. de Carlos da Costa Pereira. São Paulo, Editora Nacional, 1936. 252 págs. (Coleção “Brasíliana”, vol. 58).

1936 — Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo. Trad. de Carlos Madeira. São Paulo, Editora Nacional, 1936. 246 págs. (Coleção “Brasíliana”, vol. 72).

1937 — Viagens pela Província do Rio de Janeiro, 1816 e 1819. Trad. e comentários de José Mattoso Maia Forte. Rio de Janeiro, Tip. do “Jornal do Comércio”, 1937. 128 págs. (Trata-se de uma tradução das partes referentes ao Rio de Janeiro dos volumes constantes das partes primeira e terceira da edição original).

1938 — Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Geraes. Trad. de Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo, Editora Nacional, 1938. 2 vols. (Coleção “Brasíliana”, vols. 126 e 126-A)

- 1938 — Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo. Trad. de Affonso de E. Taunay. Segunda edição. São Paulo, Editora Nacional, 1938. 222 págs. (Coleção “Brasíliana”, vol. 5).
- 1938 — Viagem na Comarca de Curitiba em 1820. Trad. de David A. da Silva Carneiro. Curitiba, Amigos dos Livros e das Belas Artes, 1938. 256 págs.
- 1939 — Viagem ao Rio Grande do Sul. Trad. de Leonam de Azeredo Penna. Segunda edição. São Paulo, Editora Nacional, 1939. 404 págs. (Coleção “Brasíliana”, vol. 167)
- 1940 — Viagem à Província de São Paulo, e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai. Trad. de Rubens Borba de Moraes. São Paulo, Martins, 1940. 376 págs. (“Biblioteca Histórica Brasileira”, vol. 2)
- 1941 — Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil; com um resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à abdicação de D. Pedro. Trad. de Leonam de Azeredo Penna. São Paulo, Editora Nacional, 1941. 452 págs. (Coleção “Brasíliana”, vol. 210).
- Nota:** deste volume, o tradutor excluiu os capítulos referentes ao Espírito Santo, sob a alegação de que eles já haviam sido traduzidos e publicados em outro volume da mesma editora — Ver: “Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo”, trad. de Carlos Madeira, 196, volume 72 da col. “Brasíliana”.
- 1944 — Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás. Trad. de Clado Ribeiro de Lessa. Segunda edição. São Paulo, Editora Nacional, 1944. 2 vols. (Coleção “Brasíliana”, vols. 68 e 78).
- 1945 — Viagem à Província de São Paulo, e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai. Trad. de Rubens Borba de Moraes. Segunda edição. São Paulo, Martins, 1945. (Biblioteca Histórica Brasileira, vol. 2)
- 1953 — Segunda viagem a São Paulo e Quadro histórico da Província de São Paulo. Trad. de Affonso de E. Taunay. São Paulo, Martins/Comissão do Quarto Centenário da cidade de São Paulo, 1953. 223 págs. (“Biblioteca Histórica Paulista”, vol. 6).
- 1964 — Viagem à Comarca de Curitiba, 1820. Trad. de Carlos da Costa Pereira. São Paulo, Editora Nacional, 1964. 190 págs. (Coleção “Brasíliana”, vol. 315).

- 1972 – Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai. Trad. de Rubens Borba de Moraes; notas introdutórias de Mário Guimarães Ferri e José de Barros Martins. São Paulo, Martins/Editora da Universidade de São Paulo, 1972 (em comemoração ao sesquicentenário da Independência do Brasil). XX + 358 págs. (“Biblioteca Histórica Brasileira”)
- 1974 – Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil; com um resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à abdicação de D. Pedro. Trad. de Leonam de Azeredo Penna; pref. de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Univ. de São Paulo, 1974. 234 págs. (Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 5)
- 1974 – Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce. Trad. de Milton Amado; pref. Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 122 págs. (Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 6)
- 1974 – Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo. Trad. revista e pref. de Vivaldi Moreira; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 126 págs. (Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 11)
- 1974 – Viagem ao Rio Grande do Sul. Trad. de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 216 págs. Pref. de Mário Guimarães Ferri. (Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 10)
- 1975 – Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Trad. de Vivaldi Moreira; apres. de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975. 378 págs. (Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 4)
- 1975 – Viagem às nascentes do rio São Francisco. Trad. de Regina Regis Junqueira; apres. de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975. 190 págs. (Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 7)
- 1975 – Viagem à Província de Goiás. Trad. de Regina Regis Junqueira; apres. de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora

da Universidade de São Paulo, 1975. 158 págs. (Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 8).

1976 — Viagem à Província de São Paulo. Trad. de Regina Regis Junqueira; pref. de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976. 230 págs. (Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 18).

1976 — Segunda viagem a São Paulo e Quadro histórico da Província de São Paulo. Trad. e intr. de Affonso de E. Taunay. São Paulo, Martins, 1976. 255 págs. (Biblioteca Histórica Paulista, vol. 6)

Nota: Trata-se de segunda tiragem da edição publicada em 1953 em convênio com a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

1978 — Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. Trad. de Regina Regis Junqueira; pref. de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978. 210 págs. (Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 9).

1979 — Auguste de Saint-Hilaire em Porto Alegre, 1820–21. Participação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre às comemorações do bicentenário do nascimento de Saint-Hilaire promovidas pela Associação Riograndense de Imprensa. Porto Alegre, Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, 1979, 90 págs.

(Contém os capítulos sobre Porto Alegre da “Viagem ao Rio Grande do Sul”, na trad. de Leonam de Azeredo Pena, e os seguintes anexos: “Como Saint-Hilaire viu Porto Alegre às vésperas da Independência do Brasil”, discurso de Francisco Riopardense de Macedo na Câmara Municipal de Porto Alegre; dados biográficos de Saint-Hilaire; o relatório da Academia de França sobre as viagens de Saint-Hilaire, na trad. de Rubens Borba de Moraes; e três clichês: a página de rosto da edição original da “Voyage à Rio Grande do Sul”, o retrato do autor constante do mesmo volume e o decreto de concessão a Saint-Hilaire e a Martius da mercê de Cavaleiros da Ordem Imperial do Cruzeiro, em 2 de outubro de 1840).

*

OTONIEL MOTA — talento multiforme (*)

Júlio Andrade Ferreira

Já ouvimos falar de Otoniel Mota. Neste ano de seu centenário a Academia Campinense, por sugestão de seu presidente, programou duas pales-

* Conferência proferida na Academia Campinense de Letras em 1978, em comemoração do centenário de Otoniel Mota.

- da Universidade de São Paulo, 1975. 158 págs. (Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 8).
- 1976 — Viagem à Província de São Paulo. Trad. de Regina Regis Junqueira; pref. de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976. 230 págs. (Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 18).
- 1976 — Segunda viagem a São Paulo e Quadro histórico da Província de São Paulo. Trad. e intr. de Affonso de E. Taunay. São Paulo, Martins, 1976. 255 págs. (Biblioteca Histórica Paulista, vol. 6)
- Nota:** Trata-se de segunda tiragem da edição publicada em 1953 em convênio com a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.
- 1978 — Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. Trad. de Regina Regis Junqueira; pref. de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978. 210 págs. (Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 9).
- 1979 — Auguste de Saint-Hilaire em Porto Alegre, 1820–21. Participação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre às comemorações do bicentenário do nascimento de Saint-Hilaire promovidas pela Associação Riograndense de Imprensa. Porto Alegre, Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, 1979, 90 págs.
- (Contém os capítulos sobre Porto Alegre da “Viagem ao Rio Grande do Sul”, na trad. de Leonam de Azeredo Pena, e os seguintes anexos: “Como Saint-Hilaire viu Porto Alegre às vésperas da Independência do Brasil”, discurso de Francisco Riopardense de Macedo na Câmara Municipal de Porto Alegre; dados biográficos de Saint-Hilaire; o relatório da Academia de França sobre as viagens de Saint-Hilaire, na trad. de Rubens Borba de Moraes; e três clichês: a página de rosto da edição original da “Voyage à Rio Grande do Sul”, o retrato do autor constante do mesmo volume e o decreto de concessão a Saint-Hilaire e a Martius da mercê de Cavaleiros da Ordem Imperial do Cruzeiro, em 2 de outubro de 1840).

*

OTONIEL MOTA — talento multiforme (*)

Júlio Andrade Ferreira

Já ouvimos falar de Otoniel Mota. Neste ano de seu centenário a Academia Campinense, por sugestão de seu presidente, programou duas pales-

* Conferência proferida na Academia Campinense de Letras em 1978, em comemoração do centenário de Otoniel Mota.

tras a seu respeito. A primeira delas, já apresentada pelo Professor Francisco Ribeiro Sampaio, em primoroso estudo, mostra-nos o Otoniel Mota filólogo. De certo modo a visão de filólogo ficou entrosada com a do mestre e a do contista e, como seria inevitável, tudo isso inserto no homem. O núcleo do assunto já foi tratado, a parte mais técnica e desafiadora, que só outro lingüista poderia, com segurança realizar.

Que mais foi Otoniel Mota? Na referida palestra mencionou-se ter sido ele “ministro de religião”. O fato de ser eu mesmo ministro presbiteriano, como ele o foi, deve ter influenciado na indicação de meu nome pelo Professor Odilon Nogueira de Matos, para apresentar outras feições da personalidade de Otoniel. O conhecimento do meio protestante pode-me ajudar nesta tarefa, mas não quero que me atrapalhe. Estou menos preocupado em acompanhar Otoniel em todos os lances de sua carreira de pastor, do que em acompanhar sua variada produção literária, nos matizes de seu talento multiforme.

Sem a ajuda do professor Odilon que me pôs à disposição várias fontes, hoje raras, não me teria sido possível realizar a tarefa, pelo menos dentro do prazo razoável. A última das obras de Otoniel Mota foi publicada há mais de trinta anos, e a primeira há mais de setenta. Muitas delas publicadas por pequenas editoras, de modo que o compulsá-las não é questão de boa vontade, mas de “chance”.

Otoniel Mota, nasceu a 16 de abril de 1878, em Porto Feliz, S. Paulo, lugar próprio para a naturalidade de quem se orgulhava de ser Otoniel de Campos Mota, o que significa “paulista de quatrocentos anos”.

Era filho de José Rodrigues Pais e Bernardina Deoclésia de Mota Pais. Fez os estudos primários em sua própria terra, mas os secundários, ou melhor, preparatórios em São Paulo, como aluno do curso Anexo à Faculdade de Direito” do Largo São Francisco. Foi por esse tempo que se tornou protestante. A figura de Eduardo Carlos Pereira, que já então preparava sua **Gramática Expositiva**, e que era pastor evangélico, deve ter influenciado, pelo menos na mudança do rumo de sua vocação. Deixou de seguir a carreira do Direito para entrar no pequeno Seminário Presbiteriano, que se instalara, não fazia muito, em São Paulo, e no qual o próprio Eduardo Carlos Pereira dava aulas. Acredito que a vocação lingüística teria sido despertada por essa aproximação. Foi colega, nesse tempo, de outros protestantes que também tiveram certa projeção: Ernesto Luiz de Oliveira, Vicente Temudo Lessa, Alfredo Borges Teixeira, Salomão Ferraz e, sobretudo, Erasmo Braga.

Ordenado pastor presbiteriano a 14 de julho de 1901, Otoniel começou a servir, residindo em Santa Cruz do Rio Pardo. O campo de trabalho se estendia por vários lugares: Piraju, Taquari, Fartura e Anhumas, este no Para-

ná. Os trilhos da Sorocabana só atingiam Cerqueira César, de modo que suas viagens eram feitas a cavalo. Um jornal evangélico publicou retrato dele, desse tempo ao lado do animal arreado, com botas e esporas nos pés, poncho sobre os ombros. Foi no convívio interioriano que se cultivou seu gosto pelos temas roceiros.

Já que estamos falando de um protestante, assinalemos, desde logo, uma diferença fundamental. O católico-romano pode divergir um do outro, mas sempre sob a mesma estrutura eclesiástica; o protestante, ao contrário, não teme a emergência de estruturas diversificadas, contanto que tenha a consciência de ater-se à Escritura.

No início mesmo do ministério de Otoniel Mota, a Igreja Presbiteriana, após anos de discussões sobre problemas de educação teológica, de política missionária e de participação ou não de crentes na Maçonaria, vira surgir nova organização com o nome de “Presbitério Independente”. Presbitério é, no jargão presbiteriano, o concílio que superintende igrejas de uma região, mas, no caso em questão, as igrejas dissidentes abrangiam a área nacional.

Provocara-se, pois uma rutura, com a emergência da “Igreja Presbiteriana Independente”, sob a liderança de Eduardo Carlos Pereira. Otoniel acompanhou-o, bem como alguns dos colegas mencionados.

Em 1904, passou a residir em Jaú, de onde continuou a visitar, ainda a cavalo, inúmeras localidades.

Em cartas íntimas já aparece, bem clara, sua tendência “para a vida de gabinete, para o recolhimento e meditação, para os estudos, para a elaboração de sermões, para o jornalismo, para o livro”.

Continuo a citar um seu colega: “Nessa linha de ação dera já o primeiro passo: era professor da língua vernácula no **Ateneu Jauense**. Visitando-o fomos encontrá-lo em grande faina livresca: mesa de trabalho abarrotada de gramáticas e dicionários, e clássicos da língua.”

Em 1907, passou a residir em Ribeirão Preto, como professor de Português em novo ginásio do Estado, e, sem encargo pastoral, exerceu atividades religiosas na imprensa, na literatura, e em auxílio da Igreja Metodista local.

Fundou a revista religiosa **Reforma** e escreveu novela intitulada **Amor que Santifica**, que reflete experiências de seu pastorado.

Prestara concurso para o Ginásio do Estado de Campinas, mas o governo de Jorge Tibiriçá o nomeara para Ribeirão Preto. Depois fez concurso para a Escola Normal Caetano de Campos e foi nomeado para o Ginásio de Campinas em 1912.

Nesta cidade, pastoreou a Igreja Presbiteriana Independente da Rua Lusitana e lecionou no Seminário Presbiteriano, que se transferira de São Paulo para cá. Nessa fase publica suas principais obras como filólogo.

Em 1925 passa a residir em São Paulo. Embora tenha exercido pastorado, na chamada Primeira Igreja, até 1931, sua atenção se voltava crescentemente para causas gerais, como se verá. Mas, o tempo já consumira efetivamente à frente de igrejas, justifica a qualificação de **pastor**.

Voltemo-nos a outras facetas de sua personalidade. Em 1922 publica **Selvas e Choças**. Diz ele que os contos ali reunidos tinham sido escritos espaçadamente, “para serem lidos em reuniões familiares”. Diz mais: “Busquei os assuntos em fatos e no cenário genuinamente nacional e paulista, estudando com a maior exação a alma de nossa gente, mormente a sertaneja, em cujo ambiente passei dias e meses de que trago saudosa recordação.”

Sabemos de sua predileção pelo tema roceiro. Teria sido um iniciador da literatura regionalista, caso tivesse publicado o livro na época em que o escreveu. Mas, não seria demais assinalar algumas características dessas páginas e de outras similares, pois não foi essa a única obra de ficcionista. Enredos interessantes, não escondidos por diálogos contínuos, mas por descrições pitorescas. Ainda que, a nosso ver, não alcancem a originalidade de **Urupês**, os contos são lidos com real agrado. Lamento apenas o choque que, às vezes, ocorre entre o aspecto quase precioso de sua linguagem pessoal, com o linguajar caipira, que ele retrata com fidelidade.

De todo modo. Otoniel Mota não foi apenas filólogo e pastor. Merece a designação de **ficcionista**.

Quando eu era jovem, estudante no Ginásio do Estado em Ribeirão Preto, que aliás veio a tomar seu nome, testemunhei o quanto era lembrado e respeitado. Estudei em livros de sua autoria. Mas um dos livros que exerceram profunda impressão naqueles dias foi **O Valor**, de Charles Wagner. Não muito depois li **Para Pequenos e Grandes**. Também influenciou minha vida pessoal. Não me lembro se eram ambos do mesmo autor, mas sei com certeza, que eram do mesmo tradutor — Otoniel Mota. Há menção a outras traduções por ele feitas (incluídas entre os quarenta títulos constantes de sua bibliografia), que me levam a acrescentar, entre as qualificações de Otoniel, a de: **tradutor**.

Sabemos que Otoniel Mota comentou os **Lusíadas**, de Camões e as **Geórgicas**, de Virgílio. Pois trabalhou também sobre textos bíblicos: **O Evangelho de Mateus**, **Os Atos dos Apóstolos** e a **Carta a Filemon**. A esta denominou **O Adorável Bilhete**. Esse trabalho eu já o lera há anos, e o reli recentemente. É, de fato, um adorável bilhete, adoravelmente apresentado. Filemon era cristão residente perto de Colossos na Frígia, parte superior do vale do Lícus. Lá pelas alturas do ano 60 A.D., um escravo seu, por nome Onésimo, fugira e, não se sabe como, fora ter como o Apóstolo Paulo, em Roma. Convertido ao Cristia-

nismo, é Onésimo recambiado ao seu dono, com a mensagem de recomendação, que constitui o texto comentado, modelo de precisão de conceitos e delicadeza de sentimentos. A condição de escravo, no trabalho, não impediria a comunhão de "irmãos", no culto. E assim Paulo não condenando ostensivamente a escravidão, visto que era instituição reconhecida, superava os males dela, através do amor. O comentarista contrasta o sentimento cristão com o direito greco-romano, mostrando a superioridade daquele.

Não conhecemos todos os mencionados comentários de Otoniel Mota, mas a julgar por este, pequeno e delicado, atribuímos aos demais real valor.

Gostaríamos de incluir, entre as produções desse tipo, o livro: **Israel, sua Terra e seu livro**. É apresentado como **Arqueologia Bíblica**, matéria que Otoniel lecionou no Seminário Presbiteriano, em Campinas, e no Seminário Independente, em São Paulo.

Se comparada essa obra, a um bom compêndio da matéria, já existente em outras línguas àquele tempo, deixaria a desejar. Não lhe falta apenas um conspecto da tarefa arqueológica, como ainda o relacionamento claro dessa tarefa com os diversos extratos históricos. Otoniel discute sumariamente as origens de Israel, o êxodo e a ocupação da Canaã; depois entra a discutir problemas de geografia bíblica; fontes, rios, lagos, montes, planícies e vales. Numa terceira, e última parte, apresenta a fauna e a flora da Palestina, às vezes com pormenores muito pitorescos. Em tudo que diz há clareza, precisão e erudição. A parte pictórica é farta, o que, para aquele tempo, era inesperado. O autor tenta apresentar as informações sempre relacionadas com textos bíblicos específicos, o que torna sua obra mais um comentário bíblico, do que Arqueologia. São os comentários sobre plantas tão ricos, cheios de observações lingüísticas, e tão ao gosto brasileiro, que seria desejável reeditá-los com o título: **Plantas na Bíblia**. Mas, demos por encerrada a apresentação de Otoniel — o comentarista.

Entremos em parte mais delicada de nossa tarefa. E, para isso, temos de retroceder e historiar. O Protestantismo caminhará desde o século XVI até o século XIX para tal fracionamento, que perturbava sua obra missionária nos continentes pagãos. Houve reação dos próprios missionários, que forçaram as agências missionárias, nos Estados Unidos e na Europa, a encontros crescentes, até um de âmbito mundial, em Edimburgo, Escócia, em 1910. Deu este origem ao chamado Conselho Missionário, origem, por sua vez, do Movimento Ecumênico e do Conselho Mundial de Igrejas. A América Latina, porém fora excluída. Consideraram-na como cristã, uma vez que estava ocupada pela Igreja Católica Romana. Houve, nessa altura, reação de missionários e obreiros nativos dessa região. Convocou-se um congresso para a discussão do assunto: **Congresso de**

Ação Cristã, reunido no Panamá, em 1916. Dele participou, entre outros elementos brasileiros, Eduardo Carlos Pereira. A Igreja Católica Romana, antes do Concílio Vaticano II, mostrava-se obscurecida e intolerante. Os líderes protestantes latino-americanos julgavam-se na obrigação de esclarecer seus colegas norteamericanos e europeus, quanto às condições reais aqui existentes. Assim pensava Eduardo Carlos Pereira. Escreveu, por isso, o livro intitulado: **O Problema Religioso na América Latina**. Este livro se tornou célebre, não tanto pelo conteúdo, mas pela contestação que mereceu. Como obra de polêmica religiosa era mais uma, entre tantas, e não das mais completas. É, aliás, livro sem plena unidade. Mas, um jesuíta fluente e influente — Leonel Franca — foi a Roma, à procura de fontes de informação. Respondeu a Carlos Pereira no livro — **A Igreja, A Reforma e a Civilização**, publicado no Rio, em 1923.

Temas discutidos: O primado de Pedro, a infalibilidade do Papa, o papel da Reforma do Séc. XVI, o caráter dos reformadores, os progressos dos povos católicos comparado com o dos protestantes. O livro de Leonel Franca, apareceu, porém, no ano em que morrera Eduardo Carlos Pereira. Ninguém se julgava na obrigação de responder a ele. Aliás a obra do jesuíta impressionava pelas fontes consultadas e pela forma literária em que era vazada.

Lembro-me ainda de, quando moço, ter sofrido o impacto de seu estilo impolgante na página inicial: “Grande é a responsabilidade de quem escreve. Agitar idéias é mais grave do que mobilizar exércitos.”

Devo esclarecer que muitos dos pontos discutidos perderam a atualidade, visto que após o Vaticano II a Igreja Católica não mais usa apenas o latim no culto, não mais dificulta a divulgação da Bíblia, não mais difama Lutero, não mais vive a tratar crentes evangélicos como pessoas diabólicas, mas como “irmãos separados”.

O fato é que, na década dos trinta, sentia-se que tardava em surgir revide protestante à obra de Leonel Franca.

Uma réplica surgira em 1930, por um dos colegas de Otoniel Mota, que, apesar de mérito intrínseco de algumas de suas partes, não acompanhava o adversário em todas as fontes citadas, e numa de suas porções, discutia longamente o vulto do Anticristo (que aliás, aparece no título: **Roma, a Igreja e o Anticristo**), o que não passava de digressão dispensável e antipática.

Estavam as coisas nesse pé, quando apareceu uma série de opúsculos, em 1933 e 1934, de alguém que se apresentava com o nome de Frederico Hansen. Pelos títulos se via que a polêmica tinha continuidade: **Lutero e Padre Leonel Franca**; **Lutero, a Bíblia e o Padre Leonel Franca**; **O Papado e o Padre Leonel Franca**; **A Defesa do Padre Leonel Franca**; **A Divinização do Papa**. Estilo à altura do opositor, acesso a fontes eruditas, argumentação serena, focali-

zação dos pontos realmente importantes tais eram as características das páginas de Frederico Hansen. Esse não era senão pseudônimo de Otoniel Mota.

Otoniel tratou os católicos com respeito, exigia deles respeito, e contestou explicitamente atitudes estreitas e indelicadas de seus correligionários. Cuidava de cotejo real na expressão da fé. Haja vista o ocorrido com outra polêmica, dessa vez sobre o vulto de Anchieta. O ponto de partida está no que disse em 1607, o padre Pedro Rodrigues, na sua **Vida de Joseph de Anchieta**, seguido, aliás por Frei Vicente do Salvador. Refere-se ao suplício de um huguenote, no Rio de Janeiro, que Anchieta ajudara a matar. Quem seria esse huguenote? Otoniel Mota entra nessa pesquisa para contestar autores protestantes que tinham feito sugestões erradas, e por motivos apologéticos, uma vez que se falava em canonizar a Anchieta. Diz ele que, a tratar da questão, devemos ater-nos à busca da verdade histórica e nada mais.

Não vemos em que interesse entrar no mérito desta questão, e muito menos a este auditório. A mim não interessa. E posso afirmar que o próprio Otoniel o fez a contragosto, pois tinha espírito irônico e gostava de questões edificantes. Ele o fez combatendo correligionários, para impedir que injustiças se cometessem em nome da fé.

Seja como for, porém, pode aplicar-se a Otoniel o qualificativo de **polemista**.

Avancemos para outra questão delicada, que já mereceu análise do historiador francês Émile G. Léonard, no livro **L'Eglise Presbyterienne du Brésil et ses Expériences Ecclesiastiques**. Na terminologia histórica do Protestantismo Brasileiro tomou o nome de "Questão Doutrinária". Para bem explicá-la seria necessário mais tempo do que aquele que, com sensatez, devemos usar nesta palestra. Mas, por outro lado, não podemos omiti-la, uma vez que Otoniel Mota foi a figura central do episódio, e este, marcante em sua vida.

Já dissemos que os protestantes não se impressionam, primariamente, com a fidelidade à estrutura eclesiástica. Acham que a estrutura é inevitável por ser uma contingência sociológica, mas não é uma grandeza espiritual. Quase sempre além de jurídica e econômica e política, sobretudo política. Têm o vício inevitável da luta pelo poder. Estruturas no meio protestante resultam apenas de um denominador comum que diferentes pessoas venham a encontrar na expressão de sua fé. Desaparecido esse denominador, elas, as estruturas, se desfazem ou se fragmentam. Não haverá estruturas na vida além túmulo.

Otoniel Mota, que no início de seu ministério integrou um Presbitério Independente, que se tornou "Igreja Independente", deixou esta Igreja, na fase final de sua vida. Teria gosto em ser separatista? Não. Foi convidado a retirar-se pela "Questão Doutrinária". Otoniel era ecumênico, detestava o sectarismo.

Ele expressou-se com firmeza e elegância sobre o assunto que me permito tentar resumir.

Um jovem recém-saído do seminário, ao ser examinado, em 1938, manifestava dúvida quanto à doutrina tradicional das penas eternas. Otoniel Mota defendeu esse candidato, expondo diferentes posições que, historicamente, têm surgido, quanto ao destino dos ímpios. Houve celeuma entre os elementos mais reacionários de sua igreja. Otoniel passou a escrever série de opúsculos, analisando os textos bíblicos chamados escatológicos (isto é, os que tratam de problemas do fim) e o fez quase sempre sobre bases exegéticas, e, por isso mesmo, filológicas. Alegava que, a quem analisasse os textos neotestamentários no original grego, e mesmo os do Antigo Testamento, através da Septuaginta, não seria tão segura a idéia de penas eternas. Fala-se de vida eterna, de castigo eterno, mas de montes eternos, usando-se para eterno, o mesmo adjetivo **aiônios**. Por outro lado, o termo castigo — **Kólasis** — pode ter sentido reformatório. Faz um apanhado dos termos originais colhidos em diferentes textos; aiôn, timoria, olethros, aënaos, ápeiron, apeirésios, aídios, kaió, timoreo, kolazo, obrigando o leitor a fazer maior reflexão. Não posso concordar com tudo que ele diz; mas acho que não houve calma e competência de opositores seus nos concílios. Mesmo antes de qualquer definição do Sínodo, vários se retiraram, em fevereiro de 1940, organizando a chamada **Igreja Conservadora**, que até agora existe, ainda que sem grande expressão.

O Sínodo, por sua vez, não definia a questão, o ambiente incômodo permanecia, uns teimando em ficar “para falar”, outros dando a entender que os “liberais deviam se retirar”. Otoniel dizia: Não apresento um dogma, mas uma teoria. Afinal, em abril de 1942, organiza-se a **Igreja Cristã de São Paulo**, com Otoniel e seus companheiros. Infelizmente, sendo igreja de intelectuais, embora subsista, expandiu-se pouco. Foi no seio desse rebanho pequeno, mas aberto às diferentes denominações, e à responsabilidade social da igreja, que Otoniel passou seus últimos anos. A publicação de seu jornal **O Cristianismo**, se faz até hoje.

A título de documentação, registro o nome dos opúsculos doutrinários, da autoria de Otoniel Mota. São eles: **Uma Passagem Interessante, Novas Luzes, O Paraíso e o Céu, A Pregação Além Túmulo, Meu Credo Escatológico**, todos de 1938.

Tenho para mim que o juízo de Deus sobre cada ser humano é mais sutil do que hão de imaginar as pressuposições humanas, quaisquer que sejam. Não participo de todas as idéias escatológicas de Otoniel, mas admiro sua sinceridade e erudição.

Afinal, os referidos opúsculos justificam a caracterização a ele atribuída: **teólogo**.

Anos atrás caiu-me às mãos um livro de Otoniel Mota, intitulado: **Do Rancho ao Palácio**, da companhia Editora Nacional, publicado em 1941. Trata-se do nº 204 da coleção “Brasiliiana”. Preocupado com outras questões, premido por grande soma de tarefas, não o li. Apenas folhei-o e vi que se tratava, como diz o subtítulo, da “Evolução da Civilização Paulista”.

No entanto, agora, examinando-o, pude ter uma impressão diferente.

“Achava-me recluso, diz o autor, por motivo de enfermidade e precisava de um passatempo suave e agradável para o meu espírito”.

Achou-o nada menos que ao ler os trinta volumes de **Inventários e Testamentos**. E para encontrar certos esclarecimentos, leu também **Atlas do Conselho, Registro Geral, Documentos Interessantes, Revista do Arquivo...**

Lendo o prefácio do livro **Do Rancho do Palácio**, pensei comigo mesmo: Coitado do autor. Toda essa trabalhadeira, talvez para dizer o que já fora dito por Alcântara Machado em **Vida e Morte do Bandeirante**. Essa é uma história paulistana em que não se quer a série de “uma meia dúzia de figuras, mas a que surge “do esforço permanente dos humildes”, a “silenciosa colaboração dos anônimos”. Alcântara lera praticamente as mesmas fontes que Otoniel, para a descoberta desses vultos sem glória.

Enganara-me. Os livros desses dois se completam. Foi, Otoniel porém, aos documentos para historiar nossa agricultura, nossos rebanhos, nosso comércio, nossas festas...

E quando trata de gente — porque reserva para isso também alguns capítulos — o faz num esforço de penetrar no coração bandeirante. Este é comumente apresentado sob seu aspecto externo, duro; o nosso autor nos mostra o bandeirante por dentro — o homem que sente e se enternece. Na questão da luta entre bandeirantes e jesuitas, Otoniel, que admira a ambos, dá-nos visão penetrante das motivações de um e de outro. Surpreendeu-me o livro pela maneira, nada enfadonha, por que nos leva, efetivamente, **do rancho ao palácio...** Chega até ao café, à imigração. Conclui: “Nada mais direi do Palácio. Ele aí está aos olhos de todos aqueles que tiverem capacidade de observar a boa vontade para o que foi o sofrimento, o labor e a glória de S. Paulo.” E assim, não há modos de evitar qualificativo atribuído a Otoniel Mota: **o historiador**.

Estará completa a lista? Não. Tenho de falar algo mais, que não se escreveu em páginas de papel, mas em corações. É sua tarefa de filântropo. **Perde-Ganha** é um romance por ele escrito, que retrata uma espécie de reforma agrária, mas cujo tema é o altruísmo, a preocupação com o outro, a construção da obra social. Reflete o espírito de Cristo, quando disse: “O que perde a sua vida por amor de mim, ganhá-la-á”.

Mas vamos aos fatos. Quando em Campinas, Otoniel fundara orfanato na Fazenda Betel, a caminho de Paulínia. Mas, depois em S. Paulo, uma sua filha, já moça, estava sob a ameaça, então implacável, da tuberculose. Não só a moléstia era terrível; o tratamento, pelo clima, implicava despesas proibitivas... Nesse caso específico foi possível encaminhar a paciente para a fazenda de amigo, ainda que sob cuidados médicos não tão especializados... Mas, Otoniel diz textualmente: “Vimos que nossa aflição deveria ser certamente, a aflição de muitos”... Empenhou-se em levantar recursos e edificou, em São José dos Campos, a “Vila Samaritana”. Esse foi início da chamada **Associação Evangélica Beneficente**, organizada no seu tempo e que subsiste até hoje, completando neste ano seu Jubileu de Ouro. Para comemorá-lo a direção criou mais um abrigo para velhos com o nome do fundador da organização: Otoniel Mota. Com ramificações em Água Funda, Butantã, Ipiranga, Vila Cachoeirinha, Lapa, Belém, Consoiação (todas essas na Capital), em São José dos Campos, em Santos, em Sorocaba, em Itaquera -- cuida de crianças, de velhos, de enfermos aos milhares. É a maior organização assistencial evangélica no Brasil.

Otoniel deixou filhos, deixou livros, deixou instituições. Não estaria completo, se não deixasse árvores.

Cito, a esse respeito, trechos de um seu biógrafo: “Absorvido por ocupações tão diversas, no magistério e no pastorado, curioso é observar o interesse que o Rev. Otoniel Mota demonstrou pelo problema do reflorestamento em nossa terra.” “Preocupação antiga, a sua palavra e a sua pena sempre vergastaram o vandalismo daqueles que não respeitam as nossas matas, derrubando principalmente as grandes reservas florestais. Manteve estreito contacto com Navarro de Andrade, grande campeão desse movimento.”

Tendo realizado em 1920, em Campinas, campanha do plantio de jequitibás, oferecendo-se ele para providenciar sementes, veio a ter, já velho, a alegria de receber correspondência comunicando-lhe a existência de árvores pujantes, em muitos lugares, graças ao seu empenho no passado. No dia em que foi sepultado, o **Estado do S. Paulo** publicava um artigo seu contando da existência de uma árvore dessas em Itaquera, distante quarenta minutos da Praça da Sé. “Mais uma vez se cumpriu — dizia ele — o passo da Escritura: Lança o teu pão sobre as águas que passam, porque depois de muito tempo o acharás” (Eclesiastes XI: 1). Como chamarei a Otoniel nesse caso? **Filantropo**? **Benemérito**? **Idealista**? Não sei.

Sei que não vou terminar sem juntar lista de quatro dezenas de obras suas nem sem lembrar, que além de todas as cátedras, títulos e cargos — Diretor da Biblioteca Municipal, fundador da Sociedade de Estudos Filológicos, membro do Instituto Histórico, da Academia Paulista de Letras, Professor de Língua e Literatura Grega na Faculdade Paulista de Letras e Filosofia; e,

posteriormente, ao ser criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Professor catedrático de Literatura Luso-Brasileira e Filologia Portuguesa — além de todos os qualificativos que já enumerei, ele foi poeta.

Diz um seu ex-aluno, depois colega, ainda hoje em cátedra da Universidade de São Paulo: “Não guardava recortes de seus escritos poéticos. Destes alguns há publicados outros como o soneto **Relembrando**, ainda inédito, encontrei na parte interna da capa de um livro.”

Desde a **Lira Cristã**, publicado em 1898, quando estudante, e da qual parece não ter restado um exemplar, até a participação na Comissão Organizadora do **Hinário Evangélico**, e até os últimos dias, escreveu versos ao sabor da inspiração, até mesmo em recortes de papel tomados ao acaso. Como vinham, iam... Conhecemos poesias evangélicas e alguns dos hinos, constantes do Hinário, até hoje usado.

Não sou poeta, não conheço a técnica do verso, mas tenho coração e vejo como o povo crente se emociona ao cantar algumas de suas poesias, com que encerro esta apresentação:

“Na tênue luz da madrugada
Do leito salta o sementeiro.
Ei-lo a seguir a sua estrada;
Fiel, constante em seu labor.
Tem a semente da verdade,
A vida eterna, o sumo bem;
No coração da humanidade
Semeando vai, semeando vem.”

Deixando esta, que simboliza sua vida, passemos a outra, que cito por inteiro, pois que fala não apenas da vida, mas também da morte.

“Pelo vale escuro
Seguirei Jesus,
Mas, por ti seguro
Vendo a tua luz.
O meu passo incerto
Tu dirigirás;
Ao sentir-te perto
Nunca perco a paz.”

“Os espinhos tantos
Que nos vem sangrar,
São remédios santos

Para nos curar;
 Onde existe a graça
 Do bondoso Deus,
 Tudo o que se passa
 Nos conduz aos céus.”

“Não há dor que seja
 Sem divino fim;
 Faze ó Deus, que a Igreja
 Compreenda assim.
 E, apesar das trevas,
 Possa ver, Senhor,
 Que tu mesmo o levas,
 Com imenso amor.”

“Breve a noite desce,
 Noite de Emaús,
 E meu ser carece
 De te ver Jesus;
 Companheiro amigo,
 Ao meu lado vem !
 Fica, ó Deus, comigo
 Infinito bem.”

O autor desses versos faleceu a 14 de julho de 1951.

BIBLIOGRAFIA DE OTONIEL MOTA

1. FILOLOGIA — Ensaio Lingüístico (1915), Questões philologicas (1916), O pronome “Se” (1916), O Meu Idioma (1916), Lições de Português (1916), Edição comentada de “Os Lusíadas” (1917), Algum riso, muito siso (1918), Edição comentada de “As Geórgicas”, de Virgílio (s/d), Chave da Língua (1930), O Lirismo Grego (1935), Horas Filológicas (1937), Seleta Moderna (s/d), A Evolução do Gerúndio (s/d).
2. POLÊMICA — Cinco opúsculos em resposta ao Padre Leonel Franca, publicados sob o pseudónimo de **Frederico Hansen**: Lutero e o Padre Leonel Franca (1933), Lutero, a Bíblia e o Padre Leonel Franca (1933), O Papado e o Padre Leonel Franca (1933), A Defesa do Padre Leonel Franca (1933) e A Divinização do Papa (1934); O caso Anchieta Bolès (1942, reproduzido em “Notícia Bibliográfica e Histórica”, nº 83, de 1977).

3. **TEOLOGIA** – Uma passagem interessante, Novas Luzes, O Paraíso e o Céu, A Pregação além-túmulo, Meu Credo Escatológico (todos de 1938).
4. **DEVOÇÃO** – Temas espirituais (1945)
5. **FICÇÃO** – Amor que santifica, sob o pseudônimo de Bar Joseph (1909), Selvas e Choças (1922), Historietas (s/d), Perdeganha (1937).
6. **POESIA** – Lira cristã (1898), Hinos 15, 194, 214, 272 e 411 do “Hinário Evangélico”.
7. **CONFERÊNCIAS** – Servo altruista, A Continência, O Cristianismo e A mulher.
8. **HISTÓRIA** – Do Rancho ao Palácio (1941)
9. **COMENTÁRIOS BÍBLICOS** – Israel, sua terra e seu livro (1930), O Adorável Bilhete ou a Espístola a Filemon (1930), O Evangelho de São Mateus, trad. comentada (1933), Breves anotações ao Livro de Atos (s/d).
10. **TRADUÇÕES** – O Valor, de Ch. Wagner, Para Pequenos e Grandes, O Problema do Sofrimento, É crível a História do Evangelho ?
11. **Periódicos em que colaborou:** O Estandarte, Revista de Cultura Religiosa, Semana Evangélica, Cooperador Cristão, A Reforma, Cristianismo, O Estado de São Paulo.

FONTES CONSULTADAS

- OLIVEIRA, LUIZ ERNESTO** – **Roma, a Igreja e o Anticristo** S. Paulo – Casa Editora Presbiteriana – 2ª edição – 1960 – 264 págs.
- FRANCA, LEONEL** – **A Igreja, a Reforma e a Civilização** Rio de Janeiro, Livraria Católica de Francisco Gonçalves, Rio e São Paulo, Livraria Católica de A. Campos, 1923 – 544 págs.
- LÉONARD, ÉMILE G.** – **O Protestantismo Brasileiro** – S. Paulo – Aste, 1963 – Trad. de Lineu de Camargo Schutzer. – 356 págs.
- MATOS, ODILON NOGUEIRA** de – **Notícia Bibliográfica e Histórica** – n^{OS} 83 e 90.
- MOTTA, OTONIEL** – **Lições de Português** – 4ª edição melhorada – s/d – 466 págs.

- MOTTA, OTONIEL** — **O Meu Idioma** — 5ª edição — Companhia Editora Nacional — 1929 — 248 págs.
- MOTTA, OTONIEL** — **Israel, sua Terra e seu Livro** — S. Paulo — Heros Graphia Editora — 1930 — 92 págs.
- MOTTA, OTONIEL** — **O Adorável Bilhete ou A Epístola a Philemon** — Publicação da A. E. B. Tipografia Heros Graphica Editora — 1930 — 40 págs.
- MOTTA, OTONIEL** — **Selvas e Choças** — S. Paulo — Divulgadora — Cultural Brasileira — 2ª edição — 1922 — 186 págs.
- MOTTA, OTONIEL** — **Os Lusíadas de Luiz de Camões** — Edição Escolar comentada. S. Paulo, Melhoramentos — 5ª edição — s/d — 402 págs.
- MOTTA, OTONIEL** — **Do Rancho ao Palácio**. São Paulo, Editora Nacional, 1941. 194 págs. Coleção “Brasíliana”, vol. 204.
- MOTTA, OTONIEL** — Série de opúsculos: **Uma passagem interessante, Novas Luzes, O Paraíso e o Céu, A pregação além-túmulo e Meu credo escatológico**. São Paulo, E.G. “Rev. dos Tribunais”, 1938.
- MOTTA, OTONIEL** — Série de opúsculos publicados com o pseudônimo de Frederico Hansen: **Lutero e o Padre Leonel Franca, Lutero, a Bíblia e o Padre Leonel Franca, O Papado e o Padre Leonel Franca, A defesa do Padre Leonel Franca e A divinização do Papa**. São Paulo, s.c.p., 1933/34.
- MOTTA, OTONIEL** — **O caso Anchieta-Bolês**. São Paulo, Ação Renovadora Cristã, 1942 (Reproduzido em “Notícia Bibliográfica e Histórica”, nº 83, agosto de 1977.)
- Jornais: O Estandarte**, 1953, 1958; **O Cristianismo**, 1951; **O Samaritano**, 1958.

*

O CENTENÁRIO DE FRANCISCO NARDY FILHO

Roberto Machado Carvalho

Ao ensejo das comemorações do centenário de nascimento de Francisco Nardy Filho — 1879 — 1979 — é oportuno registrar alguns aspectos da vida e obra do historiador, arquivista e cronista da tradicional cidade de Itu.

Cuidadoso e rigoroso no trato com os documentos, amigo incondicional dos arquivos públicos e particulares, dotado de uma invejável voca-

- MOTTA, OTONIEL — **O Meu Idioma** — 5ª edição — Companhia Editora Nacional — 1929 — 248 págs.
- MOTTA, OTONIEL — **Israel, sua Terra e seu Livro** — S. Paulo — Heros Graphia Editora — 1930 — 92 págs.
- MOTTA, OTONIEL — **O Adorável Bilhete ou A Epístola a Philemon** — Publicação da A. E. B. Tipografia Heros Graphica Editora — 1930 — 40 págs.
- MOTTA, OTONIEL — **Selvas e Choças** — S. Paulo — Divulgadora — Cultural Brasileira — 2ª edição — 1922 — 186 págs.
- MOTTA, OTONIEL — **Os Lusíadas de Luiz de Camões** — Edição Escolar comentada. S. Paulo, Melhoramentos — 5ª edição — s/d — 402 págs.
- MOTTA, OTONIEL — **Do Rancho ao Palácio**. São Paulo, Editora Nacional, 1941. 194 págs. Coleção “Brasiliana”, vol. 204.
- MOTTA, OTONIEL — Série de opúsculos: **Uma passagem interessante, Novas Luzes, O Paraíso e o Céu, A pregação além-túmulo e Meu credo escatológico**. São Paulo, E.G. “Rev. dos Tribunais”, 1938.
- MOTTA, OTONIEL — Série de opúsculos publicados com o pseudônimo de Frederico Hansen: **Lutero e o Padre Leonel Franca, Lutero, a Bíblia e o Padre Leonel Franca, O Papado e o Padre Leonel Franca, A defesa do Padre Leonel Franca e A divinização do Papa**. São Paulo, s.c.p., 1933/34.
- MOTTA, OTONIEL — **O caso Anchieta-Bolês**. São Paulo, Ação Renovadora Cristã, 1942 (Reproduzido em “Notícia Bibliográfica e Histórica”, nº 83, agosto de 1977.)
- Jornais: O Estandarte, 1953, 1958; O Cristianismo, 1951; O Samaritano, 1958.**

*

O CENTENÁRIO DE FRANCISCO NARDY FILHO

Roberto Machado Carvalho

Ao ensejo das comemorações do centenário de nascimento de Francisco Nardy Filho — 1879 — 1979 — é oportuno registrar alguns aspectos da vida e obra do historiador, arquivista e cronista da tradicional cidade de Itu.

Cuidadoso e rigoroso no trato com os documentos, amigo incondicional dos arquivos públicos e particulares, dotado de uma invejável voca-

ção para a pesquisa histórica, Francisco Nardy Filho, realizou uma obra de largos méritos, cuja consulta é obrigatória para todos aqueles que desejam aprofundar pesquisas referentes ao passado paulista. Encontramos em seus dez volumes e inúmeros excertos um substancial elenco de documentos e informações, desde as origens dos mais antigos povoados de São Paulo até os acontecimentos mais significativos da República. Ao longo do tempo, situado entre essas balizas, trata da epopéia bandeirante a partir de uma típica “boca do sertão”, à antiga freguesia e vila de Itu, das expedições monçoeiras que, deixando o velho porto de Ararituaba, atual Porto Feliz, desciam pelas águas do Anhembi para devassar os territórios de Mato Grosso e Goiás, da participação de Itu, através de sua antiga e altiva Câmara Municipal, no processo de nossa independência política e posteriormente na abdicação do Imperador, da presença ituana na política do Segundo Reinado e nos fastos da guerra do Paraguai, na arrancada republicana com a Convenção de 1873 e, finalmente, nos acontecimentos que conduziram à abolição da escravatura, aos 15 de novembro e às “turras políticas” da velha República. O antigo localismo português que deu origem e crescimento ao município, com sua Câmara Municipal, as lutas e agruras dos ituanos no sentido de preservar a autonomia local, ocupam lugar de destaque na obra nardyana, sendo imprescindível para o melhor conhecimento de nossas raízes e evolução. Partindo do exemplo da velha Outu-guaçu, o autor de “A Cidade de Itu”, não descuro de outros aspectos típicos da vida de nossas populações ineterioranas. O econômico, o social, o religioso, o cultural e o biográfico estão presentes em sua obra. Conforme sua maior preocupação, isto é, revelar a história dos pagos de origem, explica a queda da mineração e o reerguimento da economia paulista em fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX, através da cana-de-açúcar e mais tarde, da expansão cafeeira, a adaptação do homem do Planalto aos novos tempos de progresso a partir dos meados do oitocentismo, com os melhoramentos públicos urbanos, a quase pioneira Estrada de Ferro Ituana, a primeira indústria de tecidos de algodão movida a vapor na província de São Paulo, a melhoria dos transportes e a entrada do imigrante. Vai mais longe ao retratar as instituições ituana, deixando um excelente modelo de pesquisa para outros estudiosos aplicarem em suas localidades. Casas de caridade e assistência, igrejas e conventos, escolas, Câmara e Cadeia, empreendimentos sócio-econômicos, obras públicas como abertura de ruas e largos, calçamento, energia, abastecimento de gêneros e água, cemitério municipal, matadouro etc. Vários capítulos são dedicados à exaltação da vida e obra dos pró-homens de Itu, começando pelo fundador Domingos Fernandes e seu genro Cristóvão Dinis, seguidos pelos sesmeiros, sertanistas criadores de cidades, capitães-mores, chefes políticos, vereadores e alcaides, sacerdotes e beneméritos.

Em 1879, Itu, elevada à condição de cidade 37 anos antes, conhecida como tradicional burgo bandeirante e centro do liberalismo paulista,

situada a 17 léguas da capital, desfrutava pelo seu café e cana-de-açúcar uma posição de prestígio na província de São Paulo. Em qualquer caminho de acesso à cidade podia o viajante apreciar a silhueta das torres de velhas Igrejas com seus conventos, dos afamados colégios São Luís dos padres jesuítas e Nossa Senhora do Patrocínio das irmãs de São José, da fábrica de Tecidos São Luís pertencentes ao coronel Luís de Anhaia, dos vetustos sobradões de fazendeiros que, por essa época, já passavam a maior parte da semana na cidade. Chamava a atenção do visitante, o traçado regular de suas ruas e becos, algumas calçadas com as lajes da região admirava seus largos do Bom Jesus, local de nascimento da cidade em 1610, Matriz, Carmo e São Francisco e sentia a amabilidade e boa educação da gente ituana, povo simples e trabalhador, apegado às tradições familiares, assíduo frequentador das missas, procissões e atos religiosos, amigo das festas populares, dedicado à faina da lavoura, às atividades do comércio, artesanato e serviços públicos. Os jovens de famílias abastadas estudavam nos melhores colégios ou seguiam viagem para os centros mais adiantados da época. São os Tibiriçá Piratininga, os Paula Sousa, os Paes de Barros mandando seus filhos para as Universidades europeias e norte-americanas. Voltavam imbuídos de idéias liberais e preparados para participarem do movimento republicano. Alguns anos antes, Augusto Emílio Zaluar anotava em seu diário, a vocação liberal do povo ituano e fazia uma referência especial sobre os jovens “distintos pela sua educação e pelas prendas de sua inteligência”. Sobre a cidade, o viajante português admirou seu traçado, com ruas direitas e calçadas em sua maior parte. Comparou as construções com as melhores da capital, destacando “alguns prédios magníficos”. Entre estes, e com toda a certeza, o visitante referia-se ao casarão de Bento Dias de Almeida Prado, o Barão de Itaim, situado na antiga Rua do Carmo, onde hoje está o moderno prédio da Prefeitura, o sobrado construído em 1867 por José Vasconcelos de Almeida Prado, o mesmo prédio do atual Museu Republicano, os antigos sobrados dos Pereira Mendes e de João Tibiriçá Piratininga no largo da Matriz, ambos desaparecidos e as antigas residências do Dr. Francisco Emídio da Fonseca Pacheco, fazendeiro e chefe político e de D^a Inácia Joaquina Correia Pacheco e Silva, ambos na velha Rua Direita, felizmente ainda conservados. São raros remanescentes de nosso tão desprezado patrimônio arquitetônico colonial e imperial. Diga-se de passagem, que as demolições dos velhos edifícios de Itu, provocavam em Nardy Filho um sentimento de tristeza e pesar; em sua Cronologia ituana anotou “que os sobrados representavam verdadeiros guardiões das gloriosas tradições de Itu e que foram edificadas por ilustres beneméritos ituanos que neles viveram e faleceram”.

Desde o ano de 1864, as ruas e largos principais, eram iluminados pelos lampiões a querosene. A abastecimento de água vinha das bicas próximas e córregos marginais; os gêneros eram adquiridos no largo da Matriz,

onde tropeiros e sitiantes vendiam seus produtos ou nas casinhas do beco da Quitanda, atual Rua Madre Teodora, travessa do largo da Matriz.

Era assim, Itu em 1879, ano que assinala, no dia 11 de março, em casa de Francisco Antonio Nardy e D^a Maria Leopoldina de Sousa Nardy, o nascimento de FRANCISCO NARDY FILHO, o futuro estudioso e apaixonado pelas coisas de Itu. Descendia de velha estirpe bandeirante. Pelo lado paterno, o capitão Antonio Nardy de Vasconcellos, um dos fundadores do Clube Republicano de Itu e convencional de 1873, cujos ascendentes pertenciam aos Costa Aguiar e Barros Penteado, ilustres linhagens ituana e santista. Pelo lado materno, os Barreto Leme do Prado, os primeiros moradores de Campinas. Desta cidade deslocou-se para Itu, Francisco Barreto de Sousa, avô materno de Francisco Nardy Filho para formar a fazenda “São Carlos”, uma das melhores da região ituana. Homem de iniciativas arrojadas e praticante da benemerência, tornou-se muito estimado na cidade. Com o seu falecimento, os pais de Francisco foram morar na fazenda e aí cresceu o menino. Aos seis meses ficara órfão de mãe. Logo após, seu pai seguiu viagem para a Europa, onde fora estudar medicina na Universidade de Bruxelas, ali permanecendo sete anos. Com esses eventos familiares, a educação do pequeno Francisco ficou a cargo de sua avó paterna D^a Carolina da Costa Aguiar, que mais tarde, ele chamaria de “santa avozinha” e de seu tio Adolfo Nardy, ainda estudante na Academia de Direito do Largo de São Francisco. Ao cursar o último ano, já iniciado na advocacia, Adolfo Nardy resolveu trazer a família para São Paulo. Nomeado promotor público da comarca de Piracicaba, vai para a “noiva da colina” e ali, numa casa térrea do largo da Matriz, Francisco passa a maior parte de sua infância. Em Itu, residia o capitão Antonio Nardy de Vasconcellos, pai de Adolfo e avô paterno de Francisco. Em 1887, corre na família a notícia de sua doença. Foi quando o Dr. Adolfo, desejando estar perto do pai, levou toda a família para Itu, onde foram morar num sobrado da Rua da Palma. Foi a partir dessa época que Francisco tomou os primeiros contactos com a terra natal, conhecendo-a melhor, palmilhando por entre suas ruas estreitas, sentindo a imponência dos sobradões imperiais, admirando seus austeros varões e conhecendo os campos dos arredores com as frequentes visitas à fazenda “São Carlos”, especialmente por ocasião da festa que marcava o início da moagem e o benzimento das moendas, quando beijava a mão do venerando e virtuoso vigário Padre Miguel Corrêa Pacheco. Era o desabrochar de profundos sentimentos afetivos, que Francisco Nardy Filho dedicaria durante a vida à sua sempre querida e lembrada Itu.

Alfabetizado em casa, por sua avó D^a Carolina, Francisco melhorou o aprendizado na escolinha particular de Francisco Martins de Mello e não Externato do maestro e compositor Tristão Mariano da Costa, mestre rigoroso, que exigia de seus alunos, disciplina, aplicação e obediência à religião católica.

Em suas reminiscências, Francisco lembra que o mestre Tristão costumava ensinar e argüir os discípulos portando uma régua, dessas que têm filetes metálicos nas quinas; o instrumento servia tanto para ponteiro quando utilizava o quadro-negro e mapas, como para corrigir algum menino que saísse da linha. E arremata: “era enérgico e bom mestre, com ele a gente, por bem ou por mal, havia de aprender”.

Foi assim que Francisco se preparou para ingressar, em 1891, aos 12 anos de idade, no Colégio São Luís, cujo renome aumentava a cada ano e ia além das fronteiras paulistas. Com os jesuítas, aprimora os estudos, cultivando uma intensa vida espiritual. A semente da religião desenvolveu-se em sua alma de adolescente, para mais tarde, produzir frutos no católico convicto, no homem de fé e sincero amigo da Igreja, especialmente dos padres da Companhia de Jesus. Itu, com a fundação, em 1867, do Colégio São Luís, foi a primeira cidade da província de São Paulo a receber os sacerdotes jesuítas na fase da restauração da Companhia. Ao relembrar os tempos do São Luís, Francisco referia-se aos Padres José Maria Mantero, Luiz Banio, Luiz Rossi, Luiz Yabar, Manoel de Lima, Raphael Galanti, Cesar Angelis e outros, todos “ótimos mestres, bondosos, se bem que enérgicos quando preciso”. Também pudera, éramos “500 alunos e se não houvesse essa férrea disciplina, aquilo seria uma balbúrdia”.

Quando, em 1917, deu-se a transferência do educandário para a capital, Nardy Filho sentiu amargamente e guardou certa frustração diante do fato irreversível. Dez anos depois, ao publicar seu 1º volume de “A Cidade de Itu” escreveu à pág. 161: “hoje não mais existe em Itu esse importantíssimo Colégio, não mais essa cidade pode-se orgulhar de possuir em seu seio esse modelar estabelecimento de instrução”. Mais adiante acrescenta: “a fundação do Colégio São Luís foi devida única e exclusivamente à generosidade e aos esforços dos antigos ituanos, que assim demonstraram o seu amor à sua terra e o cuidado que dispensavam à educação de seus filhos”.

Deixando o São Luís, na entrada da adolescência, Francisco vai para a fazenda “São Carlos”, mas logo percebe que o trato com a lavoura e a criação, estava longe de satisfazer suas aspirações. Reconhecia que precisava aproveitar os ensinamentos recebidos no São Luís. Incentivado pelo pai médico, resolve prosseguir os estudos. Aos poucos, vai demonstrando o gosto pela leitura e começa a redigir conselhos aos jovens, baseados nos princípios da moral cristã. Sente que o correr da pena era seu filão maior. Segue para a capital e vai cursar o Instituto de Ciências e Letras, ao lado de Júlio Prestes, Monteiro Lobato e Soares Hungria. Participa da fundação do Grêmio Literário “Álvares de Azevedo” e ajuda a lançar o jornal “O Paulista”, órgão do Grêmio, onde publica seus primeiros escritos. Prepara-se para o ingresso na Faculdade de Direito. Aproximava-se a passagem do século. A cidade sofre o impacto de uma segunda fundação. Era o

começo da grande disparada rumo ao progresso. O jovem ituano, habituado à vida provinciana de uma pacata cidade do interior fica aturdido com a cidade grande. Tudo lhe parecia um tanto estranho. Seu pensamento está voltado para a terra natal. A atração de suas origens era irresistível. Abandona então os estudos regulares e retorna a Itu, onde sempre desejou viver. O jovem, com pouco mais de vinte anos, desprovido do bafejo da fortuna como alguns de seus ascendentes, viu-se na emergência de trabalhar. A responsabilidade aumenta ao contrair matrimônio, em 1907, com D^a Maria Luiza Silveira e a chegada dos filhos Ignacio, Luiz Gonzaga, Maria Aparecida e José Maria. O meio, pouco ou nada oferecia. Para sobreviver, a receita era ministrar algumas aulas de alfabetização. E, assim mesmo, nos arrabaldes da cidade. Aluga uma modesta casa no bairro Pinheirinho, onde na capela do lugar, ensina as primeiras letras às crianças e adultos. Nos intervalos das aulas, Francisco rabiscava algumas notas. As tiras de papéis e o crescente exercício da pena já exerciam verdadeiro fascínio em sua vida diária. Inicia então uma fecunda atividade jornalística. A imprensa ituana tinha longa tradição. Os primeiros órgãos datam de 1860. Os primeiros trabalhos de Nardy Filho, de fundo moral ou religioso são publicados, em 1896, no jornal "A Cidade de Itu". Em 1904, exerce as funções de redator-secretário do jornal, que, nesse ano, chegou a circular diariamente. No ano seguinte, faz parte do grupo de fundadores do semanário "A Federação", órgão das Associações Católicas de Itu, cuja circulação ininterrupta até hoje, é um exemplo que dignifica a pequena imprensa do país. Sua colaboração no órgão aparece no mesmo ano da fundação. Percebe-se nas entrelinhas dos artigos, o novel pesquisador da história de Itu e o apologista das "glórias e monumentos de minha terra". Tal tendência vai-se acentuando com os anos. Logo aparecem as primeiras crônicas, em estilo leve e saboroso, abordando os feitos de antigos ituanos. Em 1920, ingressa nos Correios e Telégrafos, emprego que lhe dá maior tranquilidade. Nesse mesmo ano, passa a integrar o quadro social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Durante a década de 20 realiza um paciente trabalho de recuperação dos velhos documentos de Itu. Folheia e faz anotações das atas, ofícios e representações da Câmara, dos livros do tombo das Igrejas Matriz e Carmo e dos antigos jornais ituanos. Familiariza-se com as obras de Frei Gaspar da Madre de Deus, Azevedo Marques, Machado de Oliveira, Pe. Raphael Galanti, Joaquim Leme de Oliveira César, o primeiro a escrever sobre "Notas históricas da Cidade de Itu", publicada no vol. 25, ano 1927, da Revista do IHGSP, e Antonio Augusto da Fonseca e seus "Tipos Ituanos", inseridos nos dois primeiros volumes da Revista do Instituto. A mancheias, escreve crônicas, baseadas em rigorosa documentação. É solicitado por todos os jornais de Itu e cidades vizinhas. Já havia publicado seu primeiro livro, "Notas Históricas do Convento do Carmo" (1919). A atividade intelectual, como soi acontecer nas pequenas cidades, leva Francisco a uma posição de destaque na sociedade. Muito modesto e sem aspirações quanto a

posições de mando, é, entretanto, requisitado para novas funções. Ocupa cargos de professor no principal Grupo Escolar, o “Cesário Mota” e participa da política do Partido Republicano, preferindo a facção dos “jagunços” liderada pelo Cel. Antônio de Almeida Sampaio. Nada impedia, entretanto, de reservar longas horas para a pesquisa. O estudo da gente e dos fastos ituanos era o seu forte.

Quando em 1934, por motivo de promoção no serviço público, foi transferido para São Paulo, intensificou as pesquisas. Recebe um honroso convite de D. Duarte Leopoldo e Silva para dirigir o Arquivo da Cúria Metropolitana, freqüenta com assiduidade o Arquivo Público do Estado, onde remexe os manuscritos e impressos dos maços de Itu. Em 1935, inicia uma brilhante colaboração em “O Estado de São Paulo”, onde, até 1958, pouco antes de sua morte, publica 548 crônicas e artigos históricos, abordando temas referentes a Itu, São Paulo, Sant’Ana do Parnaíba, Porto Feliz, Capivari, Monte-Mor, Piracicaba e outras cidades. Acontecimentos políticos, festas religiosas, manifestações folclóricas, biografias, história das mais variadas instituições, casos policiais etc., aparecem nesses escritos. Dava especial preferência à exaltação das glórias de sua terra, considerando que “povo feliz foi o ituano que teve para guiá-lo, para orientá-lo no seu acendrado amor à liberdade e à terra brasileira, dois de seus mais diletos filhos: Francisco de Paula Sousa e Mello nas pugnas pela nossa independência e João Tibiriçá Piratininga nas lutas em prol da liberdade, concretizada no ideal republicano”.

Francisco Nardy Filho, debruçado sobre velhos papéis, amarelados e corroídos, manteve sempre a principal virtude do historiador, isto é, a fidelidade aos documentos. Muitos foram transcritos em sua obra, acompanhados de breves ou longas explicações. Em 1928, lança o 1º volume de “A Cidade de Itu” dedicado ao histórico da fundação de Itu, onde transcreve o inédito testamento de Domingos Fernandes, da criação da vila, comarca, cidade e município e dos principais monumentos ituanos. O 2º volume aparece em 1930 e trata da participação de Itu nos grandes lances da história pátria, desde a aclamação de D. João VI até a República. Ao escrever o prólogo, Nardy Filho diz que se sentia recompensado ao publicar o 1º vol., pois “os ituanos souberam dar valor ao meu trabalho, manifestando o prazer que sentiram ao conhecer os feitos de seus antepassados”. E era isso o que desejava. Modesto e grato, duas qualidades humanas do autêntico homem de letras, Nardy Filho agradecia ao abonado ituano e chefe político José de Almeida Sampaio Sobrinho, o apoio financeiro que possibilitara a publicação dos dois volumes. Somente vinte anos após foi possível o lançamento do 3º volume. A mudança para a capital e as dificuldades de promoção da obra justificam o longo intervalo. Nesse meio tempo, porém, o historiador não descansou e foi produzindo outros trabalhos, os quais, embora de menor fôlego, são de grande valia. Publica três biografias: “O Pe. Bento Dias

Pacheco” (1931), “O Vigário Pe. Miguel Corrêa Pacheco” (1933) e o “Pe. Antonio Pacheco da Silva”, o primeiro Apóstolo dos lázaros no Brasil (1950). Comemorando o centenário de fundação da Santa Casa de Misericórdia de Itu, sua Mesa administrativa resolveu publicar o histórico do hospital. Convida Francisco Nardy Filho para o trabalho. O historiador consulta relatórios, atas e assentamentos da instituição, relê os apontamentos que possuía e as anotações do médico Dr. Braz Bicudo de Almeida, que, como secretário da Irmandade, possuía um histórico com a relação completa de todas as Mesas Administrativas. Em 1940 é lançado o volume. Nardy Filho reafirma em nota de introdução, que só aceita e publica aquilo que a “documentação exata nos contar”. Fala das origens das Santas Casas em Portugal e Brasil, antes de tratar da entidade ituana, quando aborda os fundadores e provedores, os primeiros capelães, médicos e as irmãs de São José que exerceram funções no hospital e conclui com as reformas e melhoramentos no velho edifício da Rua da Palma, atual Rua dos Andradas.

Em 1949, aparece a magnífica colaboração para o estudo das origens de nosso parque industrial. Trata-se da “Fábrica de Tecidos São Luiz de Itu”, a primeira fábrica de tecidos a vapor fundada em São Paulo, histórico de sua fundação e dos seus primeiros anos de atividade, graças ao pioneirismo do Cel. Luiz Antonio de Anhaia. Entre as inúmeras congratulações, Nardy Filho recebeu uma carta do escritor, historiador e grande benfeitor de Itu, o Dr. Luiz Gonzaga Novelli Jr., que bem interpreta o valor da obra: “Meu caro F. Nardy Filho. Acabo de ler sua plaqueta histórica sobre a Fábrica de Tecidos São Luiz, de nossa querida terra natal, a velha e gloriosa cidade de Itu. Fiel leitor de seus trabalhos, não me causou admiração encontrar nessas páginas um documentário de tanto interesse e valia sobre a primeira fábrica de tecidos a vapor de São Paulo. Ficam-lhe devendo nossa terra e nossas letras mais esse serviço à restauração da verdade e à propaganda de nomes ilustres, que tanto labutaram pelo engrandecimento de nosso incipiente parque industrial. Muito grato pelos momentos de prazer intelectual que me proporcionou, cumprimento calorosamente pelo trabalho que, suprimindo uma lacuna, vem enriquecer as páginas de nosso documentário. Sinceramente seu admirador Novelli Jr. São Paulo, 19 de outubro de 1949.”

Os dois últimos volumes de “A Cidade de Itu” foram lançados em 1950 e 1951, sob o patrocínio da Prefeitura e Câmara Municipal de Itu. O 3º abrange 79 crônicas publicadas em jornais, sobretudo “O Estado”. O autor explica que todas foram escritas “a par da fidedigna documentação e referem-se à vida e costumes de Itu antigo.” Sua intenção era, mais uma vez, servir à terra em que nascemos e sinceramente amamos, procurando torná-la conhecida, contando a sua bela e gloriosa história. O 4º volume está dividido em duas partes: uma Cronologia ituana de 1604 a 1610 e mais 21 crônicas.

Boa parte da obra nardyana permanece praticamente desconhecida das novas gerações. Basta dizer, que o número de crônicas ou artigos publicados na imprensa ultrapassa a casa dos mil. O poder público ituano está anunciando a reedição para este ano do centenário dos volumes de Francisco Nardy Filho, acrescidos do 5º volume de "A Cidade de Itu" que o ituano Emérito deixou em manuscrito. Trata-se de uma iniciativa que, se concretizada, será digna dos maiores aplausos. Oportuno também seria o lançamento de uma coletânea das crônicas, a exemplo de Porto Feliz, que, através de uma empresa particular, está preparando uma série de artigos de F. Nardy Filho sobre a velha Ararituaba.

*

PERIPÉCIAS RELIGIOSAS

Tristão de Athayde

Desde que, há onze anos, pouco antes de falecer tão prematuramente, João Camilo de Oliveira Torres publicou sua obra capital sobre a **História das idéias religiosas no Brasil** (ed. Grijalbo), tem crescido, de ano para ano, o número dos que se vêm ocupando com o tema e suas criações, como João Alfredo Montenegro e sua **Evolução do Catolicismo no Brasil** (Vozes, 1972) ou **O pensamento católico no Brasil** (Zahar, 1975) de Antônio Carlos Vilaça e seu estudo sobre a Questão Religiosa. Neste próprio ano de 1979, mais dois volumes vêm enriquecer essa bibliografia, outrora tão escassa: **A Igreja e a Política no Brasil** (Lisboa, Sá da Costa) de Márcio Moreira Alves e **Igreja e Estado em tensão e crise**, de Tales de Azevedo (Ática). Ainda mais recentes os livros sobre Puebla de frei Beto e de Irineu Guimarães e o mais recente volume da obra teológica considerável de frei Leonardo Boff (**O rosto materno de Deus**, ed. Vozes). Sem falar de obras anteriores de Thomaz Bruneau, **O Catolicismo brasileiro em época de transição** (1974) e **Formação do Catolicismo brasileiro** (1974) de Eduardo Hornaert. É toda uma floração de obras do mesmo tipo, a que, de certo modo, podemos acrescentar o volume sobre o Irã (ed. Expressão e Cultura, 1979), em torno do problema da revolução iraniana de tipo teocrático. E a viagem de João Paulo II à Polônia é o grande acontecimento da hora.

Tudo isto mostra como está desatualizada a famosa sentença marxista de "religião, ópio do povo". O fenômeno religioso, em todos os tempos e em toda parte, pode ser encarado como pensamento, como sentimento e como instrumento. A teologia, em suas variadas concepções, é o aspecto do pensamento especulativo e filosófico da religião. A fé, como sentimento, é a sua natureza afetiva e temperamental. Enquanto o seu aspecto instrumental é a religião como meio de ação.

Boa parte da obra nardyana permanece praticamente desconhecida das novas gerações. Basta dizer, que o número de crônicas ou artigos publicados na imprensa ultrapassa a casa dos mil. O poder público ituano está anunciando a reedição para este ano do centenário dos volumes de Francisco Nardy Filho, acrescidos do 5º volume de “A Cidade de Itu” que o ituano Emérito deixou em manuscrito. Trata-se de uma iniciativa que, se concretizada, será digna dos maiores aplausos. Oportuno também seria o lançamento de uma coletânea das crônicas, a exemplo de Porto Feliz, que, através de uma empresa particular, está preparando uma série de artigos de F. Nardy Filho sobre a velha Ararituaba.

*

PERIPÉCIAS RELIGIOSAS

Tristão de Athayde

Desde que, há onze anos, pouco antes de falecer tão prematuramente, João Camilo de Oliveira Torres publicou sua obra capital sobre a **História das idéias religiosas no Brasil** (ed. Grijalbo), tem crescido, de ano para ano, o número dos que se vêm ocupando com o tema e suas criações, como João Alfredo Montenegro e sua **Evolução do Catolicismo no Brasil** (Vozes, 1972) ou **O pensamento católico no Brasil** (Zahar, 1975) de Antônio Carlos Vilaça e seu estudo sobre a Questão Religiosa. Neste próprio ano de 1979, mais dois volumes vêm enriquecer essa bibliografia, outrora tão escassa: **A Igreja e a Política no Brasil** (Lisboa, Sá da Costa) de Márcio Moreira Alves e **Igreja e Estado em tensão e crise**, de Tales de Azevedo (Ática). Ainda mais recentes os livros sobre Puebla de frei Beto e de Irineu Guimarães e o mais recente volume da obra teológica considerável de frei Leonardo Boff (**O rosto materno de Deus**, ed. Vozes). Sem falar de obras anteriores de Thomaz Bruneau, **O Catolicismo brasileiro em época de transição** (1974) e **Formação do Catolicismo brasileiro** (1974) de Eduardo Hornaert. É toda uma floração de obras do mesmo tipo, a que, de certo modo, podemos acrescentar o volume sobre o Irã (ed. Expressão e Cultura, 1979), em torno do problema da revolução iraniana de tipo teocrático. E a viagem de João Paulo II à Polônia é o grande acontecimento da hora.

Tudo isto mostra como está desatualizada a famosa sentença marxista de “religião, ópio do povo”. O fenômeno religioso, em todos os tempos e em toda parte, pode ser encarado como pensamento, como sentimento e como instrumento. A teologia, em suas variadas concepções, é o aspecto do pensamento especulativo e filosófico da religião. A fé, como sentimento, é a sua natureza afetiva e temperamental. Enquanto o seu aspecto instrumental é a religião como meio de ação.

Ao longo dos três estágios sociais de nossa evolução histórica, o fenômeno religioso no Brasil pode ser considerado sob cada uma dessas três faces. Durante o período colonial, predomina, de modo absoluto, o caráter instrumental da religião. Ela nos veio, nas caravelas portuguesas, de modo unitário e oficial. O Catolicismo foi um dos braços da política de “Fé e Império”, em nome da qual se fez a epopéia das navegações lusitanas, na palavra do maior poeta da língua. Ao contrário do Cristianismo norte-americano, que veio de baixo para cima, trazido pelos fiéis para as instituições, o nosso nos veio de cima para baixo, das instituições para os homens. De modo oficial e não espontâneo, embora vinculado a um catolicismo popular tradicional. A cristianização dos Estados Unidos, tanto protestante como católica, se processou como translação voluntária dos **quakers** e dos irlandeses, fugindo ao estamento da Igreja Anglicana ou à opressão protestante dos ingleses contra os irlandeses. Ao passo que, entre nós, foi o Estado que trouxe a Igreja. Não esta que faria o Estado, como aconteceu na América Inglesa. Nos séculos coloniais, no Brasil, se defrontaram uma religião dominante, ligada à Coroa em face de um povo, sentimentalmente católico ou de um animismo religioso da população autóctone e da imigração africana. A Igreja oficial é representada então pelo clero secular. Enquanto a Igreja missionária, com a função de converter a massa indígena ao Cristianismo, era encarnada nas ordens religiosas, especialmente na Companhia de Jesus, em plena euforia de sua recente fundação. Esse Cristianismo missionário também apresentava um aspecto instrumental como pedagogia da conquista e como fundador da nossa cultura, na base do humanismo clássico, de tipo renascentista. Quanto ao aspecto afetivo de nossas origens religiosas. nessas caravelas da conquista vinha não só o interesse da expansão política e econômica, mas um enraizado sentimento cristão tradicional, que viria a ser a base do que são, até hoje, as raízes mais profundas da nossa religiosidade popular. No plano do pensamento, entretanto, só uma figura se destacou durante esses séculos coloniais. Essa figura foi, como ninguém ignora, a personalidade genial do padre Antônio Vieira, que continua até hoje à espera de um biógrafo à altura de sua personalidade universal.

Durante o Império, aquela subordinação inicial da Igreja à Coroa se transformou numa luta pela independência da Igreja, em face do Padroado do Estado. Essa luta iria culminar na Questão Religiosa, que precipitou a queda do regime imperial e a futura separação dos dois poderes tradicionais pelo regime republicano. Enquanto os poderes civil e religioso se digladiavam, a unidade da fé se fragmentava pelo agnosticismo positivista, monista ou renaniano das elites e pelo animismo politeísta e sincretista das massas populares, em virtude particularmente da escravidão africana. Esse confronto entre o Catolicismo hereditário e sentimental das classes superiores e o animismo umbandista ou espírita das classes populares, junto à entrada do Protestantismo a partir de

1860, introduzem o pluralismo religioso em nossa sociedade. Quanto ao pensamento teológico, o século evolui da influência do “iluminismo” e das idéias democráticas do Seminário de Olinda, com seu reflexo em figuras político-religiosas como frei Caneca ou o padre Miguelinho (vítimas do reacionarismo oficial) ou então, do ecletismo romântico de frei Montalverne até a aurora das “grandes conversões” do fim do século, com Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, Júlio César de Moraes Carneiro, o futuro padre Júlio Maria, ou Eduardo Prado. Essas conversões iam preparar a transição entre uma Igreja subordinada à Coroa ou em luta contra ela, para a Igreja independente e militante do século XX. Nesses primeiros decênios do nosso próprio século, essa dicotomia entre Religião e Política redundaria numa apatia religiosa das classes superiores em face dos problemas político-sociais, que foi denunciada na famosa Carta Pastoral de D. Sebastião Leme, em 1916, com a qual se abre uma nova fase do relacionamento ou da hostilidade entre os dois poderes, o político e o religioso.

Com o advento da Revolução de 30 mudaria mais uma vez o quadro. De um lado, crescia o sentimento religioso das massas, embora dominado por um forte sincretismo pluralístico. De outro, o triunfo inesperado da Revolução de 30 abria o laicismo pragmático do Estado Novo a uma concepção positivista do governo em face da Igreja, considerada como uma fato social realista, concepção esta tipicamente encarnada na figura de Getúlio Vargas. Enquanto outra figura carismática, ao lado do cardeal Leme, mobilizava as classes médias pela Ação Católica e particularmente pela Liga Eleitoral Católica, para uma participação, não partidária, na política, que o voto aberto às mulheres pela famosa lei Maurício Cardoso vinha permitir ao Catolicismo. Até então indiferente ou hostil ao exercício da política, iniciaria ele uma atuação inteiramente nova e participante. Para isso concorria um movimento intelectual concomitante, em que três personalidades se destacaram, cada uma a seu modo: Farias Brito, com seu bergsonismo espiritualista; Jackson de Figueiredo, com seu pascalianismo polêmico e sua visão política baseada em Joseph de Maistre; e Leonel Franca, com sua formação jesuítica universitária, suas polêmicas antiprotestantes e acima de tudo, sua impressionante presença sobrenatural.

Com esse tríplice movimento institucional — a mobilização do laicato das classes médias pela Ação Católica; a promoção de um humanismo intelectual e literário inédito: e a fundação das Comunidades de Base entre as massas populares, guardiãs de uma afetividade fracionada, mas fervorosa — abriam-se novos horizontes que iriam recolocar a religião no centro dos acontecimentos mais dinâmicos de nossa História Pátria. Não mais como instrumento

político colonizador, tal como foi no início de nossa História, mas como elemento libertador ao mesmo tempo intelectual, afetivo e ativo na preparação da nacionalidade para as tarefas imperiosas do século XXI.

(Transcr. da “Folha de São Paulo.”)

*

HISTÓRIA DE UMA NOTA SÓ

Ernani Silva Bruno

No recente simpósio promovido pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História disse Odilon Nogueira de Matos que os pesquisadores brasileiros ficaram durante muito tempo presos a uma espécie de “monotemática”, em que os paulistas exageravam a importância das bandeiras, os pernambucanos só se preocupavam com a insurreição antinflamenga, os mineiros valorizavam apenas a Inconfidência, e assim por diante.

A observação parece procedente. Sem que se desconheça a importância, no quadro da evolução da civilização brasileira, de fenômenos ou fatos como a expansão bandeirante, a luta contra os holandeses ou o movimento libertador que teve como cenário a antiga Vila Rica, a verdade é que o excesso de preocupação com temas dessa natureza parece ter impedido que os pesquisadores brasileiros tentassem excursionar por outras áreas também fundamentais de nossa história.

Mas a essa preocupação com assuntos episódios, que seria uma deficiência da historiografia brasileira, poderia se acrescentar uma espécie de distorção ou desconversa que José Honório Rodrigues chama de historiografia biográfica: “A historiografia biográfica tem sido capitulacionista, porque sua imagem é a das classes dominantes, das personalidades dirigentes, nem sempre verdadeiramente criadoras e fertilizadoras do nosso processo histórico”.

Talvez, em última instância, a monotemática e a historiografia biográfica sejam frutos de uma mesma mentalidade, cujos representantes parecem convencidos de que não se deve investigar o passado para verificar crua-mente como ele foi, tecido de riquezas e misérias, de renúncias e ambições, de heroísmo e patifarias. E sim para louvar sem restrições esse passado, como se ao longo dos séculos tivéssemos sido sempre uma população composta só de heróis, de idealistas, de generosos, de santos. Os que assim pensam, regalam-se, ao mesmo tempo, com as figuras dos homens poderosos e dos ricos de cada época, como se a existência de tais figurões não implicasse o reconhecimento de um

político colonizador, tal como foi no início de nossa História, mas como elemento libertador ao mesmo tempo intelectual, afetivo e ativo na preparação da nacionalidade para as tarefas imperiosas do século XXI.

(Transcr. da “Folha de São Paulo.”)

*

HISTÓRIA DE UMA NOTA SÓ

Ernani Silva Bruno

No recente simpósio promovido pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História disse Odilon Nogueira de Matos que os pesquisadores brasileiros ficaram durante muito tempo presos a uma espécie de “monotemática”, em que os paulistas exageravam a importância das bandeiras, os pernambucanos só se preocupavam com a insurreição antinflamenga, os mineiros valorizavam apenas a Inconfidência, e assim por diante.

A observação parece procedente. Sem que se desconheça a importância, no quadro da evolução da civilização brasileira, de fenômenos ou fatos como a expansão bandeirante, a luta contra os holandeses ou o movimento libertador que teve como cenário a antiga Vila Rica, a verdade é que o excesso de preocupação com temas dessa natureza parece ter impedido que os pesquisadores brasileiros tentassem excursionar por outras áreas também fundamentais de nossa história.

Mas a essa preocupação com assuntos episódios, que seria uma deficiência da historiografia brasileira, poderia se acrescentar uma espécie de distorção ou desconversa que José Honório Rodrigues chama de historiografia biográfica: “A historiografia biográfica tem sido capitulacionista, porque sua imagem é a das classes dominantes, das personalidades dirigentes, nem sempre verdadeiramente criadoras e fertilizadoras do nosso processo histórico”.

Talvez, em última instância, a monotemática e a historiografia biográfica sejam frutos de uma mesma mentalidade, cujos representantes parecem convencidos de que não se deve investigar o passado para verificar crua-mente como ele foi, tecido de riquezas e misérias, de renúncias e ambições, de heroísmo e patifarias. E sim para louvar sem restrições esse passado, como se ao longo dos séculos tivéssemos sido sempre uma população composta só de heróis, de idealistas, de generosos, de santos. Os que assim pensam, regalam-se, ao mesmo tempo, com as figuras dos homens poderosos e dos ricos de cada época, como se a existência de tais figuras não implicasse o reconhecimento de um

sintoma de moléstia social extremamente grave: a existência de milhões de homens que nada possuíam e que nada podiam.

Essa maneira de encarar o passado se reflete, por exemplo, em livros de memorialistas de famílias da classe dominante que, em sua infância ou adolescência, viveram a época final do cativo. A ternura por seus pais ou avós leva-os por vezes a traçarem quase uma apologia das condições de vida das negras e dos negros que enxameavam em suas mansões, em suas fazendas, em seus engenhos. E por pouco não nos fazem acreditar que os troncos, as golilhas, os vira-mundos, as gargalheiras (de que o antropólogo Artur Ramos fez um levantamento e uma classificação muito interessantes) tivessem sido usados, no tempo do cativo, como peças de adorno ou decoração. Fica-se matutando como certos aspectos de nossa história social se beneficiariam de novas luzes se alguns cativos ou descendentes de cativos tivessem podido escrever suas memórias. Teríamos, ao lado do depoimento da casa-grande, o testemunho da senzala. O retrato de uma época da sociedade brasileira vista também pelos olhos da muçama, do moleque de recados, da mãe preta, do negro do eito.

O fato é que existe uma falsa historiografia de louvações, cujos praticantes se sentiram magoados, por exemplo, quando Alcântara Machado se referiu à pobreza da sociedade paulista da época do bandeirismo. E que se mostravam delirantes de emoção retrospectiva ao dizerem, cheios de orgulho, que na grande casa de fazenda do Padre Guilherme Pompeu de Almeida, em Araçariguama, havia, debaixo dos numerosos leitos, uma centena de mimosos urinóis de prata.

Dessa mesma mentalidade resulta também o desconhecimento de certos aspectos importantes da evolução da cultura brasileira, como por exemplo, o da habitação e seus equipamentos. Quase todos aqueles autores que tentaram estudar a evolução dos móveis, dos utensílios e dos demais objetos do ambiente caseiro do Brasil, focalizaram a matéria como um capítulo de história da arte. O que pode ser muito útil e louvável, mas não esgota o tema, porque na maioria das habitações, como é óbvio, o equipamento caseiro não se compõe em função da arte erudita, mas se improvisa sob a inspiração dos recursos disponíveis e das necessidades práticas. E como a história da civilização brasileira deve significar a história do povo brasileiro, qualquer enfoque restritivo é uma distorção. Quem imaginar que o brasileiro, em qualquer época de nossa história, viveu entre tapeçarias, móveis Luís XV, travessas e pratos da louça das Índias, quadros renascentistas e prataria aos quilos ou às arrobas, só pode estar delirando ou afetado da mania de grandeza.

A essa mania de grandeza não se ajustam os rudes e pobres equipamentos que povoaram, através dos séculos e ao largo das regiões, a morada do brasileiro. A rede, a esteira, a gamela de banho, a prensa de mandioca, o pote

feito por crioulo índio, a candeia de barro, o polvarinho de chifre — coitados — não conferem “status” aos seus remotos possuidores. Nem conseguem qualquer cotação que sensibilize os antiquários e os intermediários. Nem se enquadram no rol das antiguidades consagradas pela museologia convencional. Nem dispõem de genealogia que os encaixe nas grandes tendências artísticas universais.

Como não existem jiraus manuelinos, canastras D. João V, pilões neoclássicos ou cuscuzeiros de Sèvres, fica completamente à margem dos estudos daqueles autores toda a humilde tralha que assistiu e participou da vivência doméstica do brasileiro de outras épocas. Principalmente do brasileiro puro e simples, que não foi alcaide nem capitão-mor da vila, nem conde, visconde, barão ou camareiro do paço imperial, mas que fez parte — com sua casa e seus pertences — da população nacional, em visto do que parece ter conquistado o direito à atenção dos atuais historiógrafos. E, por conseqüência, à atenção dos museólogos e orientadores de museus que por acaso pretendam manter seus compromissos com a cultura brasileira.

(Transcr. da “Folha de São Paulo”, 21-8-1979.)

*

DEMORA A ABOLIÇÃO ? ADIEMOS A ABOLIÇÃO

Hernâni Donato

Estava claro: um amanhã dos próximos e a escravidão resultaria abolida.

Além da perda do capital representado pelo corpo do negro e das comodidades a que a sociedade escravocrata se acostumara, patenteava-se grande preocupação: como substituí-lo nos trabalhos da roça ou da casa ?

Os que se demoraram a cogitar sobre o problema, chegaram à solução: se não havia como lutar contra a abolição, poder-se-ia retardá-la, apressando-a. A maior parte dos escravos não queria outra coisa se não a liberdade. Pois era dá-la, para negá-la. Mantendo-o no serviço, até mais prestativo e pois, feliz, com a ilusão da liberdade oficial.

Quebrem-se os grilhões, atem-se os contratos de serviço. As leis mantinham minuciosa severidade quanto aos contratos de prestação de serviços. Locadores e locatários jungiam-se com papéis selados e testemunhas. Os contratos serveriam, perfeitamente, para manter escravos os libertos.

A partir de 1870, um pouco por toda parte, os livros dos juizados de paz foram registrando contratos, no meio dos quais o negro passava a

feito por crioulo índio, a candeia de barro, o polvarinho de chifre — coitados — não conferem “status” aos seus remotos possuidores. Nem conseguem qualquer cotação que sensibilize os antiquários e os intermediários. Nem se enquadram no rol das antiguidades consagradas pela museologia convencional. Nem dispõem de genealogia que os encaixe nas grandes tendências artísticas universais.

Como não existem jiraus manuelinos, canastras D. João V, pilões neoclássicos ou cuscuzeiros de Sèvres, fica completamente à margem dos estudos daqueles autores toda a humilde tralha que assistiu e participou da vivência doméstica do brasileiro de outras épocas. Principalmente do brasileiro puro e simples, que não foi alcaide nem capitão-mor da vila, nem conde, visconde, barão ou camareiro do paço imperial, mas que fez parte — com sua casa e seus pertences — da população nacional, em visto do que parece ter conquistado o direito à atenção dos atuais historiógrafos. E, por conseqüência, à atenção dos museólogos e orientadores de museus que por acaso pretendam manter seus compromissos com a cultura brasileira.

(Transcr. da “Folha de São Paulo”, 21-8-1979.)

*

DEMORA A ABOLIÇÃO ? ADIEMOS A ABOLIÇÃO

Hernâni Donato

Estava claro: um amanhã dos próximos e a escravidão resultaria abolida.

Além da perda do capital representado pelo corpo do negro e das comodidades a que a sociedade escravocrata se acostumara, patenteava-se grande preocupação: como substituí-lo nos trabalhos da roça ou da casa ?

Os que se demoraram a cogitar sobre o problema, chegaram à solução: se não havia como lutar contra a abolição, poder-se-ia retardá-la, apressando-a. A maior parte dos escravos não queria outra coisa se não a liberdade. Pois era dá-la, para negá-la. Mantendo-o no serviço, até mais prestativo e pois, feliz, com a ilusão da liberdade oficial.

Quebrem-se os grilhões, atem-se os contratos de serviço. As leis mantinham minuciosa severidade quanto aos contratos de prestação de serviços. Locadores e locatários jungiam-se com papéis selados e testemunhas. Os contratos serveriam, perfeitamente, para manter escravos os libertos.

A partir de 1870, um pouco por toda parte, os livros dos juizados de paz foram registrando contratos, no meio dos quais o negro passava a

liberto e no fim negociava tal liberdade a uma submissão que a lei estendia para além de toda possibilidade temporal e legal da abolição.

Exemplos ? Vamos lá:

A 16.8.1881, a folhas 9 do Livro 1, Juízo de Paz de Botucatu, Província de São Paulo, Fortunato José Rodrigues “obriga-se (com Mariano Ramos da Silva) a trabalhar em todo e qualquer serviço de lavoura que estiver a seu alcance desta data a seis anos, ganhando a quantia de cento e oitenta e três mil réis por ano, sendo ano contato, para o que já recebeu adiantadamente a quantia de um conto trezentos e oitenta e sete mil quatrocentos e sessenta e cinco réis, cuja quantia recebeu para o pagamento de sua liberdade...“()...se no fim dos seis anos (...) ainda ficar devendo ao locatário obriga-se a novo contrato com as condições de nessa ocasião combinarem até extinguir seu débito. O locatário obriga-se a dar ao locador sustento na mesa e roupa lavada...” O Fortunato não sabia assinar, lógico. Quem nos dirá que tenha comparecido ante o Juiz de Paz ? E assim, por um conto e trezentos e oitenta mil réis, o ex-senhor e então empregador garantia-se o Fortunato por um mínimo de seis e provavelmente doze anos. Viesse a abolição no dia seguinte ! O seu negro já não tinha correntes nos pés mas continuava preso ao eito, não podia partir nem recusar trabalho. Em troca de comida e roupa. Nenhum dinheiro. Exatamente como no tempo da senzala. Com uma severa agravante: o Fortunato não tinha direito, na condição de homem livre, a médico e botica por conta do empregador. Se doente, de onde tiraria para tais despesas ? Um novo empréstimo para com o patrão.

Mais elaborado e, portanto, mais elucidativo quanto aos propósitos destes contratos libertários é aquele celebrado a folhas 33 do livro mencionado, a 5.10.1882 entre Vicente Ferreira Prestes “e os libertados pelo mesmo: Salvador, Serafim, Joaquim, Claudino, Valentim, José, Valêncio, Pedro, Domingos, Benta, Teolinda, Leopoldina, Eduarda, Lionarda, Generosa, Joana, Joaquina, Cândida, Guilhermina e o menor Benedito, como locadores dos serviços de lavoura que se obrigam ao locatário pelo espaço de cinco anos (...) sem que recebam contribuição alguma pelos mesmos serviços (...) aos quais se sujeitam de suas muito livres e espontâneas vontades, como uma remuneração de gratidão pelas alforrias que do mesmo receberam, e por cujo ato hoje se acham no gozo de plena liberdade (...) não podendo eles, locadores, ausentarem-se dos serviços do locatário sem que seja por este permitido (...) e se, por ventura, o mesmo locatário for falecido antes que se finde o tempo a que ficam obrigados a serviço, eles, locadores, ficam da mesma sorte obrigados a trabalhar até aquele tempo...”

Estavam livres o Salvador, o Serafim e os outros. Talvez, orgulhosos, ostentando a nova situação. Até que pudessem — se pudessem — cotejá-la com a anterior. Tal como então, não receberiam paga pelos serviços, não

poderiam recusar ou escolher trabalho, não poderiam deixar a propriedade. Se o locatário — antigo senhor — morresse durante a vigência do contrato, o contrato fazia do Salvador, do Serafim e dos demais, bens arroláveis na herança. Mas podiam ouvir alguém lendo, no contrato que eles estavam “no gozo de plena liberdade”.

Os escravos urbanos conheciam o mesmo processo. Especialmente as escravas. Pedro Franco põe à venda sua negra Rita. É o que diz a folha 82-v do livro que vimos seguindo. Isso foi no dia 3.11.1884. Adolfo Gomes Pinheiro Machado forneceu os duzentos mil réis preço da alforria da negra Rita. Foram todos a Juízo dizer que ela “ia para a companhia do contratante, pelo tempo de seis anos (...) a prestar os serviços de uma mucamba e aos misteres de uma casa de família, sem reserva alguma, obtendo mais, em compensação da prestação de seus serviços, casa, alimentação, vestuário, dieta quando estiver enferma, médico e botica, tudo a custa do contratante, e, findos os seis anos sem interrupção dos seus serviços, ficará pronta para fazer novo contrato se convier...” Quando a Lei Áurea abriu as portas das senzalas, a Rita só devia ainda um ano dos mesmos serviços que prestara sendo escrava.

Mas a Josefina deveria ser um tipo diferente, pois com ela, tudo andou diversamente. Ou tinha muitas qualidades como “mucamba” ou sabia infernizar a vida dos seus senhores e patrões. A 27.4.1885, seu dono, Agostinho José da Silva recebeu oitocentos mil réis de seu filho Caetano da Cunha Caldeira e por essa importância deu liberdade à Josefina. De imediato ela obrigou-se “na forma da lei que rege os contratos de locação de serviços, a ir para a companhia do locatário (...), pelo tempo de quatro anos a prestar-se aos serviços de uma mucamba e aos misteres de uma casa de família, sem reserva alguma e (...) findos os quatro anos ficará apta para fazer novo contrato...”

Sem reservas. Quem sabe o que se previa que a Josefina, a Rita e outras pudessem recusar. Mas a Josefina não ficou os quatro anos. Ficou dias. A 29, (folhas 90 e verso) o contrato foi transferido para Joaquim Vaz de Almeida. Diz a letra do acordo que a Josefina, presente, concordara. Passado um ano, (folhas 109), a 20.7.1886, o Joaquim voltava a Juízo para declarar que “dava plena e geral quitação da escritura de contrato que tinha com a mesma...” Devia ter ganho bom dinheiro essa misteriosa Josefina para comprar literalmente — o distrato e ganhar a liberdade. Ou terá sido mais uma troca de dono, rolando a Josefina de casa em casa, de amo a amo... Pois **sujeitou-se** era a palavra escolhida para os contratos.

Vem bem explícita essa sujeição no contrato aceito por Manuel. (fls. 94-v, 27.6.1885): “...havendo recebido do locatário a quantia de um conto de réis, para indenizar a Antonio Nogueira de Sá, o que lhe era devedor proveniente de sua liberdade, sujeitava-se pelo presente a ir morar em companhia

do locatário pelo tempo de seis anos, trabalhando em todo e qualquer serviço de lavoura de roça”. Tal como na senzala, o agora cidadão livre Manuel recebia do locatário José Leite “sustento, vestuário para o trabalho e curativos...” Quando Isabel emancipou os escravos, o Manuel tinha ainda quase dois anos a pagar pela “liberdade”.

Também a Bernardina, por seis anos não poderia retirar-se da casa de Joaquim Jordão Pompeo de Almeida, de quem recebera a 21.9.1885, a quantia de 475 mil réis “para pagamento do importe de sua liberdade”. “Salvo se for interesse ou vontade do mesmo locatário”, diz o texto, a fls. 98 do livro seguido. Ou seja, o locatário poderia passar adiante o contrato.

Outra Bernardina foi cumprir também quatro anos, a partir do último dia de 1886, em casa de Martino Morato da Conceição, em troca dos 282.200 réis adiantados pelo mesmo para a compra da alforria da negra. Se lá permaneceu, ao debruçar-se na janela para ver passar o cortejo que festejava a abolição, deve, no mínimo, ter coçado a carapinha...

Já o Quirino (fls. 129) tinha direito a “3 pares de roupa e um cobertor por ano” dos seis anos que deveria servir na fazenda de José Custódio Pereira de Almeida. Acertaram tudo a 4.3.1887 e o Quirino obrigava-se “a não sair da fazenda sob pretexto algum...” Mas era cidadão livre, carta de alforria passada. Embora não pudesse pôr os pés na estrada e os olhos na vila. E talvez ele houvesse sonhado com a liberdade de ir e vir sem pedir licença e em poder obter dois cobertores em um mesmo inverno.

Pelos meados de 1887 o capitão Júlio César de Oliveira dava-se por satisfeito com o problema de braços para a formação de cafezal. No dia 3 de junho, levou para a fazenda os libertos Ângelo, Domiciano, Pedro, Veríssimo e Benedicto que se “constituíam devedores do locatário (...) da quantia de cem mil réis cada um e, por este contrato, se obrigavam a pagar a referida quantia em prestação de serviços de roça e, formatura de café...”

Quando esse 1887 ia a meio, ninguém duvidaria da proximidade da libertação dos escravos. Mas alguns destes, como o Prudêncio, terão sentido pressa em dizer-se livre. A 2 de julho mandou representante ao cartório assinar a rogo contrato com o alemão João José Plens. Do contrato saía liberto mas... preso por três anos, uma vez “que se obriga a prestar serviços ao senhor João José Plens como indenização da quantia de duzentos mil réis que recebeu para resgatar a sua liberdade no inventário que se procedeu digo que se procede dos bens deixados por morte de sua ex-senhora Dona Rosa Balbina de Barros”. Não poderia deixar a fazenda, receberia alimentos e cama e veria descontado o seu débito à razão de 66.666 réis por ano. A 13 de maio seguinte, os escravos eventuais do Plens ganharam a rua para “gozar” a liberdade recebida por Decre-

to. O Prudêncio, não. Por mais dois anos trabalharia na roça do João José, em pagamento da sua liberdade “conseguida” a 2.7.1887.

Também o Quirino, a Bernardina e, quem sabe, quantos mais negros e negras — meio livres e meio escravos — recebendo comida a catre por forças de um astuto contrato de trabalho. Alguns, felizardos, podiam ter “4 pares e um cobertor” ao ano. Para enrolar nele a mágoa de ver adiada — sob a legitimidade inquestionável do contrato de trabalho, a sua efetiva libertação.

*

SESQUICENTENÁRIO DE JOSÉ DE ALENCAR(*)

Mario Pires

“Era alta noite; sombras espessas cobriam as margens do Paraíba.

De repente, um rumor surdo e abafado, como de um tremor subterrâneo, propagando-se por aquela solidão, quebrou o silêncio profundo do ermo. Peri estremeceu; ergueu a cabeça e estendeu os olhos pela larga esteira do rio, que, enroscando-se como uma serpente monstruosa de escamas prateadas, ia perder-se no fundo negro da floresta. O espelho das águas, liso e polido como um cristal, refletia a claridade das estrelas que já desmaiavam com a aproximação do dia; tudo estava imóvel e quedo.

À beira do rio elevava-se uma bela palmeira, cujo alto tronco era coroado pela grande cúpula verde, formada com os leques de suas folhas lindas e graciosas.

Os cipós e as parasitas, engrazando-se pelos ramos das árvores vizinhas, desciam até o chão, formando grinaldas e cortinas de folhagens, que se prendiam às hastes da palmeira...”

Perde-se nas sombras do tempo, a lembrança deste primeiro trecho das impressionantes cenas da tempestade, do romance “O Guarani”, de José de Alencar, que ouvi na voz da professora do quarto ano do grupo escolar.

Depois, quando o livro me chegou às mãos e, pela vez primeira, eu mesmo pude ler as arrebatadas e encatadoras páginas do maior romance de Alencar... E, até hoje, passados tantos anos, e experimentadas tantas emoções em minha “vida comovida” — como tituló um de seus magníficos trabalhos, o amigo acadêmico Fernando Góes — é um renovar de estremecimentos e gozos estéticos, a releitura da obra famosa, enfim, de todos os livros de Alencar.

* Conferência proferida na Academia Campinense de Letras.

to. O Prudêncio, não. Por mais dois anos trabalharia na roça do João José, em pagamento da sua liberdade “conseguida” a 2.7.1887.

Também o Quirino, a Bernardina e, quem sabe, quantos mais negros e negras — meio livres e meio escravos — recebendo comida a catre por forças de um astuto contrato de trabalho. Alguns, felizardos, podiam ter “4 parelhos e um cobertor” ao ano. Para enrolar nele a mágoa de ver adiada — sob a legitimidade inquestionável do contrato de trabalho, a sua efetiva libertação.

*

SESQUICENTENÁRIO DE JOSÉ DE ALENCAR(*)

Mario Pires

“Era alta noite; sombras espessas cobriam as margens do Paraíba.

De repente, um rumor surdo e abafado, como de um tremor subterrâneo, propagando-se por aquela solidão, quebrou o silêncio profundo do ermo. Peri estremeceu; ergueu a cabeça e estendeu os olhos pela larga esteira do rio, que, enroscando-se como uma serpente monstruosa de escamas prateadas, ia perder-se no fundo negro da floresta. O espelho das águas, liso e polido como um cristal, refletia a claridade das estrelas que já desmaiavam com a aproximação do dia; tudo estava imóvel e quedo.

À beira do rio elevava-se uma bela palmeira, cujo alto tronco era coroado pela grande cúpula verde, formada com os leques de suas folhas lindas e graciosas.

Os cipós e as parasitas, engrazando-se pelos ramos das árvores vizinhas, desciam até o chão, formando grinaldas e cortinas de folhagens, que se prendiam às hastes da palmeira...”

Perde-se nas sombras do tempo, a lembrança deste primeiro trecho das impressionantes cenas da tempestade, do romance “O Guarani”, de José de Alencar, que ouvi na voz da professora do quarto ano do grupo escolar.

Depois, quando o livro me chegou às mãos e, pela vez primeira, eu mesmo pude ler as arrebatadas e encatadoras páginas do maior romance de Alencar... E, até hoje, passados tantos anos, e experimentadas tantas emoções em minha “vida comovida” — como titulóu um de seus magníficos trabalhos, o amigo acadêmico Fernando Góes — é um renovar de estremecimentos e gozos estéticos, a releitura da obra famosa, enfim, de todos os livros de Alencar.

* Conferência proferida na Academia Campinense de Letras.

José Martiniano de Alencar nasceu a 1º de maio de 1829, em Mecejana, Ceará, cidade junto da bela Fortaleza, e não sei porque, decorridos mais de cem anos de sua morte, nunca seus conterrâneos, pelas principais autoridades, providenciaram dar seu nome ao berço natal, quando várias personalidades tiveram melhor sorte, como Coelho Neto, Humberto de Campos, Casimiro de Abreu e muitos outros. Estamos, portanto, no sesquicentenário de José de Alencar e a data deve ser intensa e expressivamente comemorada em todo o país, dadas a universalidade e a atualidade sempiternas do onímodo criador de Iracema.

Como seu profundo admirador e não tendo outro acadêmico de nossa entidade, se oferecido para fazê-lo e o faria com muito mais brilhantismo — eis-me aqui, reverenciando um dos autores de minha preferência. E, assim, a Academia Campinense de Letras também se insere no rol de homenagens ao ilustre irmão de idéias e ideais.

Homenagens que não se podem restringir aos meios literários e acadêmicos, porque o grande autor foi tudo em sua luminosa e breve existência de 48 anos. Foi escritor, o maior romancista brasileiro, ensaísta, cronista, poeta, dramaturgo, crítico, publicista, advogado, jurisconsulto, orador parlamentar, deputado e Ministro do Império e em todas as suas atividades, se houve com o mesmo fulgor !

Machado de Assis impera como o grande purista de nossa língua, é considerado o nosso maior escritor, mas perde para Alencar em atualidade e beleza de estilo.

O autor de “D. Casmurro” é um escritor de leitura, às vezes, cansativa, porque muito sutil, enquanto que Alencar, embora sem a mesma pureza de vernáculo, é mais natural, acessível a todos os leitores, adultos ou jovens, letrados ou não. Daí a sua universalidade e atualidade. Daí porque se lê muito mais Alencar, do que Machado.

O novo Ministro da Educação e Cultura, o crítico Eduardo Portela, fazendo um confronto entre os dois, disse que “Sem Alencar não teria havido Machado de Assis”; que “Alencar asfaltou a estrada que Machado percorreria.”

Gostaria de saber as razões dessa afirmação do atual e jovem Ministro, mesmo porque um é diametralmente oposto ao outro.

É interessante e oportuno, traçar um paralelo entre o “romantismo” (a “escola” de Alencar, Machado, Taunay e muitos outros), e as reações dos meios literários contra esse modismo na literatura, que alguns autores atribuem a Rousseau, que, por sua vez, teria inspirado os dois grandes vates germânicos, Goethe e Schiller.

“A fase “romântica” — diz um autor — trouxe-nos a maravilha do “romance”, com uma técnica já segura e adulta, pela pena de José de Alencar, sobretudo. Deu-nos, pela primeira vez, um “estilo brasileiro”, ainda pela pena do autor de “Iracema”.

Vem o “parnasianismo”, influenciado em parte, pelos anseios de liberdade, inspirado no republicanismo e no positivismo, em nosso meio. Nossos escritores reagem à sentimentalidade romântica e ao subjetivismo espiritualista do “romantismo”.

Depois, outras “escolas” vão-se sucedendo, como o “simbolismo” e, no albor do século, as várias “escolas” encontram-se em linhas indefinidas, tanto que alguns autores chamam-na de “fase crepuscular”.

“Um pouco de “parnasianismo”, outro tanto de “simbolismo”, manifestações “realistas”, “impressionistas”, um incipiente “livre-metrismo”, prenúncios de renovação” — diria “revolução” (n. do a.) até alcançarmos o famoso “movimento modernista”, que culmina em São Paulo, com a famosa “Semana de Arte Moderna”, de 22.

Passam-se os tempos, surgem novos e grandes nomes na prosa e na poesia, tantos, que é impossível citá-los e, por incrível que pareça, na antevéspera de um novo século, o que se nos depara, surpreendentemente ? !

A volta, ou melhor dizendo, a permanência constante e ininterrupta do genial José de Alencar, um escritor profunda e arraigadamente “romântico”, numa trilha fulgurante de mais de cem anos !

É lembrado, é representado, é lido nestes anos tão pragmáticos e materialistas, tecnocráticos, enfim, com o mesmo interesse e sabor que seus romances despertavam no século passado !

E, aos que torcem o nariz e esboçam risos galhofeiros às imortais obras do autor de “O Guarani”, seus livros e sua popularidade dão a melhor resposta.

E ele já “respondia” à chamada “conspiração da posteridade” que o relegara a segundo plano pelos críticos literários do fim do século e começo do atual, que, com certa maldade, diziam ser os “romances alencardinos” apenas do regalo dos jovens sonhadores, e as suas leituras prazerosas e supérfluas, típicas de espíritos pouco exigentes ou das formações intelectuais pouco profundas.”

No entanto, por que, em nossos dias, Alencar suplanta tantos clássicos ? ! Alguma razão deve ser juntada à intuição e à preferência de várias gerações de leitores, até os dias atuais.

Alencar vive em nossos dias, segundo a crítica mais esclarecida, portanto, não apenas no gosto do leitor comum. E há várias razões para essa distinção: porque suas obras exprimem um ideal de conteúdo e forma nacionais; pelo que de identidade que seus romances mostram com a nova forma de poesia.

Deixando de lado as demais e inúmeras atividades de Alencar, já que estamos tratando aqui de sua profunda obra literária, podemos afirmar que o leitor de hoje, que lhe procura e lhe encontra o bálsamo, o lenitivo, o refúgio, o escape aos tormentos do cotidiano, à pressa do dia-a-dia, à inflação, às várias formas da poluição, a todos os males da vida moderna, pode o leitor escolher os vários tipos de seus romances, como o “gourmet” escolhe voluptuosamente o cardápio preferido.

Porque, no extenso romanceiro do extraordinário escritor, podemos escolher, segundo nossas preferências, o “romance histórico” e, entre eles, “O Guarani”, “Iracema”, “As Minas de Prata”, “A Guerra dos Mascates”. Os “urbanos”, como “A Viuvinha”, “Cinco Minutos”, “Pata da Gazela”, “Lucíola”, “Sonhos d’Ouro”. Ou os “regionalistas”, entre os quais, “O Tronco do Ipê”, “1871”, “Til”, “O Gaúcho”, “O Sertanejo”.

Sim; José de Alencar suplanta os antigos e os contemporâneos na preferência do leitor. Sua prosa, pelas expressões, pelos tropos, pela onomatopéia, pelo estilo, enfim, é um poema de lirismo que arrebatava e enternecia.

Porque ele escreve com sentimento, com imaginação e sua pena vai deslizando pelo mundo da fantasia.

Não faz muito, houve uma pesquisa entre os mais variados leitores, aos quais foram apresentados títulos de livros e certos períodos de romances de bom número de escritores.

O mais conhecido e identificado, foi o nosso inefável Alencar, cujos trechos de histórias ficaram indelevelmente gravados !

De fato: quem não conhece e identifica estes belos períodos do imortal “Iracema” ? :

– Verdes mares bravios de nossa terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba !

– Onde vai a afoita jangada que deixa rápida a costa cearense, aberta ao fresco terral a grande vela ?

– Soprem para ti as brandas auras, e para ti jaspeie a bonança, mares de leite !

– Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira !

O grande papel de Alencar, sem dúvida, foi o de iniciar, de certo modo, as formas brasileiras da ficção, com seus quadros e personagens típicos, despertando o acúleo da crítica nacional — Franklin Távora — e do exterior — Castilho. É a fase indianista de “O Guarani”, “Iracema” e “Ubirajara”, os dois primeiros, aliás, de sucesso não mais superado em toda a sua carreira.

Trouxeram uma visão opulenta da natureza brasileira, em painéis soberbamente pintados por um artista embriagado de luz, de som, de cor e de vida !

“Ele foi — depôs seu ilustre filho, escritor Mário de Alencar — paralelamente um poeta de idealizações extremas e um homem prático e positivo: o primeiro, dominado pela imaginação, pelo sentimento e pela fantasia; o segundo, pela razão, pela realidade e pela prudência; no primeiro prevalecia o talento, no segundo, a inteligência. A Obra do primeiro criou-se espontaneamente, sem propósito; a do segundo, foi o produto da vontade. Unia-os um traço comum: a índole, a alma brasileira.

E nunca é demais lembrar as afirmações do escritor Brito Broca, que, com muita propriedade, disse:

“Das histórias maravilhosas da infância, passamos, na adolescência e na juventude para os seus romances; e, depois, retornar a eles é sempre ir em busca das ilusões perdidas, num doce movimento de recuperação sentimental. Os estrangeiros nunca poderão julgá-lo nem senti-lo da mesma forma, porque lhes falta a aderência lírica, mercê da qual o romancista nos acompanha pela existência afora, como um velho companheiro de colégio. Ler Alencar é para nós um estado de alma. Num velho lar brasileiro é sempre fácil encontrar, num fundo de gaveta, alguma brochura amarelada e já trelida do romancista...”

Mas, tendo sido Alencar, uma personalidade múltipla, seria injusto determo-nos apenas na sua atividade literária.

Decorridos cento e poucos anos de sua morte, é fácil verificar, através da biografia do escritor, que a atualidade sempiterna de seus trabalhos, estende-se com o mesmo fulgor a todas as suas atividades e pensamentos.

Como homem público e ministro do Império, embora fiel ao regime e amigo sincero de Pedro II, sabemos, através de suas célebres “Cartas de Erasmo”, de suas contundentes críticas aos erros da política do imperador.

No dizer de Tristão de Athayde, Alencar, apesar de político conservador, era homem de temperamento liberal, inflamado e combativo, sempre em defesa — como, mais tarde Rui Barbosa — dos humildes e injustiçados.

“Se vivesse nos dias de hoje — prossegue o ilustre pensador católico — seria enquadrado como subversivo !”

No terreno literário e editorial, teríamos em nosso homenageado, um aliado formidável, tanto na luta contra a censura, como nas restrições e tremendas dificuldades do escritor novato que se tenta publicar e não consegue, devido às “igrejinhas” e aos problemas econômicos.

No último 1º de maio, data de nascimento de Alencar, não vi o número de homenagens a que ele tanto se fez e faz merecedor. Apenas um editorial de um matutino de São Paulo, em que o comentarista, num rápido apanhado, disse bem, entre outras coisas:

“Na verdade, o sesquicentenário de nascimento de José de Alencar não teria importância alguma, se seu nome não valesse atualmente o que valeu no passado.

No sesquicentenário de nascimento de um dos nossos principais escritores, fica o Brasil a dever o tributo àqueles que, pela subnutrição ou pela intransigência, não estamos permitindo participar de nossa História. Esta não é uma constatação de que nos poderíamos orgulhar, ou que José de Alencar desejaria para o País que tanto amou.”

Reverenciemos e exaltemos esse homem extraordinário que, no dizer do cronista, “não acabou. Explodiu como uma estrela, e à luz das estrelas mortas fica brilhando no céu muito tempo depois que elas se extinguem” e a luz de Alencar é inextinguível, pois continua brilhando e brilhará eternamente.

*

CRÔNICA FRANCANÁ

Odilon Nogueira de Matos

Ao longo de mais de quarenta anos de vida profissional adquiri uma razoável experiência de participação em congressos, simpósios, conferências, jornadas, semanas, encontros, seminários, mesas-redondas ou coisas similares, por este Brasil afora. Raro o Estado onde não estive participando de reuniões dessa natureza. Poderia pontilhar o mapa de nosso País com inúmeras cidades onde me reuni a colegas das mais diversas procedências para a discussão de temas de interesse comum. E dentro da mais variada gama de preocupações: História, Geografia, Engenharia, Educação, Transportes, Filosofia, Sociologia, Artes, Folclore, Literatura, Religião... Participei até de congressos sobre temas que não me interessavam de maneira alguma, mas aos quais me senti obrigado a comparecer a fim de representar entidades a que estava vinculado. E é com a maior satisfação que recorro que minha iniciação nessas atividades foi nesta própria cidade,

No terreno literário e editorial, teríamos em nosso homenagem, um aliado formidável, tanto na luta contra a censura, como nas restrições e tremendas dificuldades do escritor novato que se tenta publicar e não consegue, devido às “igrejinhas” e aos problemas econômicos.

No último 1º de maio, data de nascimento de Alencar, não vi o número de homenagens a que ele tanto se fez e faz merecedor. Apenas um editorial de um matutino de São Paulo, em que o comentarista, num rápido apanhado, disse bem, entre outras coisas:

“Na verdade, o sesquicentenário de nascimento de José de Alencar não teria importância alguma, se seu nome não valesse atualmente o que valeu no passado.

No sesquicentenário de nascimento de um dos nossos principais escritores, fica o Brasil a dever o tributo àqueles que, pela subnutrição ou pela intransigência, não estamos permitindo participar de nossa História. Esta não é uma constatação de que nos poderíamos orgulhar, ou que José de Alencar desejaria para o País que tanto amou.”

Reverenciemos e exaltemos esse homem extraordinário que, no dizer do cronista, “não acabou. Explodiu como uma estrela, e à luz das estrelas mortas fica brilhando no céu muito tempo depois que elas se extinguem” e a luz de Alencar é inextinguível, pois continua brilhando e brilhará eternamente.

*

CRÔNICA FRANCA

Odilon Nogueira de Matos

Ao longo de mais de quarenta anos de vida profissional adquiri uma razoável experiência de participação em congressos, simpósios, conferências, jornadas, semanas, encontros, seminários, mesas-redondas ou coisas similares, por este Brasil afora. Raro o Estado onde não estive participando de reuniões dessa natureza. Poderia pontilhar o mapa de nosso País com inúmeras cidades onde me reuni a colegas das mais diversas procedências para a discussão de temas de interesse comum. E dentro da mais variada gama de preocupações: História, Geografia, Engenharia, Educação, Transportes, Filosofia, Sociologia, Artes, Folclore, Literatura, Religião... Participei até de congressos sobre temas que não me interessavam de maneira alguma, mas aos quais me senti obrigado a comparecer a fim de representar entidades a que estava vinculado. E é com a maior satisfação que recordo que minha iniciação nessas atividades foi nesta própria cidade,

quando, pouco mais que um adolescente, mas já interessado no estudo das estradas de ferro, participei de um congresso ferroviário aqui realizado em 1935, para comemorar o centenário da chamada “Lei Feijó”, que foi a primeira lei sobre estradas de ferro assinada no Brasil. Sempre vi interesse nessas reuniões, não só pelos seus aspectos culturais, mas, especialmente, pelos contatos com pessoas de outras partes do País e até do mundo, que trabalham nos mesmos setores ou em setores afins. Diria mesmo que alguns dos melhores relacionamentos de que me orgulho em minha vida profissional foram obtidos nessas reuniões. Eis por que delas só não participo quando efetivamente não tenho condições de o fazer.

Este intróito de caráter tão pessoal vem a pêlo só para dizer quanto me sinto à vontade para falar de uma das últimas reuniões dessa natureza, de que participei — a “Semana da História” — realizada na cidade paulista de Franca de 18 a 23 de junho, numa bela promoção do Instituto de História e Serviço Social da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, sediado naquela cidade, e por iniciativa de seu diretor, o professor Manuel Nunes Dias, renomado historiador e antigo professor da Universidade de São Paulo, onde fez toda a carreira universitária (da carteira à cátedra...) e cujo simples nome já constituía uma garantia da excelência da reunião que promoveu, pois todos nós nos habituamos a ver nele e nas obras que produziu, magníficos modelos de seriedade, de probidade intelectual, de honestidade de propósitos. Tudo, portanto, fazia-nos esperar que a “Semana da História”, de Franca, fosse realmente uma grande reunião. Mas, superou as expectativas.

Aliás, é me grato recordar que foi esta a terceira oportunidade de ir a Franca e sempre para funções de idêntica natureza: a primeira, para um “Simpósio de História, a segunda, para uma “assembléia” de geógrafos, e, agora, a terceira, para uma “semana” também de História. Três nomes — simpósio, assembléia, semana — que, afinal significam a mesma coisa e tiveram o mesmo objetivo: reunir especialistas e estudiosos diversos nas mais diversas áreas dessas duas matérias (a Geografia e a História) para a discussão de temas os mais variados e todos da mais alta relevância.

Bem andou o Professor Manuel Nunes Dias quando escolheu para tema da “Semana” de Franca, as **Fontes da História**. E o próprio regulamento dos trabalhos especificava, nos seus dois primeiros artigos, que a reunião objetivava “reunir informações de fontes históricas com vista, notadamente, à Pós-Graduação” e que o tema poderia ser abordado no seu mais amplo aspecto, isto é, fontes nacionais e estrangeiras, de toda a natureza, “manuscritas, impressas, documentográficas, públicas e particulares”. Isto permitiu tal variedade e tal riqueza de temas, todos eles tratados no mais alto nível, que fez da “Semana” francana talvez a reunião mais interessante de quantas a que assisti no Brasil, na

área dos estudos históricos. Basta folhear o catálogo da “Semana” para se perceber a extensíssima gama de interesses em torno da pesquisa histórica: história econômica, história social, história da cultura, história das mentalidades, história da ciência, história local, história regional, história das instituições, história religiosa e, ainda, outras mais a mostrar quão variadíssimo é o campo que se oferece aos interessados na História e particularmente àqueles que, muitas vezes por necessidades profissionais, precisam realizar uma carreira universitária que obriga à elaboração de monografias e de teses. Foi pensando especialmente nestes que a “Semana” de Franca procurou enfocar o tema e tal interesse despertou — e tal o nível das comunicações apresentadas — que não tenho dúvidas em afirmar que seus “Anais” constituirão referência básica na bibliografia histórica brasileira.

Outra cousa a assinalar na reunião francana: o âmbito nacional, diria até internacional, de que se revestiu. Foi, para mim, uma surpresa quando, na noite de 18 de junho, adentrando o gabinete do ilustre diretor do Instituto de História e Serviço Social, em companhia do preclaro amigo e confrade Lycurgo de Castro Santos Filho, ali deparamos com ilustres amigos e confrades do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Estados do Norte, além de colegas de quase todos os institutos universitários do interior paulista, e nos apercebemos, desde logo, da amplitude que a “Semana” francana iria tomar. E depois, num mapa exposto num dos corredores do belo edifício do antigo Colégio Nossa Senhora do Carmo, que hoje sedia o “campus” francano da Universidade Estadual, pudemos ver, assinalados, os locais de procedência dos participantes da “Semana”: raro o Estado do País de onde não havia algum representante. Consegui, assim, o Professor Manuel Nunes Dias dar à “Semana da História” uma amplitude realmente nacional e, como já foi dito, até internacional, pois lá se encontravam o Professor Gama Caeiro, de Portugal, e o Professor Léon Pomerantz, de Buenos Aires.

Cumprе não esquecer outro pormenor que particularmente me chamou a atenção: todo o “staff” do Instituto de Franca colaborou ativamente na “Semana”, apresentando trabalhos de sumo interesse, fazendo-nos muito esperar dessa nova geração e historiadores e pesquisadores da História que poderá fazer da velha Franca do Imperador um dos grandes centros de estudos históricos do País. Ainda mais que o Professor Nunes Dias pretende levar avante a idéia da “Semana”, promovendo-a regularmente todos os anos (ou na periodicidade mais conveniente), o que constituirá, sem dúvida, estímulo aos que trabalham no campo do ensino e da pesquisa histórica. Franca, pelo seu diretor e pelo seu corpo de professores, merece os maiores encômios e, sobretudo, a maior confiança daqueles que procuram ver na História, não uma ciência a serviço de ideologias, mas a serviço da Verdade e da Humanidade.

Quando tive oportunidade de visitar Franca pela primeira vez, a fim de participar do III Simpósio de Professores Universitários de História, em 1965, levei para a velha cidade uma boa carga emocional, pois durante toda a minha infância, adolescência e mocidade convivi com gente da Franca ou que lá viveu. E todos me falavam das coisas boas da cidade, a deixar com água na boca os que viviam em cidades menores ou que, mesmo sendo maiores, não podiam gabar-se das excelências francanas. Assim, falavam-me do relógio de sol, que não tinha igual no Brasil; do café, que era o melhor do país, embora todos se sentissem magoados porque ele não contribuía em nada para divulgar o nome da cidade, uma vez que era exportado como “tipo São Paulo” ou “tipo Santos”, sem a menor alusão ao município que o produzia; do Colégio Champagnat, justamente considerado um dos melhores do Brasil; dos quitutes deliciosos, influenciados provavelmente pela vizinhança da boa cozinha mineira; das cavalhadas, talvez o único lugar do Brasil onde elas se realizavam de forma bem autêntica; das árvores do jardim representando animais, fazendo da bela Praça Nossa Senhora da Conceição uma espécie de jardim zoológico vegetal; do Hotel Francano, soberbo edifício da época áurea do café, mais aparatoso que muitos Palácios de Governo; e alguns até me contavam histórias curiosas de um famoso artista equestre, Antônio Carlos do Carmo, natural da Franca, que “assombrara o mundo inteiro”, e cuja biografia, traçada por Plínio Ayrosa, vim a ler muitos anos mais tarde. E por aí afora.

Franicanos foram velhos companheiros de pensão quando estudante em São Paulo, como os irmãos Rocha: Flávio, que chegou a prefeito da cidade, e o Wilson, que acabou-se aventurando pelos Estados Unidos e cujo nome vi muitas vezes como tradutor de filmes ou de noticiários internacionais. Aliás, os Rocha não eram propriamente da Franca, mas duma cidade vizinha, a antiga Patrocínio do Sapucaí, hoje Patrocínio Paulista. Mas a formação deles foi toda francana, sempre muito bairristas (no bom sentido do termo) e um deles, como disse, fez carreira política, chegando a governar a cidade. Francano era o saudoso Antônio Constantino, que bem conheci quando diretor da Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo, onde muitas vezes me atendeu com aquela solicitude bem francana, embora havia muito desenraizado da cidade. Francanos e dos bons, tive-os como colegas ou contemporâneos na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, como o Alfredo Palermo, fundador e primeiro diretor da Faculdade de Direito de sua cidade, ou o saudoso Clemente Segundo Pinho, que, embora também desenraizado por motivos profissionais, continuou francano até o fundo da alma. Não foi sem propósito que sua cidade lhe tributou merecidas homenagens por ocasião de seu prematuro falecimento em Araraquara, onde se havia radicado. Enfim, iria longe nesta minha galeria de francanos, se a todos recordasse. Pois com toda essa motivação francana, só há pouco mais de

dez anos foi que tive oportunidade de conhecer a bela cidade. E com a carga emocional que levei, fui capaz de senti-la, como se eu próprio francano fosse.

De tudo quanto sabia sobre a velha Franca do Imperador, só não encontrei quando a visitei pela primeira vez, as árvores em forma de bichos, que ornamentavam o grande jardim da Praça Nossa Senhora da Conceição. Aliás, pelo que me contaram, eram mesmo de gosto muito duvidoso e bem andou, pois, o prefeito que deitou abaixo aquele arremedo de zoológico. Mas tudo o mais lá estava: os dois grandes colégios (o Champagnat, para rapazes, e o Nossa Senhora do Carmo, para moças), os quitutes deliciosos, o Hotel Francano, lembrando mais edifício público, bem ao centro de uma praça, embora já não tivesse a grandeza de outros tempos; o relógio de sol de Frei Germano, e até um espetáculo de cavalaria foi propiciado aos participantes do Simpósio de Professores Universitários de História, coisa que nunca mais vi e nem sei se lá ou em qualquer outro lugar ainda se realiza. Sei apenas que foi um espetáculo inesquecível pela beleza, pelo adestramento dos cavaleiros, bela fidelidade à velha tradição ibérica que remonta às lutas contra os mouros que invadiram a Península. Encontrei, ainda, coisas de que antigamente não se falava: a indústria, especialmente a de calçados, que projetou Franca no mundo inteiro e os espigões que começavam a marcar a paisagem urbana. Enfim, uma Franca bem diferente, como não poderia deixar de ser, daquela que Paulo Duarte descreve no primeiro volume de suas memórias.

Minhas duas primeiras visitas a Franca foram em anos seguidos, sem possibilidade, portanto, de constatar qualquer processo de mudança. Mas da segunda para a terceira medeou um estirão de doze anos. E desta vez já não vi muita coisa que, antes, constituía o orgulho dos francanos, como, por exemplo, os dois grandes colégios e o hotel. Este jaz abandonado, servindo de ninho de morcegos (segundo me informou um motorista de táxi) e os dois colégios encerraram suas atividades. O do Carmo foi adquirido pelo Estado, que nele instalou o “campus” francano da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, mas quanto ao Champagnat, pelo que percebi e me informaram, permanece abandonado, sem que se saiba qual destino dar ao grande edifício. Tendo estudado num colégio também bastante tradicional, fiquei a imaginar o velho Champagnat nos seus grandes dias, quando atraía estudantes de todo o Estado e mesmo de todo o País, à moda do meu querido Granbery, de Juiz de Fora. Este era metodista, enquanto que o Champagnat era marista, duas congregações religiosas (uma protestante, outra católica) que muito têm feito em todo o mundo pela educação. A avenida onde se localiza o antigo educandário francano tem o nome singelo de “Avenida Champagnat”. Que boa lição para a Prefeitura de Campinas que não aprende que os nomes de ruas devem ser bem simples ! Vejam: “Avenida Champagnat”. E é quanto basta para homenagear o grande

fundador dos maristas. Já em Campinas a rua em sua honra precisou chamar-se “Rua Beato Marcelino Champagnat”. Não é vontade de complicar? Tenho esperanças de que a Municipalidade ou o Estado descubram algum destino para o edifício do velho colégio: escola mesmo, museu, centro de cultura, enfim algo que não traia suas origens e seu passado. Será uma pena se de tudo quanto os francanos de outrora se orgulhavam restar somente o relógio de sol de Frei Germano. As más línguas se incumbiram de me contar de um vereador que propôs a construção de um abrigo para livrar das intempéries o histórico relógio... “Se non è vero...”

As lamentações aqui externadas pelas coisas que não mais encontrei na velha Franca do Imperador nesta última vez que a visitei devem ceder lugar ao reconhecimento do que hoje representa a grande cidade paulista. Uma visita, embora rápida, ao Museu Histórico José Chiachiri fez-me ver algo de significativo na evolução da cidade. E é agradável constatar que, possuindo a cidade um instituto universitário no qual o curso de História tem especial destaque, podemos esperar que o passado francano não seja tão desprezado, como em geral o são os das demais cidades, pois na própria história urbana encontrarão os novos pesquisadores excelente campo de trabalho. Assim, é igualmente agradável verificar que algumas das teses de mestrado ou doutorado apresentadas por jovens professores do Instituto de História e Serviço Social (antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) versam sobre a própria terra francana. A participação desse “staff” de professores na “Semana da História” que em junho último ali se realizou, constituiu, sem dúvida, uma nota significativa e da conversa que com vários deles mantive, ficou-me a noção clara do interesse pela história regional (e não apenas local), abrangendo uma área geograficamente enorme e bem delimitada, mas sobre a qual até agora nada se podia encontrar que interessasse especialmente aos estudiosos de nosso passado. Os arquivos da Franca e das cidades vizinhas devem guardar preciosidades à espera de quem se anime a pesquisá-los.

A antiga Faculdade de Filosofia de Franca foi dos primeiros institutos isolados de ensino superior criados pelo Estado no interior, datando da mesma época dos de Marília, Assis, Araraquara, Presidente Prudente, Rio Claro, Rio Preto, entre outros. Com a criação da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, que sobre todos eles estendeu sua jurisdição, foram os diversos cursos distribuídos pelos vários “campi”, de modo que evite certa redundância, que inevitavelmente ocorria. E nessa triagem de cursos, coube ao “campus” da Franca ficar com os de História, Biblioteconomia e Serviço Social. Há vários anos vem sendo o instituto francano dirigido por historiadores, como, aliás, é de justiça, dada a importância que se conferiu à História no seu esquema, e isto faz-nos esperar muito daqueles que em Franca realizam sua formação universitária.

ria, especialmente se se considerar a ênfase que a atual diretoria do Instituto vem dando à Pós-Graduação. Quase todos os seus professores são titulados (mestres ou doutores) e quase todos com títulos obtidos no próprio Instituto. Isto significa, em termos práticos, o aproveitamento da “prata da casa” e, mais ainda, sendo pessoas da cidade ou nela radicadas, delas se espera um interesse muito maior pelo passado da cidade em que vivem. Eis por que, pelo que pude perceber no meu rápido contato com os colegas que ali labutam, a memória francana não se sente ameaçada. E sob este aspecto, creio que nós, de Campinas, bem podemos invejá-los. O que certamente ainda falta em Franca para que a cidade se torne um grande centro de pesquisa e investigação histórica é bem menos do que falta em Campinas, e tudo leva a crer que os francanos, bem orientados e dirigidos como estão, saberão suprir as inevitáveis deficiências para que a bela cidade seja vista não apenas pelo seu portentoso presente, mas igualmente pelo seu significativo passado.

(Publicado originalmente no *Correio Popular*, de Campinas, nos dias 20 e 27 de julho e 3, 10 e 17 de agosto de 1979.)

*

* *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Abreu, Hugo — O outro lado do poder. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979, 208 págs. (Coleção “Brasil — Século 20”.)

As circunstâncias político-militares que envolveram a publicação do presente livro, inclusive com a prisão do autor, deram-lhe um caráter quase que sensacionalista, extrapolando de muito o objetivo do ilustre General ao publicá-lo. Aliás, a apresentação do volume esclarece quanto à sua sobriedade: “A melhor forma de ler este depoimento não deve ser buscando denúncias sensacionais; há que lê-lo como testemunho de um homem que sacrificou o coroamento de uma notável carreira militar pela fidelidade a suas idéias e à maneira de torná-las realidade; nunca a qualquer preço e, certamente, jamais em troca de posições e cargos, mesmo os mais prestigiosos da República.” Livro, portanto, de depoimento, e eis seu maior valor e que fará dele, no futuro, um exemplo — e dos melhores — do que costumamos denominar “literatura crise”, que aparece nos momentos mais delicados do desenvolvimento do processo histórico. É o pró-

ria, especialmente se se considerar a ênfase que a atual diretoria do Instituto vem dando à Pós-Graduação. Quase todos os seus professores são titulados (mestres ou doutores) e quase todos com títulos obtidos no próprio Instituto. Isto significa, em termos práticos, o aproveitamento da “prata da casa” e, mais ainda, sendo pessoas da cidade ou nela radicadas, delas se espera um interesse muito maior pelo passado da cidade em que vivem. Eis por que, pelo que pude perceber no meu rápido contato com os colegas que ali labutam, a memória francana não se sente ameaçada. E sob este aspecto, creio que nós, de Campinas, bem podemos invejá-los. O que certamente ainda falta em Franca para que a cidade se torne um grande centro de pesquisa e investigação histórica é bem menos do que falta em Campinas, e tudo leva a crer que os francanos, bem orientados e dirigidos como estão, saberão suprir as inevitáveis deficiências para que a bela cidade seja vista não apenas pelo seu portentoso presente, mas igualmente pelo seu significativo passado.

(Publicado originalmente no **Correio Popular**, de Campinas, nos dias 20 e 27 de julho e 3, 10 e 17 de agosto de 1979.)

*

* *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Abreu, Hugo — O outro lado do poder. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979, 208 págs. (Coleção “Brasil — Século 20”.)

As circunstâncias político-militares que envolveram a publicação do presente livro, inclusive com a prisão do autor, deram-lhe um caráter quase que sensacionalista, extrapolando de muito o objetivo do ilustre General ao publicá-lo. Aliás, a apresentação do volume esclarece quanto à sua sobriedade: “A melhor forma de ler este depoimento não deve ser buscando denúncias sensacionais; há que lê-lo como testemunho de um homem que sacrificou o coroamento de uma notável carreira militar pela fidelidade a suas idéias e à maneira de torná-las realidade; nunca a qualquer preço e, certamente, jamais em troca de posições e cargos, mesmo os mais prestigiosos da República.” Livro, portanto, de depoimento, e eis seu maior valor e que fará dele, no futuro, um exemplo — e dos melhores — do que costumamos denominar “literatura crise”, que aparece nos momentos mais delicados do desenvolvimento do processo histórico. É o pró-

prio autor quem o diz: “Não se trata de um estudo do comportamento do Governo, mas apenas de um depoimento. O livro pode ter a pretensão de trazer uma contribuição à história de nosso país na atual conjuntura, já que traduz a verdade ou, pelo menos, o que penso ser a verdade sobre fatos acontecidos nas altas esferas do poder. Embora ainda contaminado pelo calor dos acontecimentos recentes, meu depoimento procura traduzir honestamente o que vi e o que pude sentir”. ONM

Alencar: os bastidores e a posteridade. Pref. de Afrânio Coutinho; introdução, bibliografia passiva, textos éditos e inéditos, notas a cargo de Fábio Freixeiro. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 1977. XX + 252 págs. (Coleção “Estudos e Documentos”, vol. 4, tomo 1.)

O centenário da morte de José de Alencar propiciou ao Museu Histórico Nacional a edição do belo volume que aqui se registra, anunciado como primeiro volume de uma série destinada à divulgação de pesquisas realizadas sobre expressivo acervo de manuscritos, em parte inéditos, do autor de “O Guarani”, incorporados à Divisão de Documentação e Divulgação do Museu, por doação de Leo de Alencar, neto do escritor. O volume, diz a nota de apresentação, “apóia-se ainda na maior bibliografia passiva até hoje coligida, enriquecido com abundantes notas explicativas, e traz à revelação dois aspectos inteiramente novos da obra de Alencar: o processo artesanal na elaboração dos textos alencarinos e a dimensão mítica que o Professor Fábio Freixeiro identifica e documenta ao longo de minuciosa colheita de manifestações críticas e acríicas, que rastreiam, na perspectiva do tempo, o legado intelectual do grande romancista patricio”. Após os três capítulos que justificam o título, seguem-se a bibliografia sobre Alencar e uma seleção de textos alencarinos. Enfim, preciosa contribuição não apenas ao conhecimento de Alencar, mas à própria literatura brasileira. ONM (Cortesia do Museu Histórico Nacional.)

Buescu, Mircea — Brasil: disparidades de renda no passado. Rio de Janeiro, Apec, 1979. 136 págs.

O autor, a quem já devemos excelentes ensaios de história econômica, empreende neste seu novo livro um estudo retrospectivo sobre as disparidades de renda no passado. Louvável o trabalho, especial-

mente se considerarmos as dificuldades decorrentes da precariedade de dados estatísticos. O livro tem o mérito de propor métodos novos de investigação, os quais poderão servir de modelo para futuras pesquisas destinadas a ampliar o campo de nossos conhecimentos sobre o tema. Ao intitulá-lo “Subsídios para o estudo dos problemas brasileiros”, o autor teve plena consciência do mérito de seu novo livro que virá, como todos os que já publicou, contribuir para o enriquecimento de nossa bibliografia de história econômica. Desenvolve-se a obra em três capítulos — “Disparidades internacionais”, “Disparidades regionais” e “Disparidades pessoais” — encerrando com dois anexos: “Comparações atuais” e “O problema da distribuição pessoal de renda”. Ao oferecer-nos o volume, o Professor Buescu, com a gentileza muito sua, escreveu esperar que o livro seja de alguma utilidade para nossos alunos nos debates sobre história e problemas brasileiros”. Pedimos vênia para corrigir a modéstia do autor: em vez de “alguma utilidade”, deve-se ler de “muita utilidade”. ONM (Cortesia do autor.)

Leme, Marisa Saenz — A Ideologia dos industriais brasileiros. Petrópolis, Vozes, 1978. 188 págs. (Coleção História Brasileira, vol. 2.)

Estudo histórico-crítico da evolução e formação da classe industrial brasileira. Os industriais no Brasil, ao mesmo tempo em que desenvolvem, entre 1919 e 1945, um comportamento progressista no campo econômico, mantêm-se conservadores no campo social. Afirmam-se, porém, como classe, em meio a uma série de conflitos e contradições próprias, num momento em que a sociedade agrária continua hegemônica, apesar da crise profunda que se inicia em 1929. Este livro aborda vários aspectos, que se interligam: a atuação dos industriais na luta pelos seus problemas cotidianos, o esforço para a afirmação do seu pensamento teórico, a idéia da implantação de novas atividades produtivas, o distanciamento entre a classe operária e a dos industriais. O tema é parte integrante da história brasileira, estudando o processo da atual transformação de nossa sociedade. Seu enfoque nos leva a uma melhor compreensão da formação das atuais classes sociais e, por isso, representa contribuição importante ao conhecimento de nossa realidade (Nota da Editora.)

Nunes, Maria Thetis — História de Sergipe a partir de 1820. Primeiro volume: 1820 — 1831. Rio de Janeiro, Cátedra, 1978 (em convênio com o Instituto Nacional do Livro.) 200 págs.

A autora situa o presente trabalho entre duas datas significativas: a primeira refere-se à Carta Régia de 8 de julho de 1820, de D. João VI, concedendo autonomia à Capitania de Sergipe, até então dependente da Bahia; a segunda — a abdicação de D. Pedro I —, também encerra um período da história sergipana. Nos primeiros capítulos vê-se que as lutas pela autonomia de Sergipe confundem-se com as que eram travadas no solo baiano pela emancipação do Brasil. A passagem de Labatut por Sergipe, sua atuação junto aos senhores de terra e de escravos, seu envolvimento nas disputas políticas locais são bem estudados com o apoio dos documentos pesquisados minuciosamente em diversos arquivos. A corrida pelo poder entre os proprietários rurais, a prepotência e os desmandos que caracterizaram sua atuação, nos fornecem um quadro vivo da realidade sócio-econômica vigente na época, não apenas em Sergipe, mas na região nordestina. O estudo sobre a repercussão da Confederação do Equador em Sergipe constitui um capítulo inédito na historiografia brasileira. Ressalta, nesse capítulo, a figura de Antônio Pereira Rebouças, mulato baiano de projeção intelectual, secretário do primeiro presidente nomeado por D. Pedro I para Sergipe e que o governou durante os acontecimentos de Pernambuco de 1824. Contra Rebouças (pai de André Rebouças, engenheiro ilustre e líder abolicionista) e seus liberais, se insurgiram os preconceitos e o reacionarismo dos potentados rurais sergipanos, conforme demonstram os documentos que servem de embasamento às afirmativas da autora. É ainda bem estudada a atuação dos governos que se estendem até 1831, sobressaindo Manuel Clemente Cavalcânti de Albuquerque, alheio às rivalidades locais, homem culto e progressista, marcado pelos anos de prisão que sofreu por sua participação nas lutas pela independência do Brasil na Paraíba, sua terra natal. E também a explosão do antilusitanismo, manifestado em Sergipe desde os primórdios da luta pela independência, quando ali chegou, em fins de abril de 1831, a notícia da abdicação de D. Pedro I. Além de forte documentação apresentada, grande parte dela até agora não utilizada em obras similares, este livro se destaca em importância por trazer os fatos sociais para interpretar o período, agitado e decisivo, da formação sergipana (nota da editora.) Após o que se transcreveu e que dá bem idéia do interesse do volume, só nos resta almejar que a autora prossiga em suas pesquisas e aguardar a continuação de seu excelente livro, bom paradigma para outras histórias estaduais. (Cortesia da autora.)

Pang, Eul-Soo — O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história, 1875 — 1891. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979. 318 págs..

A edição conjunta, por duas prestigiosas instituições brasileiras — o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico — constituem a melhor das credenciais para o presente volume, prefaciado pelos titulares de ambas, Raul de Lima e Pedro Calmon. Lembra o presidente do Instituto que o autor é “um dos historiadores moços que fora do Brasil mais intimamente lhe compreendem o desenvolvimento; não em termos quantitativos, pelo jogo das cifras, mas em análise qualitativa, pelo exame dos documentos, aliada assim a indagação das transposições ao balanço das fontes”. E acrescenta que, no caso do tema seu trabalho, “fez com seriedade e erudição visita demorada a uma poderosa família, situando-a no espaço e no tempo, coordenadas essenciais ao mínimo que se pede ao ensaísta, cometa ele a monografia de natureza econômica, ou desdobre apenas a tese de natureza histórica: a verdade”. E remata lembrando: o que dá ao livro a “importância que desejamos realçar é o sentimento escrupuloso da verdade achada, lida, destrinchada, exposta”. O autor é coreano (do Sul), tendo realizado sua formação universitária nos Estados Unidos, donde veio como bolsista disposto a estudar a transformação do velho engenho em usina moderna, num trecho do Recôncavo, ao redor do clã Costa Pinto, de Santo Amaro. A preciosa documentação, que ocupa mais de um terço do volume dá ao seu trabalho o necessário embasamento e vem completada com bibliografias, índices, numerosas gravuras etc. ONM (Cortesia do Arquivo Nacional.)

Patton Jr., Gen. George S. — A guerra que eu vi. Trad. do Cel. Álvaro Galvão. Rio, Biblioteca do Exército, 1979. 350 págs. (Coleção General Benício, vol. 168.)

Sobre a figura de Patton, um dos grandes vultos da Segunda Guerra Mundial, já havia a Biblioteca do Exército publicado, há mais de dez anos, excelente livro — , **Arremetida para a Vitória**, de Robert S. Allen — do qual nos ocupamos demoradamente na devida ocasião. A publicação, agora, pela mesma editora, de suas memórias vem complementar o conhecimento de um dos grandes chefes militares do nosso tempo, a cuja ação se deve muito do êxito dos exércitos aliados no grande conflito que ensangüentou a Humanidade e cujas feridas, trinta anos depois, ainda não se cicatrizaram de todo. Patton

escreveu um diário que vai de junho de 1942 até o dia 5 de dezembro de 1945, quatro dias antes do acidente fatal que lhe provocou a morte. Muitas de suas anotações foram registradas ainda sob a emoção e o fumo das batalhas; daí serem muito autênticas, francas, às vezes até contundentes, mas sem a menor preocupação de diminuir a quem quer que fosse. Aliás, já lembrava seu biógrafo Allen, no livro anteriormente registrado, que uma das características do grande cabo-de-guerra era o respeito ao adversário. ONM

Rodrigues, Olao — História da Imprensa de Santos. 1979. 294 págs.

“Se a Capital e outros municípios do Estado, de há muito possuem a história de sua imprensa, por que Santos também não a dispõe ? ” Este foi o estímulo aparente que levou o autor a elaborar seu livro. Mas há outro e ele próprio o confessa: é que já no século passado Santos era o segundo município da Província em quantidade de jornais, só superado pela Capital. Desde 1849, portanto há 130 anos, a importante cidade tem sua imprensa; uma imprensa que tem história. E é para a história, que um dia poderá ser definitiva, desta Imprensa que o autor entendeu de trazer sua contribuição. A pesquisa não lhe deve ter sido fácil, pois o serviço de investigações arquivais em Santos foi sempre “apoucado”, segundo opinião do autor, que não teve senão de se valer de outros centros mais bem dotados, e especialmente de seu arquivo particular (que deve ser valioso) e, ainda, da colaboração de amigos. Diz quanto ao espírito que animou seu livro: “Não nos restringimos à frialdade dos números estatísticos. Ao revés, em determinados pontos espalhamos sal e pimenta, fizemos humorismo e contamos fatos curiosos e piadas, que tornam mais curiosa e interessante a leitura”. É o próprio autor quem demonstra dúvida quanto ao título do livro: “História”, como o denominou, ou “Subsídios para a História” ? Este, certamente, seria mais acertado, sem diminuir em nada o valor do trabalho. Já se disse que no caso da historiografia brasileira dificilmente se poderá chamar “História” a qualquer obra, por estarmos ainda muito longe de superar a fase da pesquisa arquivai ou do simples levantamento das fontes. Daí, tudo quanto se escrever merecer mais acertadamente títulos que indiquem não se tratar ainda de obras definitivas. Como **História** teríamos muito a criticar no livro em epígrafe. Mas como **Subsídios** só temos que louvá-lo. Louvar especialmente o cuidado, a preocupação da exatidão e o padrão do livro, fartamente ilustrado com clichês dos periódicos mais importantes. Conhecendo o assunto, como o de-

monstrou conhecer; possuindo o riquíssimo documentário, que demonstrou possuir e utilizar, ninguém melhor que o próprio autor para a tarefa que ele insinua a alguém “de boa vontade, dedicação, perspicácia, arrojo e inteligência, revestido de apego ao jornalismo, que, mesmo com sacrifício, leve por diante a nobre tarefa de integrar a historiografia da imprensa da terra que ensinou a Liberdade e a Caridade à Pátria”. Não está aqui o perfil do próprio autor ? ONM

Romero, Sílvio – Realidades e ilusões no Brasil: Parlamentarismo e Presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis, Vozes (em coedição com o Governo do Estado de Sergipe), 1979. 328 págs. (Col. “Dimensões do Brasil”, vol. 14.)

Trata-se de um conjunto de ensaios ou textos selecionados, através dos quais se tentou organizar e exprimir, de maneira mais definida, o pensamento político-social do grande ensaísta e historiador da Literatura Brasileira. Apesar de ligado profissionalmente à vida acadêmica como professor de ciências jurídicas e filosóficas e à atividade crítico-literária, o interesse e a ardorosa participação do autor nas lides políticas e sociais deram ensejo a uma vasta produção de cunho político e sociológico, que encerra um pensamento de grande interesse e atualidade. (Nota da Editora.)

Santos, Joaquim Felício dos – Memórias do Distrito Diamantino. Petrópolis, Vozes, 1978. 252 págs. (Col. “Dimensões do Brasil”, v. 8.)

Escrita em 1864, esta obra apresenta uma descrição ampla e pormenorizada dos fatos históricos e acontecimentos sócio-políticos que marcaram o período da descoberta e exploração do ouro e de diamantes no território de Diamantina, Minas Gerais. Apesar de apresentar seu livro como “Memórias”, o autor realizou mais um trabalho de historiador. O tema não é, como pode parecer, de restrito interesse regional; ao contrário, envolve questão de alta importância para a história da economia.

Santos, Wanderley Guilherme dos – Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, Campus, 1979. 138 págs. (Série “Contribuições em Ciências Sociais”, vol. 1.)

Trata o presente livro de duas das questões centrais das sociedades modernas: o alargamento da participação política e a distribuição mais equitativa da riqueza disponível. Revela que, na experiência

republicana brasileira, sempre que as elites governantes produziram importantes decisões de política social, quer sob pressão de massas, quer em movimento antecipatório, foram, ao mesmo tempo, capazes de impor retrocessos na ordem política vigente. Há sintomas, contudo, discutidos neste livro, de que a sociedade brasileira teria chegado àquele ponto em que não é mais possível o progresso econômico e social sem a livre expansão da cidadania, nem esta se estabilizará democraticamente sem substancial redução das presentes iniquidades sociais. Os seis capítulos do livro trazem os seguintes títulos: 1. Teoria social e análise de políticas públicas; 2. Legislação, instituições e recursos da política social brasileira; 3. Perfil de desequilíbrio e paradigma de análise; 4. Do “laissez-faire” repressivo à cidadania em recesso; 5. Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira; 6. A política social como cálculo do dissenso. Excelente ensaio de sociologia política a revelar cuidadosa pesquisa, interessando particularmente, aos estudantes de História, o seu quarto capítulo. ONM (Cortesia da Editora.)

*

* *

NOTICIÁRIO

JUSTA HOMENAGEM AO CONSELHEIRO MAYRINK

Mairinque acaba de prestar justa e necessária homenagem à memória de Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, que dá seu nome à cidade, nascida, aliás, junto à estação ferroviária no entroncamento da linha da Sorocabana para Santos, por ele idealizada. Os seus restos mortais foram trasladados do cemitério de São Francisco Xavier, do Rio de Janeiro, para o mausoléu mandado erigir em praça pública pela Prefeitura, onde repousarão para sempre.

O Conselheiro Mayrink (1839 – 1906), mineiro de Cidade Nova, fez parte daquela plêiade de homens de empresa e engenheiros de naturalidade ou ascendência européia, predominantemente poloneses, que ligaram seu nome à expansão ferroviária de São Paulo. É o caso de Mailasky, primeiro presidente da Sorocabana, Brodowsky e Marsylak, entre outros, cujos antropônimos se aportuguesaram, como era natural, e são hoje topônimos indicando outros tantos centros urbanos do nosso Estado: Mairinque, Brodosqui, Mailasque, Marsilac.

republicana brasileira, sempre que as elites governantes produziram importantes decisões de política social, quer sob pressão de massas, quer em movimento antecipatório, foram, ao mesmo tempo, capazes de impor retrocessos na ordem política vigente. Há sintomas, contudo, discutidos neste livro, de que a sociedade brasileira teria chegado àquele ponto em que não é mais possível o progresso econômico e social sem a livre expansão da cidadania, nem esta se estabilizará democraticamente sem substancial redução das presentes iniquidades sociais. Os seis capítulos do livro trazem os seguintes títulos: 1. Teoria social e análise de políticas públicas; 2. Legislação, instituições e recursos da política social brasileira; 3. Perfil de desequilíbrio e paradigma de análise; 4. Do “laissez-faire” repressivo à cidadania em recesso; 5. Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira; 6. A política social como cálculo do dissenso. Excelente ensaio de sociologia política a revelar cuidadosa pesquisa, interessando particularmente, aos estudantes de História, o seu quarto capítulo. ONM (Cortesia da Editora.)

*

* *

NOTICIÁRIO

JUSTA HOMENAGEM AO CONSELHEIRO MAYRINK

Mairinque acaba de prestar justa e necessária homenagem à memória de Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, que dá seu nome à cidade, nascida, aliás, junto à estação ferroviária no entroncamento da linha da Sorocabana para Santos, por ele idealizada. Os seus restos mortais foram trasladados do cemitério de São Francisco Xavier, do Rio de Janeiro, para o mausoléu mandado erigir em praça pública pela Prefeitura, onde repousarão para sempre.

O Conselheiro Mayrink (1839 – 1906), mineiro de Cidade Nova, fez parte daquela plêiade de homens de empresa e engenheiros de naturalidade ou ascendência européia, predominantemente poloneses, que ligaram seu nome à expansão ferroviária de São Paulo. É o caso de Mailasky, primeiro presidente da Sorocabana, Brodowsky e Marsylak, entre outros, cujos antropônimos se aportuguesaram, como era natural, e são hoje topônimos indicando outros tantos centros urbanos do nosso Estado: Mairinque, Brodosqui, Mailasque, Marsilac.

Sucedendo a Luís Mateus Mailasky na presidência da Sorocabana, que tinha então apenas 160 quilômetros de trilhos, ele a deixou, no fim de sua gestão, já na República, com 830 quilômetros, penetrando o sertão bruto da Alta Sorocabana. Já por esse tempo, tinha-se em vista salvar as ferrovias do Estado do tributo pago aos ingleses da **São Paulo Railway**, que detinham o monopólio do transporte ferroviário para o porto de Santos. Constituíam os trilhos da empresa inglesa, garantidos por hábeis “privilégios de zona”, um verdadeiro funil por onde se escoava, nos dois sentidos, todo o comércio exterior de São Paulo.

Mais feliz do que a Mogiana, na sua futura e baldada tentativa de atingir de Jaguariúna (então Jaguari), pelo vale do Atibaia, o porto de São Sebastião, ele planejou a Mairinque-Santos. Sua construção se iniciou porém, apenas na década de 20 para se concluir na década de 30, quebrando, afinal, o monopólio com derivação pela primitiva **Southern São Paulo Railway**, até o litoral sul (a chamada **Santos-Juquiá**).

Vale notar que a biografia do Conselheiro Mayrink e a história da Mairinque-Santos foram escritas por um humilde ferroviário da Sorocabana, Antônio Francisco Gaspar, e merecem uma reedição. Ele é um símbolo do desenvolvimento moderno de São Paulo, repetindo, em termos de tecnologia, os feitos dos antigos bandeirantes.

(De “O Estado de S. Paulo”, 31-10-1979.)

*

CENTENÁRIO DE RESPIGHI (1879 — 1936)

O corrente ano assinalou uma das grandes efemérides da vida musical: o centenário de Ottorino Respighi, de quem se poderá dizer ter sido o maior compositor italiano de música orquestral e sinfônica deste século. Realmente, deveras importante é o seu papel e verdadeiramente marcante o valor da obra que deixou. Coube-lhe como que restaurar a tradição da música orquestral que, na Itália, fora no século passado totalmente eclipsada pela ópera. Não renegando o melodrama — pois foi capaz de escrever diversos — Respighi deu asas ao seu talento sinfônico para colocar-se entre os maiores mestres da orquestração, como o provam não apenas os poemas sinfônicos que compôs, mas, igualmente as peças menores, em que transcreveu preciosas miniaturas escritas primitivamente para o alaúde nos séculos XVII e XVIII. São as três suítes da **Antiche arie e danze per liuto** e mais **Gli Uccelli** (“Os Pássaros”), que teve sua primeira audição mundial em São Paulo, em 1927, regida pelo próprio autor quando de sua visita ao nosso país naquele ano.

Para o poema sinfônico, forma em que atingiu o máximo da perfeição, Respighi foi buscar inspiração na velha Roma: **Fontane di Roma**, **Pini di Roma**, **Feste romane**, ou em temas de significado artístico, como **Vetrate di Chiesa** e o **Trittico botticelleiano**. De sua visita ao Brasil em 1927, resultou **Impressioni brasiliane**, suíte em três partes, das quais a segunda, denominada "Butantã", retrata as impressões do autor na visita que fez ao célebre Instituto científico desse nome, na capital paulista. Nela, faz a orquestra, em forte sabor descritivo, imitar até o guizo de uma cascável.

Deixou, ainda, obras religiosas, como a **Laude per la Natività del Signore**; peças na forma de concerto: **Concerto Gregoriano**, **Concerto Mixolídio**, **Concerto a Cinque**; música de câmara (dois quartetos); a cantata **Il Tramonto** ("O Crepúsculo") e numerosa obra vocal. Embora tenha deixado também oito óperas — **Re Enzo**, **Semirama**, **Marie Victoire**, **La bella adormentata nel bosco**, **Belfagor**, **La campana sommersa**, **Maria Egiziaca** e **La Fiamma** — é principalmente como compositor sinfônico que seu nome é lembrado hoje. Creio que, mesmo na Itália, suas óperas são atualmente pouco representadas, embora a amostra que delas conheço — "Belfagor", a única gravada — só me autoriza a considerá-lo grande também no melodrama, embora este não fosse realmente o seu forte. ONM

* * *

NECROLÓGIO

Registramos, com pesar, o falecimento de diversos amigos da NHB, todos eles interessados em nosso trabalho, acompanhando-nos com interesse e simpatia, alguns desde o número inicial desta publicação: Agostinho Ramos, de Cachoeira, autor de numerosos trabalhos sobre a história do Vale do Paraíba; Alfredo Gomes, nosso colega de turma na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e confrade do Instituto Histórico de São Paulo e da Academia Paulista de História; Antônio Camilo de Faria Alvim, de Belo Horizonte, professor da Universidade Federal de Minas Gerais; César Salgado, da Academia Paulista de Letras; Duglas Teixeira Monteiro, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo; Elmano Cardim, do Rio de Janeiro, jornalista eminente, membro da Academia Brasileira de Letras; Fabio de Macedo Soares Guimarães, nosso confrade do Instituto Histórico Brasileiro; Fernando Goes, nosso confrade de Academia Paulista de História e membro da Academia Paulista

Para o poema sinfônico, forma em que atingiu o máximo da perfeição, Respighi foi buscar inspiração na velha Roma: **Fontane di Roma**, **Pini di Roma**, **Feste romane**, ou em temas de significado artístico, como **Vetrate di Chiesa** e o **Trittico botticelleiano**. De sua visita ao Brasil em 1927, resultou **Impressioni brasiliane**, suíte em três partes, das quais a segunda, denominada “Butantã”, retrata as impressões do autor na visita que fez ao célebre Instituto científico desse nome, na capital paulista. Nela, faz a orquestra, em forte sabor descritivo, imitar até o guizo de uma cascável.

Deixou, ainda, obras religiosas, como a **Laude per la Natività del Signore**; peças na forma de concerto: **Concerto Gregoriano**, **Concerto Mixolídio**, **Concerto a Cinque**; música de câmara (dois quartetos); a cantata **Il Tramonto** (“O Crepúsculo”) e numerosa obra vocal. Embora tenha deixado também oito óperas — **Re Enzo**, **Semirama**, **Marie Victoire**, **La bella adormentata nel bosco**, **Belfagor**, **La campana sommersa**, **Maria Egiziaca** e **La Fiamma** — é principalmente como compositor sinfônico que seu nome é lembrado hoje. Creio que, mesmo na Itália, suas óperas são atualmente pouco representadas, embora a amostra que delas conheço — “Belfagor”, a única gravada — só me autoriza a considerá-lo grande também no melodrama, embora este não fosse realmente o seu forte. ONM



NECROLÓGIO

Registramos, com pesar, o falecimento de diversos amigos da NHB, todos eles interessados em nosso trabalho, acompanhando-nos com interesse e simpatia, alguns desde o número inicial desta publicação: Agostinho Ramos, de Cachoeira, autor de numerosos trabalhos sobre a história do Vale do Paraíba; Alfredo Gomes, nosso colega de turma na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e confrade do Instituto Histórico de São Paulo e da Academia Paulista de História; Antônio Camilo de Faria Alvim, de Belo Horizonte, professor da Universidade Federal de Minas Gerais; César Salgado, da Academia Paulista de Letras; Duglas Teixeira Monteiro, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo; Elmano Cardim, do Rio de Janeiro, jornalista eminentemente, membro da Academia Brasileira de Letras; Fabio de Macedo Soares Guimarães, nosso confrade do Instituto Histórico Brasileiro; Fernando Goes, nosso confrade de Academia Paulista de História e membro da Academia Paulista

de letras; Francisco Martins dos Santos, de São Vicente, nosso confrade da Academia Paulista de História; Gustavo Bauer, de Petrópolis; Herbert Canabarro Reichard, historiador eminente e nosso confrade do Instituto Histórico Brasileiro; Hermes Lima, sociólogo e político, antigo chefe de gabinete na breve experiência parlamentar por que passou o Brasil em 1961/63, membro da Academia Brasileira de Letras; autor, entre outros, de importante estudo sobre Tobias Barreto; João Gomes Teixeira, antigo diretor do Arquivo Público Mineiro; Leônicio Ribas Marinho, de Águas de Lindóia, velho militante da imprensa paulista e nosso confrade da Academia Paulista de Jornalismo; Odylo Costa Filho, poeta e jornalista, membro da Academia Brasileira de Letras; René Pena Chaves, médico e escritor, membro da Academia Campinense de Letras; Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, do Departamento de História da Universidade de São Paulo; Roberto Macedo, historiador da cidade do Rio de Janeiro, nosso confrade do Instituto Histórico Brasileiro; Venâncio Willeke (Frei), de Olinda, historiador dos franciscanos no Brasil, também nosso confrade do Instituto Histórico Brasileiro; Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, da Academia Paulista de Letras, e de quem já nos ocupamos num dos últimos números desta publicação; e Vítor de Azevedo, jornalista e historiador e, igualmente, nosso confrade da Academia Paulista de Jornalismo.

De René Pena Chaves já nos ocupamos nesta publicação quando de sua eleição para a Academia Campinense de Letras; a Vítor de Azevedo, dedicamos a seção “Vultos da Historiografia Brasileira” deste número, e de Reynaldo Carneiro Pessoa nos ocupamos em crônica no “Correio Popular” de Campinas, transcrita à página 289 deste número. ONM.

*
* *
*

MEMÓRIA CAMPINEIRA (7)

UMA GRANDE FIGURA FEMININA DA HISTÓRIA DE CAMPINAS

Transcorreu no corrente ano (6 de agosto) o centenário do falecimento da Viscondessa de Campinas. Ao ensejo da ocorrência, o Acadêmico Celso Maria de Melo Pupo, presidente da Academia Campinense de Letras, publicou no “Correio Popular” a nota que julgamos oportuno transcrever:

“Transcorreu ontem, dia 6, o centenário do falecimento da Viscondessa de Campinas, Dona Maria Luiza de Souza Aranha. Nasceu esta

de letras; Francisco Martins dos Santos, de São Vicente, nosso confrade da Academia Paulista de História; Gustavo Bauer, de Petrópolis; Herbert Canabarro Reichard, historiador eminente e nosso confrade do Instituto Histórico Brasileiro; Hermes Lima, sociólogo e político, antigo chefe de gabinete na breve experiência parlamentar por que passou o Brasil em 1961/63, membro da Academia Brasileira de Letras; autor, entre outros, de importante estudo sobre Tobias Barreto; João Gomes Teixeira, antigo diretor do Arquivo Público Mineiro; Leônicio Ribas Marinho, de Águas de Lindóia, velho militante da imprensa paulista e nosso confrade da Academia Paulista de Jornalismo; Odylo Costa Filho, poeta e jornalista, membro da Academia Brasileira de Letras; René Pena Chaves, médico e escritor, membro da Academia Campinense de Letras; Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, do Departamento de História da Universidade de São Paulo; Roberto Macedo, historiador da cidade do Rio de Janeiro, nosso confrade do Instituto Histórico Brasileiro; Venâncio Willeke (Frei), de Olinda, historiador dos franciscanos no Brasil, também nosso confrade do Instituto Histórico Brasileiro; Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, da Academia Paulista de Letras, e de quem já nos ocupamos num dos últimos números desta publicação; e Vítor de Azevedo, jornalista e historiador e, igualmente, nosso confrade da Academia Paulista de Jornalismo.

De René Pena Chaves já nos ocupamos nesta publicação quando de sua eleição para a Academia Campinense de Letras; a Vítor de Azevedo, dedicamos a seção “Vultos da Historiografia Brasileira” deste número, e de Reynaldo Carneiro Pessoa nos ocupamos em crônica no “Correio Popular” de Campinas, transcrita à página 289 deste número. ONM.

*
* *
*

MEMÓRIA CAMPINEIRA (7)

UMA GRANDE FIGURA FEMININA DA HISTÓRIA DE CAMPINAS

Transcorreu no corrente ano (6 de agosto) o centenário do falecimento da Viscondessa de Campinas. Ao ensejo da ocorrência, o Acadêmico Celso Maria de Melo Pupo, presidente da Academia Campinense de Letras, publicou no “Correio Popular” a nota que julgamos oportuno transcrever:

“Transcorreu ontem, dia 6, o centenário do falecimento da Viscondessa de Campinas, Dona Maria Luiza de Souza Aranha. Nasceu esta

ilustre titular pelos anos de 1797, na fazenda Taquaral, hoje Estado do Paraná, filha do proprietário da fazenda, Joaquim Aranha Barreto de Camargo.

Joaquim Aranha, grande criador de animais cavалares, dedicou-se a estas atividades até transferir-se para Campinas onde fundou o Engenho do Mato Dentro, vasta propriedade depois fracionada para descendentes. Teve atuação distinta na vida pública de Campinas, de cuja Câmara foi presidente, marcando, ainda, sua atuação com outras atividades públicas e com as construções residenciais para seu uso na então vila, no atual Largo da Catedral; e no seu Engenho do Mato Dentro, a casa sede ainda existente, propriedade do Governo do Estado. Deixou Campinas pelos anos de 1820, sendo, em 1822, nomeado pelo Príncipe Regente comandante militar da praça de Santos.

Coube à Viscondessa de Campinas herdar as propriedades paternas nesta cidade. Dona Maria Luiza casou-se solenemente no engenho do Mato Dentro, em 1817, tendo por testemunhas o Capitão-mor de Campinas, João Francisco de Andrade, e o Major Teodoro Ferraz Leite, senhor de engenho, casado com prima da noiva, Dona Maria Luiza Teixeira, senhora de grande beleza.

O noivo, primo da noiva e antigo auxiliar da administração na grande fazenda do Paraná, era Francisco Egídio de Souza Aranha, dezenove anos mais velho que a noiva; distinto agricultor no engenho da herança da esposa, foi dos primeiros plantadores de café em Campinas, mas viveu retraído, empolgado na atividade agrícola, só uma vez ocupando cargo público; faleceu em 1860, com 82 anos de idade.

Dona Maria Luiza, como as velhas e resolutas senhoras paulistas, assumiu, na viuvez, a direção dos negócios que continuaram em grande prosperidade, e da família constituída de onze filhos. Notabilizou-se, além da direção da casa e direção sábia dos filhos, no seu espírito caritativo, distribuindo, reservadamente, abundantes esmolas, colaborando na fundação da Santa Casa e nos interesses de sua pátria, como diz o decreto que a elevou ao título nobiliárquico.

Pelos decretos imperiais de 1875 e 1879 foi agraciada com os títulos de Baronesa e Viscondessa de Campinas, em cuja justificação se declarou que era elevada a estes títulos “em atenção aos relevantes serviços prestados à instrução pública e à humanidade e em relação à guerra do Paraguai.” Em sua casa, do Largo da Catedral, hospedou o Príncipe Conde d’Eu, casa onde também foram hospedados pelo seu filho Marquês de Três Rios, a Princesa Isabel, seu marido e filhos em 1884, e os imperadores Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina em 1886.

Deixando vasta e ilustre descendência, constituiu-se ancestral de altos valores paulistas, como o já referido filho, o Marquês de Três Rios, vice-

presidente da Província, ocupando várias vezes a presidência; a Baronesa de Itapura, senhora também de grande generosidade; Carlos Egídio de Souza Aranha, moço fidalgo da Casa Imperial; Joaquim Carlos Egídio de Souza Aranha, cavaleiro de Malta; Olavo Egídio de Souza Aranha, senador e secretário de Estado; Oswaldo Aranha, ministro de Estado; Ciro de Freitas Vale, diplomata; Carlos Norberto de Souza Aranha, deputado; Antônio Carlos do Amaral Lapa, grande benfeitor da Santa Casa e promotor da fundação do bispado de Campinas; Luís Aranha, deputado; Paulo de Almeida Nogueira, deputado; Alfredo Egídio de Souza Aranha, deputado; Paulo Nogueira Filho, deputado e acadêmico; Marcelo e Tarcísio Damy de Souza Santos, cientistas; Paulo Nogueira Neto, professor e cientistas; José Bonifácio Coutinho Nogueira, secretário de Estado; Olavo Egídio Setúbal, banqueiro e prefeito de São Paulo; Lafaiete Álvaro de Souza Camargo, prefeito de Campinas; e mais outros numerosos descendentes em Campinas, São Paulo e outras cidades do País.

*
* *
*

TRANSCRIÇÃO

O RIO VISTO POR UM AMERICANO EM 1835

José Gonçalves Salvador

Em meados de agosto de 1835 desembarcava do navio “Nelson Clark” no porto do Rio de Janeiro o cidadão estadunidense Fountain E. Pitts. Demorar-se-ia na capital brasileira apenas o suficiente para conhecer as condições locais e a situação do País, em vista dos objetivos de que fora incumbido. De fato, aqui permaneceu por duas semanas, observando, conversando com pessoas de língua inglesa e visitando um que outro logradouro público, a exemplo do Jardim Botânico, cuja variedade de plantas admirou, e também igrejas. Certo negociante britânico, mencionado pelo nome de Mr. Thornton, e residente nos arredores da cidade, proporcionou-lhe alguns passeios e lhe forneceu muitas das informações desejadas.

Ora, sendo a estada do ilustre visitante de curta duração, muita coisa, certamente, lhe escapou aos olhos, mesmo porque nas três breves missivas que nos legou não podia contar tudo. Estas falhas, entretanto, serão facilmente sanadas recorrendo-se à obra de seu patrício e confrade, Daniel P. Kidder, intitulada **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil**, de inestimável valor para o conhecimento da vida e costumes da nossa gente ao tempo da aclamação de

presidente da Província, ocupando várias vezes a presidência; a Baronesa de Itapura, senhora também de grande generosidade; Carlos Egídio de Souza Aranha, moço fidalgo da Casa Imperial; Joaquim Carlos Egídio de Souza Aranha, cavaleiro de Malta; Olavo Egídio de Souza Aranha, senador e secretário de Estado; Oswaldo Aranha, ministro de Estado; Ciro de Freitas Vale, diplomata; Carlos Norberto de Souza Aranha, deputado; Antônio Carlos do Amaral Lapa, grande benfeitor da Santa Casa e promotor da fundação do bispado de Campinas; Luís Aranha, deputado; Paulo de Almeida Nogueira, deputado; Alfredo Egídio de Souza Aranha, deputado; Paulo Nogueira Filho, deputado e acadêmico; Marcelo e Tarcísio Damy de Souza Santos, cientistas; Paulo Nogueira Neto, professor e cientistas; José Bonifácio Coutinho Nogueira, secretário de Estado; Olavo Egídio Setúbal, banqueiro e prefeito de São Paulo; Lafaiete Álvaro de Souza Camargo, prefeito de Campinas; e mais outros numerosos descendentes em Campinas, São Paulo e outras cidades do País.

*
* *
*

TRANSCRIÇÃO

O RIO VISTO POR UM AMERICANO EM 1835

José Gonçalves Salvador

Em meados de agosto de 1835 desembarcava do navio “Nelson Clark” no porto do Rio de Janeiro o cidadão estadunidense Fountain E. Pitts. Demorar-se-ia na capital brasileira apenas o suficiente para conhecer as condições locais e a situação do País, em vista dos objetivos de que fora incumbido. De fato, aqui permaneceu por duas semanas, observando, conversando com pessoas de língua inglesa e visitando um que outro logradouro público, a exemplo do Jardim Botânico, cuja variedade de plantas admirou, e também igrejas. Certo negociante britânico, mencionado pelo nome de Mr. Thornton, e residente nos arredores da cidade, proporcionou-lhe alguns passeios e lhe forneceu muitas das informações desejadas.

Ora, sendo a estada do ilustre visitante de curta duração, muita coisa, certamente, lhe escapou aos olhos, mesmo porque nas três breves missivas que nos legou não podia contar tudo. Estas falhas, entretanto, serão facilmente sanadas recorrendo-se à obra de seu patrício e confrade, Daniel P. Kidder, intitulada **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil**, de inestimável valor para o conhecimento da vida e costumes da nossa gente ao tempo da aclamação de

Pedro II. Todavia, as cartas de F. E. Pitts, ainda que lacônicas, revestem-se de interesse, quer por se tratar de documentos inéditos, quer por serem escritas no exato momento da passagem da Regência trina para a Regência única. Vivia-se, então, uma fase de incerteza e de lutas políticas, em vista de nossa incipiente Independência, ainda não consolidada, e da abdicação de D. Pedro I ao trono do Brasil. A constituição outorgada em 1824 já não atendia aos reclamos. Havia descontentamento nas províncias e o País corria o perigo de esfacelar-se à semelhança das colônias americanas da Espanha, ou de converter-se em uma federação. É quando surge como medida salvadora o Ato Adicional, a 12 de agosto de 1834, o qual permitiu a reforma constitucional e a ascensão do padre Diogo Antônio Feijó como regente único.

É nas duas últimas cartas, uma datada do Rio de Janeiro a 2 de setembro de 1835, e a outra de Buenos Aires a 30 de setembro, onde Pitts se externa a respeito do que viu e ouviu na capital do Brasil. A baía da Guanabara, como não podia deixar de ser, encantou-o por sua beleza e grandiosidade, parecendo-lhe um imenso lago crispado de graciosas ilhas. Ao passo que das margens despontam vilas florescentes, além da cidade de São Sebastião, centro por excelência do comércio exportador e importador. À entrada destaca-se um elevado monte de granito (Pão de Açúcar ?) e a umas cinquenta milhas a Serra dos Órgãos, visível a longa distância, em dia claro. E quanto ao porto escreve que nele se encontram navios de todas as nações da terra, talvez por força de expressão. Mas, na verdade, o Rio de Janeiro já desempenhava na época um papel de grande importância no comércio mundial, tanto assim que Daniel Kidder especifica as bandeiras que ali drapejam nos mastros, como sejam, dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, da Alemanha, da Espanha, da Bélgica, da Dinamarca, de repúblicas sul-americanas, e tantas mais.(1) O principal artigo de exportação é o café, que sabemos cultivado no vale do Paraíba e regiões circunvizinhas, fazendo-se o transporte para as embarcações por escravos negros. Estes, em magotes de dez a vinte, levava cada um sobre a cabeça uma saca pesando 73kg em média, conforme esclarece o mesmo Kidder, e enquanto o fazem, cantam em coro a fim de imprimir cadência, estímulos e rentabilidade ao trabalho que executam. Igualmente, nas ruas, a cada passo, se depara com algum africano, de um e outro sexo, carregando fardos, trouxas ou objetos. Pitts não se refere aos negros que perambulavam vendendo mercadorias por mandado dos seus senhores, mas viu-os com certeza, pois os cronistas o asseguram. A um daqueles, certo indivíduo já velho e tatuado perguntou o viajante americano acerca do Grande Espírito da sua terra nativa e o que sabia sobre o diabo, obtendo em resposta que o Deus de lá não é o mesmo daqui e que lá existem demônios por todas as partes.

(1) Daniel P. Kidder, **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil** (Rio de Janeiro e Província de São Paulo). São Paulo, Livraria Martins Editora, págs. 137.

A cidade de São Sebastião pareceu a Fountain Pitts algo estranha, inteiramente despida de chaminés, por supô-la, talvez, possuidora de fábricas. E o pior, as ruas apresentavam-se manifestamente sujas e os passeios muito estreitos, calçados toscamente, à maneira das vielas de Nova York. E não obstante, dizemos nós, tratava-se da nossa capital, a sede da monarquia e do parlamento, a atrativa Corte, onde as mais distintas famílias tinham moradia. A população orçava em 200 000 almas, quer no conceito de Pitts, quer no de Kidder, contando-se nesse total os estrangeiros, os quais ainda que em pequena proporção constituem uma parcela bastante significativa. As casas, no geral, são resistentes, pois construídas de pedras e tijolos e protegidas das chuvas por telhas onduladas. O autor das **Reminiscências de viagens** oferece, porém, outros detalhes, afirmando que os prédios raramente têm mais de três andares, mesmo nas ruas comerciais, e comumente todos apresentam a característica cor branca da argamassa que os reveste. (2) Os templos e conventos são de estrutura antiga, havendo dos primeiros uns vinte, profusamente ornados com imagens, pinturas, lampadários e relíquias, mas destituídos de bancos. O número de fiéis que os freqüentam é formado na quase totalidade pelo elemento feminino. A pompa de outros tempos, pelo que ouviu, decaiu muito, porquanto o próprio Catolicismo já não exerce a mesma influência. Inclusive o governo contribuiu para isso, limitando o número de sacerdotes e reduzindo o de procissões. Até há pouco as pessoas deviam ajoelhar-se quando passava uma delas, mas agora apenas se espera que tirem o chapéu. Outra decisão deveras singular do último imperador, ou seja de Pedro I, foi a da utilização do mosteiro de São Bento, transformando-o, a seguir, em arsenal do Estado.

Quanto à situação religiosa das comunidades estrangeiras, a nova Constituição, no seu artigo 5º, lhes faculta adquirir ou construir lugares para o culto divino, contanto que sem a aparência de igreja. Mas, não obstante isso, Pitts informa existir na cidade apenas um, ou melhor “uma pequena Igreja Episcopal Inglesa, a qual é atendida moderadamente” (3). Os alemães, contudo, aguardam a vinda de um pastor da Igreja Luterana para lhes pregar na sua própria língua, enquanto que os americanos e os ingleses desejam um ministro metodista. Também se espera outro da Seaman’s Friend Society, dos Estados Unidos, para dar assistência aos marinheiros, visto o grande movimento de navios no porto. Pitts constata, de igual modo, a existência de um notável interesse pelas Escrituras Sagradas, havendo até escolas que as tinham adotado, sobretudo as dirigidas por estrangeiros. Por onde se pode concluir que as modernas missões protestantes estavam em vias de penetrar no País.

(2) Idem, *ibid.*, págs. 46.

(3) Essa capela teve a sua pedra fundamental lançada em 1819, à Rua dos Barbonos; foi também o primeiro templo protestante na América do Sul.

O Brasil vive uma nova era de progresso e de liberdade, testificada pela livre circulação de toda e qualquer literatura, seja religiosa ou de outra natureza. Além do que, os prelos dão a público diversos jornais, uns diários, outros semanais. Enquanto uns tratam exclusivamente de política, outros se ocupam de literatura ou de matéria variada.(4) Demonstra bem, igualmente, o novo espírito que sopra sobre a nação, o fato de que “o atual candidato à Regência, ainda que sacerdote, é decididamente a favor do casamento dos eclesiásticos”, referindo-se, sem dúvida alguma, ao padre Feijó. Realmente, já ao tempo em que ocupara a pasta da Justiça, o ilustre o homem público adotara uma série de medidas assaz avançadas, tais como a da concessão de certos direitos aos filhos bastardos, a proibição da importação de escravos etc. O Sr. Pitts enganou-se, porém, numa de suas afirmativas: Feijó a esse tempo já estava eleito, vencendo folgadoamente o candidato do partido governista. A posse do cargo é que não se dera ainda, por motivo de enfermidade, e só se efetivou a 12 de outubro de 1835.

Assim passa o missivista a tecer considerações acerca do governo. A nação tem a dirigi-la a Câmara dos Deputados e o Senado, ambos em sessão no momento, e cujos membros foram eleitos pelo povo de diferentes partes do Império. É um corpo que se impõe porque constituído de homens inteligentes. Daí também a razão por que o governo está realizando tanto progresso no comércio e nas artes e dando provas de liberdade em matéria de religião, a tal ponto que nenhuma outra nação católica se lhe pode comparar. Pelo que, diz Pitts, o Brasil é um excelente campo para se anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, devendo aproveitar-se a oportunidade sem demoras.

Fountain Pitts era ministro da Igreja Metodista Episcopal e ela o havia comissionado para examinar “in loco” as possibilidades da criação de missões no Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires, destinadas não apenas aos estrangeiros, mas também aos nacionais. Quanto ao nosso País antevimos que o seu parecer foi inteiramente favorável, resultando, em consequência, o envio pouco depois do Rev. Justin Spaulding e de Daniel P. Kidder.

São admiráveis as sugestões com que conclui a carta do Rio de Janeiro a respeito do pastor a ser enviado para cá. Diz Pitts, textualmente: “que ele venha imediatamente e comece logo a estudar a língua portuguesa. Que seja homem zeloso, paciente como Jó e praticante da verdadeira filosofia cristã. Que todas as suas preocupações sejam confiadas ao Senhor Jesus e que pregue sentindo o Espírito Santo no coração”. E na carta datada de Buenos Aires insere as seguintes expressões: “Que use mais de prudência na sua oposição à Igreja de

(4) Quando Kidder redigiu o seu livro editavam-se no Rio quatro diários, dois jornais trisemanais, seis a dez semanários e diversos outros periódicos. Dentre eles são mais conhecidos por causa das lutas políticas da época, *O Tamoio* e a *Aurora Fluminense*.

Roma do que de impetuosidade. Se for cortês e respeitoso para com a ordem estabelecida, terá liberdade para pregar sem ser molestado”.

(Do Suplemento Literário de “O Estado de S. Paulo”,
9-5-1971.)

*

* *

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

COMO SE DEVE REGULAR E DISTRIBUIR A POVOAÇÃO NO BRASIL

(Veloso de Oliveira)

Ainda que muito convenha ao Estado multiplicar o número das cidades, vilas, lugares e aldeias, e aumentar quanto for possível, segundo as circunstâncias do país, a povoação em geral, porque dela procede a indústria e força da nação; não será jamais conveniente, antes sobremaneira prejudicial, que cada uma das cidades e vilas adquira tal grandeza e tamanha extensão, que as comodidades sociais, em vez de crescerem, fujam para sempre do seio delas.

Com efeito, as povoações demasiadamente grandes são massas enormes e contrárias à natureza, que ela procura por isso destruir a cada momento e de mil maneiras diferentes. Os males físicos manifestando-se por enfermidades extraordinárias, complicadas e absolutamente desconhecidas nos pequenos povos, as atormentam com inexplicável rancor; e os morais, de um caráter muito mais acre, resistem, como de propósito, à força e autoridade das leis, exigindo todos os dias novos e sempre ineficazes remédios: **Pensata la lege, pensata la malizia.**

Da união destes males resulta, sem dúvida, a necessidade de manter a povoação das grandes cidades com habitantes estranhos da sua natural produção e manifesto prejuízo dos campos, como se verificava em Lisboa, onde duas terças partes do povo pertenciam às províncias. Do mesmo princípio deriva ainda a outra necessidade mui funesta de novos estabelecimentos, a multiplicidade de agentes e administradores públicos; a dureza da polícia, o aumento das contribuições e invenções engenhosas de novos tributos, de que o Estado não tira o mais leve proveito; e a complicação, enfim, da máquina destinada a reger a nação. Estes males são inevitáveis, nem se podem remediar entre povos antigos e há muito estabelecidos em certos e determinados lugares. Como na verdade se

Roma do que de impetuosidade. Se for cortês e respeitoso para com a ordem estabelecida, terá liberdade para pregar sem ser molestado”.

(Do Suplemento Literário de “O Estado de S. Paulo”,
9-5-1971.)

*

* *

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

COMO SE DEVE REGULAR E DISTRIBUIR A POVOAÇÃO NO BRASIL

(Veloso de Oliveira)

Ainda que muito convenha ao Estado multiplicar o número das cidades, vilas, lugares e aldeias, e aumentar quanto for possível, segundo as circunstâncias do país, a povoação em geral, porque dela procede a indústria e força da nação; não será jamais conveniente, antes sobremaneira prejudicial, que cada uma das cidades e vilas adquira tal grandeza e tamanha extensão, que as comodidades sociais, em vez de crescerem, fujam para sempre do seio delas.

Com efeito, as povoações demasiadamente grandes são massas enormes e contrárias à natureza, que ela procura por isso destruir a cada momento e de mil maneiras diferentes. Os males físicos manifestando-se por enfermidades extraordinárias, complicadas e absolutamente desconhecidas nos pequenos povos, as atormentam com inexplicável rancor; e os morais, de um caráter muito mais acre, resistem, como de propósito, à força e autoridade das leis, exigindo todos os dias novos e sempre ineficazes remédios: **Pensata la lege, pensata la malizia.**

Da união destes males resulta, sem dúvida, a necessidade de manter a povoação das grandes cidades com habitantes estranhos da sua natural produção e manifesto prejuízo dos campos, como se verificava em Lisboa, onde duas terças partes do povo pertenciam às províncias. Do mesmo princípio deriva ainda a outra necessidade mui funesta de novos estabelecimentos, a multiplicidade de agentes e administradores públicos; a dureza da polícia, o aumento das contribuições e invenções engenhosas de novos tributos, de que o Estado não tira o mais leve proveito; e a complicação, enfim, da máquina destinada a reger a nação. Estes males são inevitáveis, nem se podem remediar entre povos antigos e há muito estabelecidos em certos e determinados lugares. Como na verdade se

poderiam restringir limites e prescrever regras à povoação de Londres ou de Paris? É porém muito possível acautelar as suas funestíssimas conseqüências, quando uma nação se vai fôrmar.

Para esta importantíssima operação é preciso que a corte se não fixe em algum porto marítimo, principalmente se ele for grande e com boas proporções para o comércio; pois que a concorrência de muitos negociantes e das pessoas da corte, bem depressa formaria uma povoação tal como as que ficam descritas, e todos os dias mais perturbadas pelo luxo e excessiva carestia dos víveres, que os cortesãos e funcionários públicos, que vivem dos alimentos do Estado, não podem suportar ou pagar sem notório detrimento, e os menos austeros adquirem com perda do próprio decoro e prejuízo da causa pública. Deve a corte vivificar um lugar, a agricultura, o comércio e as artes, todos aqueles por onde a sua influência for sabiamente distribuída pelo governo.

Escolher a situação mais conveniente para o estabelecimento da corte e residência do soberano, é pois uma operação bem delicada, e que se não deve deixar ao acaso e ao concurso das circunstâncias, para que não aconteça que todas as fortunas se acumulem na corte; não tenha ela proporções com as províncias, e fiquem estas as indigentes tributárias de uma capital, que as despreze com o mais altivo e insuportável orgulho; exigindo imperiosamente dos campos os braços necessários à agricultura e às artes, para todos os dias se ostentar mais bela na aparência e mais prejudicial na realidade à população do Estado, à sua força intrínseca e à pureza da moral dos povos.

Se o comércio, porém, e as artes não devem concentrar-se na corte, espalhando-se pelas províncias, concorrem para a feliz distribuição das riquezas e para aumento da povoação de uma maneira conveniente; pelo contrário, os estudos mais graves, as escolas mais dificultosas e as universidades, enfim, parece que têm nas cortes o seu assento principal. As ciências dão às cortes certo lustre que delas não se deve jamais separar, e a mocidade estudiosa, destinada aos empregos públicos, adquire na presença do soberano certo grau de civilidade, que a torna mui recomendável e a mais própria para tratar os povos como convém, e para os tornar todos os dias mais civis e urbanos. É, pois, por esta razão ainda, sem lembrar outras muitas, que a capital do Império se deve fixar em um lugar são, ameno, apazível e isento do confuso tropel de gentes, indistintamente acumuladas, e onde a educação pública ache o seu verdadeiro assento, recebendo do soberano aquela proteção sem a qual não poderá jamais produzir os frutos que lhes são naturais. Devendo pesar-se bem esta matéria, quando se trata dos meios de povoar uma ou mais províncias do Estado; porque é interessantíssima e talvez a mais importante de todas.

no tomo XXXI, 1ª parte, da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, Rio de Janeiro, 1868, págs. 1 – 106.)

*

INDEPENDÊNCIA DA GRÉCIA

A nação grega toma o céu e a terra em testemunho que, apesar do jugo horrível dos otomanos que a ameaçava de extermínio, ela ainda existe.

Depois de ter repellido a violência pela simples coragem de seus filhos, ela declara hoje, perante Deus e perante os homens, pelo órgão de seus legítimos representantes, reunidos em Congresso nacional, sua independência política.

Essa guerra é uma guerra nacional e sagrada: seu objetivo é a restauração da nação e sua reintegração nos direitos de propriedade, de honra e de vida que são o quinhão dos povos civilizados.

Os gregos, únicos entre todos os europeus, devem ser excluídos como indignos desses direitos que Deus estabeleceu para todos os homens? Ou estavam eles condenados pela sua natureza a uma escravidão eterna que perpetuaria neles a espoliação e os massacres? E a força brutal de algumas hordas bárbaras que, sem nunca terem sido provocadas, vieram, precedidas de carnificina e acompanhadas do espírito de destruição, estabelecer-se em nossos meios, poderia jamais ser legalizada pelo direito da gente da Europa?

Partindo desses princípios e certos dos nossos direitos, não queremos, não reclamamos outra coisa senão o nosso estabelecimento na associação européia e em nossa religião, pois nossos costumes e nossa posição nos chamam para nos reunirmos à grande família dos cristãos.

Marchamos de comum acordo para nossa libertação com a firme resolução de obter ou sepultar para sempre nossas infelicidades sob uma grande ruína da nossa origem.

Assinado: Alexandre Navrocordato, Presidente da Assembléia e mais 58 assinaturas. 15 – 27 de janeiro de 1822.

(Driault e Lheritier, *Histoire diplomatique de la Grèce de 1821 à nos jours*, 168 – 169, Paris, Presses Universitaires, 1925; apud Katia de Queirós Matoso, *Textos e documentos para o estudo da história contemporânea*, 77 – 78. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1977.)

*

* *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

VÍTOR DE AZEVEDO (1905 – 1979)

Por ocasião do falecimento de VÍTOR DE AZEVEDO, em junho do corrente ano, o responsável por esta publicação estampou no **Correio Popular**, de Campinas, a nota que julgamos oportuno transcrever:

Ausente de Campinas por alguns dias, tive conhecimento por amigo e companheiro de viagem no local onde me encontrava, de triste notícia que, infelizmente, vi confirmada quando, regressando, pus-me a folhear os jornais acumulados durante a minha ausência: o falecimento, dia 16 do corrente mês (junho), de Vítor de Azevedo Pinheiro, literariamente conhecido apenas por **Vítor de Azevedo**, meu preclaro confrade da Academia Paulista de Jornalismo. Embora não tivéssemos um relacionamento freqüente (fiquei mesmo muitos anos sem vê-lo e só nos reencontramos com a fundação da Academia, a que nos honramos de pertencer), nosso conhecimento vem de longe, aos tempos ainda da Editora Anchieta que existiu em São Paulo na década de 40 e à qual éramos muito ligados, ele naturalmente mais que eu, pois teve, inclusive, um livro editado pela casa.

Era Vitor de Azevedo um desses muitos casos de jornalistas com vocação para a pesquisa histórica, mas que, não tendo condições de produzir nesta área como certamente gostariam, e isto pelos próprios afazeres da sacrificante vida de imprensa, deixaram, contudo, excelentes amostras do que eram capazes no campo das letras históricas. Assim, a historiografia brasileira deve ao saudoso amigo e confrade pelo menos três excelentes ensaios: um sobre Feijó (**Vida, paixão e morte de um chimango**), outro sobre o grande bandeirante Manuel Preto, e o terceiro sobre Raposo Tavares. Deste último, quando de seu aparecimento, ocupei-me longamente no Suplemento literário de “O Estado de S. Paulo” e no “Diário do Povo”, de Campinas, fazendo ver o quanto representava, como contribuição original, a pesquisa realizada em torno de alguns pontos obscuros da vida e da grande jornada ao “Rio das Almanzonas”, empreendida pelo sertanista na empresa que Jaime Cortesão denominou “a maior bandeira do maior bandeirante”. Retificando autores, revelando ou interpretando novos documentos, deixou uma monografia que é verdadeiro modelo de pesquisa histórica.

O mesmo se poderá dizer, embora se trate de temas assaz conhecidos, de seus livros sobre o grande Regente do Império e sobre o bandeirante do Guaíra. Dotado de sólida cultura humanística, foi dos poucos, após Latino Coelho, a traduzir a famosa **Oração da Coroa** de Demóstenes.

Vitor de Azevedo era paulista de Bariri, onde nascera a 30 de julho de 1905. Completaria, pois, 74 anos dentro de um mês. Toda sua vida foi praticamente marcada pelo jornalismo, com atuação especial no velho “Correio Paulistano” e, depois, no “Diário de São Paulo”, além de ter militado também na imprensa do interior. Jornalista não apenas de profissão, mas sobretudo de vocação, seu nome há de ser devidamente reverenciado pelos seus colegas e, sobretudo, pelos seus confrades da Academia Paulista de Jornalismo.

*

RAPOSO TAVARES NO AMAZONAS

Em memória de Vitor de Azevedo, transcreve-se, a seguir, a nota publicada pelo responsável pela NBH no Suplemento Literário de “O Estado de S. Paulo” (15/4/1967) e no “Diário do Povo”, de Campinas (17/9/1967), a propósito do livro **Atuação real de Raposo Tavares na viagem ao rio das Almanzonas** (São Paulo, Editora Obelisco, 1966, Col. “Cadernos de História”, dir. por Brasil Bandecchi).

O pequeno volume do Sr. Vitor de Azevedo que integra a coleção **Cadernos de História**, da Editora Obelisco, apresenta erudita e bem documentada contribuição a um assunto que, embora não seja dos mais importantes da história do bandeirismo, revela aspectos novos e preciosos para o conhecimento das jornadas de Raposo Tavares pelo interior da América do Sul. Mais exatamente, a sua atuação real na viagem ao Amazonas ou ao **Rio das Almanzonas**, como escrevia um cronista do século XVII. Pretende o A. retificar alguns informes de Taunay, de Washington Luís, de Alfredo Ellis Júnior, de Carvalho Franco e de Sérgio Buarque de Holanda, em torno da gigantesca empresa que Jaime Cortesão denominou “a maior bandeira do maior dos bandeirantes”. Tarefa difícil, uma vez que a documentação não é das mais abundantes. Pretende a maioria dos autores aos quais corrige Vitor de Azevedo (e além deles também Varnhagen), que, para a grande jornada o famoso mestre-de-campo teria partido de São Paulo e atravessado os campos da Vacaria, no sul de Mato Grosso.

Alguns documentos compulsados pelos que anteriormente trataram do assunto, mas que, ao ver do A., não perceberam o sentido exato dos textos então examinados, podem levar à afirmação ora feita, segundo a qual, para a sua famosa bandeira ao Amazonas, não teria Raposo Tavares partido de São Paulo, mas sim da Bahia, onde se encontrava. Dos documentos examinados pelo A., é uma informação de 1674 a que aduz informes julgados mais concludentes pelo Sr. Vitor de Azevedo, pois, em sua opinião, não padece dúvida que o

autor da referida informação (Manuel Barreto de Sampaio) redigiu-a da Bahia de onde “saiu o mestre-de-campo Antonio Raposo, em descobrimento dos sertões, empenhando-se de tal modo que, vindo a parar em Quito, daí pelo rio das Almanzonas veio a sair ao Maranhão, em cuja viagem passaram grandes trabalhos e gastaram mais de três anos”. Raciocine-se agora, recomenda o Sr. Vitor de Azevedo: “o mestre-de-campo, saindo da Bahia, em hipótese alguma poderia adotar o itinerário que Washington Luís idealizou, no pressuposto evidente de que ele encetara viagem em São Paulo. Se o seu objetivo era o Amazonas, buscaria, sem dúvida, penetrar no grande rio pela via marítima, mais fácil e rápida”.

Adiante, lembra o A. que as confusões a respeito desta bandeira resultaram da amplitude com que foi concebida, sob bafejo oficial. Ela se dividiu em duas tropas. Quem o diz é um contemporâneo dos acontecimentos, nada menos que o Padre Antônio Vieira. Seu depoimento consta de uma carta escrita no início de 1654, publicada e comentada por Jaime Cortesão em seu livro **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Mas, para o Sr. Vitor de Azevedo, do mesmo modo que Afonso de Taunay não entendeu a informação de Barreto Sampaio, o brilhante escritor português não entendeu a carta de Vieira. Da análise de tal carta, deduz o A. que “a bandeira fora concebida sob a forma de um movimento de torquês, cujos arcos se foram fechando até a junção final”. Onde se teria dado a junção das duas tropas é o que os documentos não permitem afirmar com segurança. O Padre Vieira não é preciso a este respeito, mas calcula, para tanto, “uma distância correspondente a um ano de marcha da aldeia de Mboymboy”, em território dos índios serranos que, provavelmente, pertence ao próprio departamento de Quito, a que sumariamente alude Barreto Sampaio e do qual também fala o cronista Berredo ao narrar os combates sustentados pelos bandeirantes nesta segunda fase, agora sob o comando total de Raposo Tavares.

Sobre as peripécias do percurso inicialmente seguido pelo grande bandeirante não ficaram documentos escritos. Mas sua entrada pelo delta amazônico rigorosamente se deduz de uma série de circunstâncias analisadas no presente trabalho. “Bem ponderado tudo, é óbvio que ele navegou no sulco deixado por Pedro Teixeira”. A certa altura do trajeto, porém, teria infletido por um dos numerosos tributários da margem direita do Amazonas, que lhe teria dado acesso à área geográfica em que, segundo plano determinado, deveria esperar pela gente do capitão Antônio Pereira de Azevedo, comandante do outro troço da expedição.

Além dos dois documentos citados e divulgados na parte que interessa ao esclarecimento de seu ponto de vista — a informação de Sampaio e a carta de Vieira — o autor divulga também o testamento de Pedro Fernandes,

que integrou a tropa de Antônio Pereira de Azevedo, morrendo no sertão e sendo inventariado em São Paulo em 1654.

Constitui, assim, este volume 11 dos **Cadernos de História** interessante contribuição para o melhor conhecimento da “maior bandeira do maior dos bandeirantes”. Permanece, pois, a editora fiel ao seu programa inicial de, ao lado de textos e documentos raros, de difícil alcance dos estudiosos, editar também de autores contemporâneos, que apresentem interesse pela pouca divulgação dos assuntos ou pela originalidade que possam apresentar.

*
* *
*

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção são reproduzidas algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista, às sextas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas.).

13. O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Mais que simples episódios históricos, os movimentos revolucionários constituem um processo cujo desenvolvimento transcende de muito as balizas cronológicas com que se costumam marcar os eventos da História. Eis por que é fácil saber quando eles começam, mas dificilmente se poderá marcar seus termos. Aliás, já se disse que as revoluções nunca terminam... Convencionou-se uma data para marcar o início da Revolução Francesa: o 14 de julho de 1789, com a tomada da Bastilha. Mas quem poderá dizer quando ela terminou? Ou será que terminou? Aqui, cabe antes de tudo, considerar numa revolução seu ponto de vista militar e seu ponto de vista civil. É claro que, do ponto de vista militar, ela tem começo e tem fim. Poder-se-á precisar até o minuto decisivo em que o primeiro tiro foi disparado ou o minuto também decisivo em que a ordem de cessar fogo foi dada. Mas, do ponto de vista civil, o processo não é tão simples. É fácil dizer que a Revolução de 1930 terminou com a deposição de Washington Luís no dia 24 de outubro. Mas, do ponto de vista civil, é justamente nesse momento que ela começa. E terá terminado? Hélio Silva, no seu magnífico painel do ciclo de Vargas, denominou-a a “revolução traída”. Talvez tenha sido. Mas eu preferiria denominá-la a “revolução inacabada” ou “incompleta”, se preferirem.

que integrou a tropa de Antônio Pereira de Azevedo, morrendo no sertão e sendo inventariado em São Paulo em 1654.

Constitui, assim, este volume 11 dos **Cadernos de História** interessante contribuição para o melhor conhecimento da “maior bandeira do maior dos bandeirantes”. Permanece, pois, a editora fiel ao seu programa inicial de, ao lado de textos e documentos raros, de difícil alcance dos estudiosos, editar também de autores contemporâneos, que apresentem interesse pela pouca divulgação dos assuntos ou pela originalidade que possam apresentar.

*
* *
*

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção são reproduzidas algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista, às sextas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas.).

13. O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Mais que simples episódios históricos, os movimentos revolucionários constituem um processo cujo desenvolvimento transcende de muito as balizas cronológicas com que se costumam marcar os eventos da História. Eis por que é fácil saber quando eles começam, mas dificilmente se poderá marcar seus termos. Aliás, já se disse que as revoluções nunca terminam... Convencionou-se uma data para marcar o início da Revolução Francesa: o 14 de julho de 1789, com a tomada da Bastilha. Mas quem poderá dizer quando ela terminou? Ou será que terminou? Aqui, cabe antes de tudo, considerar numa revolução seu ponto de vista militar e seu ponto de vista civil. É claro que, do ponto de vista militar, ela tem começo e tem fim. Poder-se-á precisar até o minuto decisivo em que o primeiro tiro foi disparado ou o minuto também decisivo em que a ordem de cessar fogo foi dada. Mas, do ponto de vista civil, o processo não é tão simples. É fácil dizer que a Revolução de 1930 terminou com a deposição de Washington Luís no dia 24 de outubro. Mas, do ponto de vista civil, é justamente nesse momento que ela começa. E terá terminado? Hélio Silva, no seu magnífico painel do ciclo de Vargas, denominou-a a “revolução traída”. Talvez tenha sido. Mas eu preferiria denominá-la a “revolução inacabada” ou “incompleta”, se preferirem.

Estas considerações vieram-me à mente a propósito do dia de ontem — 5 de julho — de dupla significação em nossa história contemporânea, pois assinala o deflagrar de dois movimentos revolucionários: o de 1922 e o de 1924. O primeiro mereceu um volume especial de Hêlio Silva, a que sugestivamente intitulou **Sangue na areia de Copacabana**. Movimento quixotesco, de valor mais simbólico que real, faz iniciar, contudo, o que poderíamos denominar “processo revolucionário” da vida brasileira. De 1922 até hoje, mais de meio século decorrido, quantos marcos poderá encontrar o analista de nossa história, verdadeiras estações num caminho nem sempre muito tranqüilo, mas que deverá seguir e nas quais deverá parar para algumas meditações: 1924, 1926, 1930, 1932, 1935, 1937, 1938, 1945, 1954, 1955, 1961, 1964, 1968, .. E talvez mais algumas datas a assinalarem paradas ou estações na “via crucis” de nossa história contemporânea.

O importante a registrar no caso é que todos esses movimentos (ora políticos, ora militares) estão sendo objeto de revisão e estudo mais aprofundado, inclusive como temas de teses universitárias, o que nos leva a crer que, dentro de alguns anos, possamos ter, desse nosso processo revolucionário, uma visão bem mais segura, isenta das inevitáveis paixões que pontilham os escritos “au jour” que começaram a aparecer apenas terminadas as manifestações externas dos movimentos.

Daqui a três anos comemoraremos o cinquentenário da “Revolução Constitucionalista” de 1932. Que bela oportunidade para a revisão e conceituação precisa de um movimento que marcou a história paulista, mas que não pode ser visto apenas no seu aspecto épico, glorioso, heróico, quase legendário, que inegavelmente existiu, mas que não será o único a ser registrado definitivamente pela História (6 - 7 - 1979)

14. A MORTE DE UM DOS “SEIS”

Talvez tenha sido o último, não tenho certeza. Mas a morte, em Paris, há poucos dias, de Louis Durey, que alcançou mais de noventa anos, fez desaparecer o idealizador do grupo musical constituído de seis compositores e que, por analogia com o famoso “Grupo dos Cinco”, de tanta importância na história da música na segunda metade do século passado, passou a ser denominado de “Grupo dos Seis”. Há, contudo, uma grande diferença entre os “cinco” russos do século passado e os “seis” franceses do período de entreguerras. Os primeiros foram acentuadamente nacionalistas e tiveram por preocupação principal libertar a música russa da escravizante ocidentalização que a vinha caracterizando, o que, aliás, acontecia também com todos os países eslavos e escandinavos. Buscando na alma popular, nas tradições de seus países, no fol-

cloro de sua gente, os “cinco”, bem como os outros compositores que, influência deles, foram aparecendo na Tchecoslováquia, na Polônia, na Noruega, na Suécia, na Dinamarca, tiveram todos marcada atuação numa das páginas mais importantes da história da música do século passado ou do início do atual.

O objetivo dos “seis” franceses, sob este aspecto, foi mais modesto. Não pretenderam propriamente criar algo de novo, embora produzissem coisas originalíssimas, e alguns dos seus integrantes (não é, evidentemente, o caso de Durey) alinham-se entre os maiores compositores deste século. Representaram, contudo, papel decisivo na vida musical francesa, que parecia sem rumo após a morte de Debussy, em 1918. De fato, o genial criador de “Pelleas et Mélisande” deixara um vazio incomensurável: Ravel viveria até 1937, mas sua grande obra praticamente já estava realizada; Paul Dukas, mais na tradição conservadora das escolas de música, não sendo homem de relacionamento fácil, um tanto ensimesmado, pouco se podia contar com ele; Fauré, o último grande romântico, falecera em 1924; Roussel, muito preso a Debussy, não era homem de formar discípulos e tem-se certa dúvida sobre se ele teria mesmo muita coisa a dar; o irreverente Erik Satie, autor de larga influência e, provavelmente, o responsável pela irreverência de alguns do “Grupo dos Seis” (Poulenc e Milhaud, notadamente), falecera em 1925, deixando “órfãos” numerosos compositores da nova geração que tanta confiança depositava no excêntrico barbicha, cuja gaiatice se revelava nos simples títulos que dava às suas obras.

Preencher esse vazio e manter viva a tradição musical francesa nesse período foi a principal tarefa do denominado “Grupo dos Seis”, três dos quais (Honegger, Milhaud e Poulenc) de produção bem mais vasta e valiosa que os demais, enquanto que os outros três — Auric, o recémfalecido Durey e (coisa curiosa!) uma mulher, Germaine Tailleferre — estão hoje não diria esquecidos, mas pouco divulgados fora da França, pois ausentes dos programas de concertos e dos catálogos discográficos. Mas integraram um grupo, tiveram, nesse grupo, importância fundamental, especialmente Durey, que foi a vida toda crítico musical, animaram o espírito de solidariedade que entre eles se formou e, duma forma ou doutra, têm seus nomes indissolivelmente vinculados à história da música (13 - 7 - 1979).

15. O MAESTRO QUE POPULARIZOU O ERUDITO

Foi com a expressão supra, que tomei para título desta crônica, que importante órgão da imprensa paulistana referiu ao regente Arthur Fiedler, ao registrar seu falecimento, em meados do mês passado. Para as novas gerações que já nasceram sob o signo do microsulco (ou do LP, como costuma ser abreviadamente denominado o sistema de gravação em 33 rotações por mi-

nuto), os nomes do famoso regente e de sua não menos famosa orquestra — a “Boston Pops” — não significam muita coisa. Talvez nem sejam conhecidos. Mas para aqueles que começaram a formar suas discotecas na década de 40 ou antes, ainda ao tempo dos discos em 78 rotações, a evocação dos dois nomes traz à lembrança todo um processo de iniciação musical, através dos discos largamente difundidos entre nós pela RCA Victor (a marca do cachorrinho ouvindo a “voz do dono”) e apresentando justamente aquele tipo de música pela qual nós todos nos iniciamos.

A expressão “popularizou o erudito”, que o jornal paulistano empregou, não deve ser entendida no sentido de adaptações ou arranjos ao gosto popular de músicas eruditas. Não. Arthur Fiedler nunca fez arranjos ou adaptações. Foi sempre muito fiel às partituras que interpretava. A expressão deve ser entendida no sentido de divulgação de um tipo de música, erudita sem dúvida, porém mais do agrado popular, mais acessível ao grande público: aberturas de óperas, marchas, trechos de bailados, valsas, peças de circunstância etc., e isto contribuiu realmente para a divulgação da boa música, inclusive preparando-nos para, posteriormente, ouvirmos as obras completas das quais a “Boston Pops” interpretava os trechos mais conhecidos e de receptividade mais fácil. Aliás, sob este aspecto, o velho disco de 78 rotações contribuía mais que o LP para a divulgação da música. Hoje, se alguém desejar adquirir, por exemplo, apenas a abertura de “O Barbeiro de Sevilha”, não a encontrará. Terá de adquirir todo um LP no qual, eventualmente exista a peça desejada, o que nem sempre acontece.

Sua famosa orquestra era formada exclusivamente pelos instrumentistas da famosa Sinfônica de Boston, a célebre orquestra de Koussewitsky e depois de Charles Munch. Apenas, na época do verão, formavam o conjunto “pops” de Arthur Fiedler e realizava seus concertos ao ar livre, executando peças mais ligeiras e tornando o público quase participante dos concertos, pela camaradagem que se estabelecia com os músicos. Um amigo que durante alguns anos viveu em Boston, mandou-me o programa de um dos concertos da “Boston Pops”. Era o mesmo cardápio do restaurante que ficava no jardim onde a orquestra dava seus concertos, e as peças a serem executadas vinham indicadas de permeio com os pratos e os vinhos... Algo parecido com os “Proms” (abreviatura de “Promenades”), que se realizavam em Londres ou com a orquestra do Prater, de Viena. Enfim, uma obra notável de divulgação da boa música, que já tem sido tentada entre nós, embora sem a regularidade que o velho Fiedler soube dar ao seu trabalho. Um dia, certamente, chegaremos lá. (24-8-1979.)

16. A PROPÓSITO DE “O GUARANI”

Manifestou-se muito cedo a inclinação de Carlos Gomes para o teatro lírico, pois antes de seguir para a Europa como beneficiário de uma bolsa

concedida por D. Pedro II, já fizera encenar, no Rio de Janeiro, com relativo êxito, duas óperas – **A noite do castelo e Joana de Flandres**, sobre textos de Antônio Feliciano de Castilho e Salvador de Mendonça, respectivamente. Para o seu espírito acentuadamente voltado para o lírico, nenhum ambiente, de fato, seria mais apropriado que a Itália da segunda metade do século XIX. A ópera absorvera, na Península, todas as outras formas musicais. Se a época romântica de Donizetti ou Bellini, ou a dos compositores “buffos” do século XVIII já havia sido superada, encontrava-se a Itália sob o fascínio das obras melodramáticas de Verdi. Os maiores sucessos do grande compositor já se haviam firmado com **Rigoletto, Traviata, Força do Destino e Dom Carlos**, e preparava-se então, para o grande triunfo de **Aída**, composta a pedido do quediua do Egito para as festas de inauguração do Canal de Suez e estreada no Cairo em 1871. Nesse ambiente operístico por excelência, Carlos Gomes ia sentir-se bem à vontade.

Andava a procura de assunto para a sua ópera de estréia na Itália, quando lhe caiu às mãos uma tradução do célebre romance de Alencar. Tudo no **Guarani** lhe pareceu adequado a uma ópera: amor, intriga, inveja, traição, cenas descritivas de grande beleza e um profundo sentido épico e heróico. Encomendou o libreto a certo Antonio Scavini, que se apressou em explicar ao público italiano que o drama “fu tratto dello stupendo romanzo dello stesso titolo del celebre scrittore brasiliano José de Alencar”, julgando-se ainda no dever de informar o significado dos nomes **guarani** e **aimoré**, que aparecem com freqüência no drama: “sono quelli di due fra le tante tribù indigene che occupavano le varie parti del territorio brasiliano prima che i portoghese vi appodrasero per introdurvi la civilizzazione europea”. Seus parcos conhecimentos da história do Brasil levaram-no a ver em D. Antônio Mariz “um dos primeiros que governaram o país em nome do rei de Portugal”. No libreto, a sinistra figura de Loredano, do romance, foi substituída, pois não seria de bom-tom apresentar ao público italiano uma ópera na qual o único personagem a desempenhar um papel execrável fosse um italiano... Libretista e compositor, de comum acordo, transformaram-no em Gonzalez, “aventureiro espanhol”...

Embora houvesse escrito outras óperas bem superiores ao **Guarani** (especialmente **Fosca e Maria Tudor**), Carlos Gomes ficou sendo, no consenso popular, simplesmente o autor do **Guarani**. Já o próprio compositor se queixava do que lhe parecia uma injustiça, como se depreende de carta escrita ao Visconde de Taunay comentando o pedido para representação do **Guarani** numa das capitais de província: “Por que só o **Guarani** e sempre o **Guarani**, como se eu não tivesse escrito mais nada?” Mas fosse pelo que fosse, o assunto bem brasileiro, a popularidade do romance de Alencar ou por qualquer outro motivo, a verdade é que o **Guarani** fez eclipsar todas as outras óperas do compositor, tendo sido a única, até agora, a merecer as honras de uma gravação integral. No

entanto, a encenação nas temporadas líricas paulistanas de 1977 e 1978 revelou, através de **Salvador Rosa** e especialmente de **Maria Tudor**, um Carlos Gomes que ainda não conhecíamos e que convém seja mais divulgado. (21-9-1979).

17. EM MEMÓRIA DE REYNALDO CARNEIRO PESSOA

Quando dele ainda tanto se podia esperar, pois em pleno vigor dos anos, faleceu no início de setembro, na capital do Estado, após prolongada e tenaz enfermidade, o Professor Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, uma das mais destacadas e expressivas figuras do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Amigo e companheiro de muitos anos, pois juntos trabalhamos não só na Universidade, mas também na Escola de Sociologia e Política, guardo dele as melhores recordações e é com profundo pesar que o evoco nestas linhas, pois, por motivo de viagem, não tive oportunidade de me manifestar quando de seu passamento, do qual só vim a saber tardiamente. Bom colega, bom amigo e bom companheiro, é o que melhor dele posso dizer numa síntese afetiva. Por tudo isso, era dos mais queridos no Departamento de História da Universidade de São Paulo, dos mais procurados pelos carentes de orientação para suas carreiras.

Embora viesse com freqüência a Campinas (aqui reside um seu irmão, o Engenheiro Enildo Pessoa, figura de projeção na vida da cidade), apenas uma vez teve oportunidade de falar aos nossos estudantes do curso de História, numa das tradicionais “Semanas de Estudos Históricos” que, durante tantos anos, assinalaram a vida universitária campineira. Todavia, marcou sua presença em nossa Universidade, porquanto dois dos mais destacados dentre os seus professores — Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci e Ersio Lensi — ficaram-lhe devendo a orientação para o doutorado e o mestrado. Aliás, diga-se em abono de nossa Universidade, que de todos os orientandos de Reynaldo Pessoa, Maria Lúcia Rangel Ricci foi a primeira a obter o grau de doutor pela Universidade de São Paulo. E a orientação segura que recebeu está-lhe servindo atualmente para as funções que exerce na Universidade Metodista de Piracicaba, onde coordena os cursos de pós-graduação. Quanto a Ersio Lensi, sua tese, em fase de acabamento, infelizmente já não será vista pelo mestre e deverá passar a outras mãos por certo igualmente seguras.

Reynaldo foi um dos bons colaboradores do saudoso Eurípedes Simões de Paula na sua **Revista de História**, em cujas páginas comparecia com relativa freqüência, ora com artigos, ora com resenhas bibliográficas. E, ainda por incumbência de Simões de Paula, organizou a série **Textos e Documentos**, na qual uns cinco ou seis títulos foram editados. Vinculado a alguns movimentos editoriais, a bibliografia de Reynaldo Pessoa

inclui, além de diversos opúsculos, precioso textuário sobre a República, indispensável a quem quiser estudar o pensamento republicano no Brasil, por reunir, criteriosamente escolhidos, diversos documentos até então de difícil acesso. Foi uma pena não tivesse publicado sua tese de doutoramento, que bem conheci, pois tive o privilégio de integrar a comissão examinadora que a julgou. Se um dia vier a ser editada, constituirá excelente subsídio para a história da República. (12-10-1979.)

18. O LIBRETO DE “O ESCRAVO”

A encenação na temporada lírica de São Paulo, no corrente ano, da última ópera de Carlos Gomes — “O Escravo” (“Lo Schiavo”) — num excelente espetáculo, pelo que me informaram, pois por motivo de viagem não tive oportunidade de assistir a ele, propiciou a diversos cronistas da imprensa paulistana escreverem sobre o libreto da belíssima ópera, salientando todas as suas incongruências e sua incrível mediocridade. Aliás, diga-se de passagem, este é um dos pontos fracos da ópera do século XIX, notadamente da italiana, com as raras e honrosas exceções que felizmente sempre existem. O próprio Verdi foi vítima de maus libretistas e muitas de suas obras são seriamente prejudicadas pela má qualidade dos textos. Apenas nas suas duas últimas óperas — Otelo e Falstaff — pode o grande compositor contar com a colaboração de um poeta de gênio (e também compositor) como Arrigo Boito, que lhe forneceu dois libretos, verdadeiras obras-primas.

O libreto de “Lo Schiavo” é, com efeito, dos mais tolos de quantos têm sido escritos. E o pior, no caso, é que a esse verdadeiro monstro acha-se associado o nome do Visconde de Taunay ! Todavia, é fácil explicar o que houve. De fato, a idéia original de “Lo Schiavo” foi sugerida a Carlos Gomes pelo autor de “Inocência”. Estávamos em plena campanha abolicionista. Taunay lembrou que Carlos Gomes poderia pôr seu estro a serviço da nobre causa, compondo uma ópera em que o assunto fosse a escravidão. Taunay forneceu-lhe mesmo os lineamentos gerais de como deveria ser o libreto. Mas não o escreveu. O texto italiano foi encomendado a certo Rodolfo Paravicini, o qual, completamente ignorante da história brasileira, produziu a maior moxinifada que se possa imaginar. Basta dizer, o “escravo”, que, pelo próprio espírito da obra, deveria ser um negro (pois este é que estava para ser libertado), foi transformado em índio tamoio e a cena, que devera passar-se no século XIX, deslocada para meados do século XVI, passando-se um ato inteiro nos jardins de uma condessa francesa, em Niterói, e utilizando, como ambientação histórica, a confederação dos tamoios. O primeiro ato passa-se numa “fattoria del Conte Rodrigo presso il fiume Parahyba”, região que, na época, nem sequer havia sido descoberta...; o segundo,

num “elegantíssimo chiosco ottangolare nei giardini della Contessa Boissy” (dama francesa de alta linhagem, adepta de Coligny...); o terceiro, numa “immensa foresta presso a Giacarepagua” (Jacarepaguá) e o último, num “altipiano rocoso a Guanabara”. Neste ato, encontra-se o mais belo trecho orquestral de Carlos Gomes: o “intermezzo” conhecido por “Alvorada”, no qual o compositor procura descrever o amanhecer numa floresta brasileira.

Vale a pena ler, a propósito, o protesto do Visconde de Taunay contra as deformações do enredo por ele idealizado. O enredo de Taunay é sóbrio, congruente, não merecendo a distorção que lhe deu o libretista italiano. O protesto de Taunay publicado na Itália, pode ser lido, em tradução, no livro **Dous artistas máximos. José Maurício e Carlos Gomes**, volume póstumo editado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo em 1930 (págs. 120/126). Entretanto, o libreto continua sendo editado como “dramma lirico in quattro atti de Alfredo Taunay e Rodolfo Paravicini”...

19. SIGNIFICATIVA DATA PORTUGUESA

Em data de hoje (5 de outubro), do ano de 1910, portanto há quase setenta anos, proclamava-se a República em Portugal, pondo fim a um dos Estados monárquicos mais antigos da Europa. Surgido das heróicas lutas da Reconquista, o pequenino condado portugalense doado como feudo pelo rei de Aragão a Henrique de Borgonha (Bourgogne) em fins do século XI, desenvolveu-se, ampliou-se e firmou sua independência em pé de igualdade com os outros reinos da Península Ibérica. Expandiu-se para o sul, com a conquista do Algarve, adquirindo desde logo a feição cartográfica que até hoje possui. Resistiu a crises difíceis que fizeram perigar sua independência, como, por exemplo, após o falecimento do último rei da dinastia de Borgonha. É a “procelosa tempestade” com “noturna sombra e sibilante vento”, após a qual se seguiu “serena claridade removendo o temor do pensamento”, a que se referia Camões no início do canto quarto de seu poema imortal. De fato, o movimento que elevou ao trono o Mestre de Avis, vencendo as pretensões castelhanas em Aljubarrota — e que os portugueses orgulhosamente consideram a primeira revolução burguesa da Europa — abriu novos rumos ao Estado lusitano, assinalando mesmo a segunda independência de Portugal — “esperança de porto e salvamento”, ainda na evocação camoniana.

Se Borgonha foi a dinastia da consolidação, Avis foi a da expansão, com a epopéia gloriosa dos descobrimentos, mas, tal como a primeira, teve um fim melancólico, não resistindo à outra grande crise, implicando desta vez na dominação espanhola, que se estendeu por sessenta anos, único hiato na história portuguesa. Mas eis que outro João restaura a independência lusitana,

criando a casa de Bragança, que chegou até o nosso século e à qual se ligam nossos dois imperadores e, obviamente, toda a casa imperial brasileira. Também esta teve fim melancólico, agravado pelas crises políticas da segunda metade do século passado, quando os longos governos de D. Maria II, de D. Luís e de D. Carlos não foram capazes de moderar do Reino a rédea nem sempre leve... Aliás, as crises vinham praticamente da Revolução do Porto, de 1820, agravadas após a morte de D. João VI, quando D. Pedro IV (o nosso primeiro imperador) não teve condições de assumir pessoalmente o trono português, abdicando em favor de sua filha, então com apenas sete anos, e permitindo o “intermezzo” miguelista, de tristes recordações na história lusitana. E o final melancólico culmina com a própria morte de D. Carlos, assassinado a 1º de fevereiro de 1908. Seu sucessor, D. Manuel II, não teve como conter o movimento republicano, que se acentuara com o caráter revolucionário desde fins do século passado, não durando nem três anos, pois a 5 de outubro de 1910 era deposto com a proclamação da República. Exilado na Inglaterra, aí faleceu em 1932, com pouco mais de quarenta anos.

Não sei como a moderna historiografia portuguesa periodiza o regime republicano que se implantou em 1910 e como julga o período que precedeu ao salazarismo, ou seja, seus primeiros vinte anos. Valeria a pena conhecer para uma apreciação mais real e menos romântica da história e da vida de um país que politicamente tanto tem sofrido, mas que, mesmo nos momentos melancólicos de sua crônica, não perde a esperança no cumprimento do alto e honroso destino que um dia se propôs. (5-10-1979.)

*

*

*

ÍNDICE DOS NÚMEROS 94 a 97, ANO XI, 1979.

- 94 – janeiro/março – págs. 1 a 80
- 95 – abril/junho – págs. 81 a 156
- 96 – julho/setembro – págs. 157 a 208
- 97 – outubro/dezembro – págs. 209 a 300.

criando a casa de Bragança, que chegou até o nosso século e à qual se ligam nossos dois imperadores e, obviamente, toda a casa imperial brasileira. Também esta teve fim melancólico, agravado pelas crises políticas da segunda metade do século passado, quando os longos governos de D. Maria II, de D. Luís e de D. Carlos não foram capazes de moderar do Reino a rédea nem sempre leve... Aliás, as crises vinham praticamente da Revolução do Porto, de 1820, agravadas após a morte de D. João VI, quando D. Pedro IV (o nosso primeiro imperador) não teve condições de assumir pessoalmente o trono português, abdicando em favor de sua filha, então com apenas sete anos, e permitindo o “intermezzo” miguelista, de tristes recordações na história lusitana. E o final melancólico culmina com a própria morte de D. Carlos, assassinado a 1º de fevereiro de 1908. Seu sucessor, D. Manuel II, não teve como conter o movimento republicano, que se acentuara com o caráter revolucionário desde fins do século passado, não durando nem três anos, pois a 5 de outubro de 1910 era deposto com a proclamação da República. Exilado na Inglaterra, aí faleceu em 1932, com pouco mais de quarenta anos.

Não sei como a moderna historiografia portuguesa periodiza o regime republicano que se implantou em 1910 e como julga o período que precedeu ao salazarismo, ou seja, seus primeiros vinte anos. Valeria a pena conhecer para uma apreciação mais real e menos romântica da história e da vida de um país que politicamente tanto tem sofrido, mas que, mesmo nos momentos melancólicos de sua crônica, não perde a esperança no cumprimento do alto e honroso destino que um dia se propôs. (5-10-1979.)

*

*

*

ÍNDICE DOS NÚMEROS 94 a 97, ANO XI, 1979.

- 94 – janeiro/março – págs. 1 a 80
- 95 – abril/junho – págs. 81 a 156
- 96 – julho/setembro – págs. 157 a 208
- 97 – outubro/dezembro – págs. 209 a 300.

ÍNDICE DE AUTORES

- ANDRADA E SILVA, Raul — Eurípedes e a ANPUH, 15.
- ANDRADA E SILVA, Raul de — Frei Vicente do Salvador, 96.
- ATHAYDE, Tristão de — Peripécias religiosas, 242.
- BRUNO, Ernani Silva — História de uma nota só, 245.
- CARVALHO, Roberto Machado — O centenário de Francisco Nardy Filho, 234.
- CASTRO, Teresinha de — Posição do Brasil face à Antártica, 195.
- COIMBRA, Álvaro da Veiga — Júlio Meili, 86.
- DAMANTE, Hélio — Rio Branco, das Missões ao Conclave, 125.
- DEBES, Célio — Capistrano de Abreu, 90.
- DONATO, Hernâni — Vem a abolição? adiemos a abolição, 247.
- DREYS, Nicolau — Populações indígenas do Rio Grande do Sul, 198.
- FALBEL, Nachman — Eurípedes Simões de Paula e a criação do Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo, 42.
- FERRAZ, Arrison de Souza — Oliveira Lima, 100.
- FERREIRA, Júlio Andrade — Otoniel Mota, talento multiforme, 221.
- FRANÇA, Eduardo d'Oliveira — Discurso em homenagem a Eurípedes Simões de Paula, 5.
- FREITAS, Divaldo Gaspar de — Serafim Leite, 102.
- JOÃO DE CONSTANTINOPLA — A primeira condição da salvação, 145.
- LODI, Nilce A. — Cartas de uma inglesa sobre a Bahia, 161.
- MAQUIAVEL — Os perigos da neutralidade, 201.
- MATOS, Odilon Nogueira de — A Epifania como tema musical, 146.
- MATOS, Odilon Nogueira de — A morte de um dos “seis”, 285.
- MATOS, Odilon Nogueira de — A propósito de “O Guarani”, 287.
- MATOS, Odilon Nogueira de — A responsabilidade dos historiadores paulistas, 148.
- MATOS, Odilon Nogueira de — A Universidade Católica de Campinas e os simpósios de História, 19.

FILH

- MATOS, Odilon Nogueira de — A viagem do velho Roosevelt, 154.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Academia Paulista de História, 81.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Ainda o passado paulistano, 150.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Bibliografia de Eurípedes Simões de Paula, 53.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Bibliografia dos reláto de viagem de Saint-Hilaire, 216.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Bibliografia florenciana, 157.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Bicentenário de Saint-Hilaire, 209.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Centenário de Respighi, 270.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Coleção “Revista de História”, 50.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Com “de” e sem “de”, 153.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Crônica francana, 256.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Dois Vicentes num só nome, 152.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Em memória de Reynaldo Carneiro Pessoa, 289.
- MATOS, Odilon Nogueira de — “Entre cachorros, encontrei-te, amigo”, 155.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Eurípedes Simões de Paula, 1.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Francisco Nardy Filho, 202.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Hércules Florence e o Visconde de Taunay, 205.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Interesse pelo passado paulistano, 149.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Maria Dusá, 206.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Minha iniciação florenciana, 204.
- MATOS, Odilon Nogueira de — O chapadismo de “Maria Dusá”. 207.
- MATOS, Odilon Nogueira de — O libreto de “O Escravo”, 290.
- MATOS, Odilon Nogueira de — O maestro que popularizou o erudito, 286.
- MATOS, Odilon Nogueira de — O processo revolucionário, 284.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Raposo Tavares no Amazonas, 282.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Significativa data portuguesa, 291.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Um nome que não pode desaparecer, 135.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Uma grande realização: a “Revista de História”, 46.
- MATOS, Odilon Nogueira de — Vitor de Azevedo, 281.
- OLIVEIRA, Veloso de — Como se deve regular e distribuir a povoação no Brasil, 278.

- PAULA, Rubem Descartes de — Carta-circular sobre o livro “Religião, uma criação da humanidade”, 186.
- PINHEIRO, J. C. Fernandes — Franceses no Rio de Janeiro, 142.
- PINHO, Clemente Segundo — A interpenetração cultural romano-germânica, 138.
- PINKUSS, Fritz — Carta sobre o “Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo”, 185.
- PIRES, Mário — Sesquicentenário de José de Alencar, 251.
- PUPO, Benedito Barbosa — A Vila Industrial no começo do século, 191.
- PUPO, Celso Maria de Melo — Calógeras atualíssimo, 118.
- PUPO, Celso Maria de Melo — Nota sobre o centenário da Viscondessa de Campinas, 272.
- SALVADOR, José Gonçalves — O Rio visto por um americano em 1835, 274.
- SEGURADO, Milton Duarte — Um professor de Juiz de Fora, 184.
- SIMÕES DE PAULA, Eurípedes — Alguns aspectos da decadência do Império Romano, 69.
- SIMÕES DE PAULA, Eurípedes — As conseqüências da introdução do Cristianismo na Rússia, 57.
- SIMÕES DE PAULA, Eurípedes — As rotas do estanho, 72.
- SIMÕES DE PAULA, Eurípedes — Depoimento de um oficial da FEB, 76.
- SIMÕES DE PAULA, Eurípedes — O IV século e a decadência do Império, 66.
- SIMÕES DE PAULA, Eurípedes — Roma e sua civilização na Tingitânia, 61.
- SIMÕES DE PAULA, Eurípedes — São Paulo em 1872, 74.
- VIOTTI, Pe. Hélio Abranches — Padre Rafael Galanti, 122.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

(por ordem de autor)

- ABREU, Hugo — O outro lado do poder, 262.
- BALHANA, Altiva P. — Santa Felicidade, uma paróquia vêneta no Brasil, 128.
- BUESCU, Mircea — Brasil: disparidades de renda no passado, 263.
- CADERNOS do Centro de Estudos Rurais e Urbanos — nº 11, 129.

CENTRO de Estudos Portugueses da Universidade de São Paulo (Boletim do),
130.

DUARTE, Abelardo – Folclore negro das Alagoas, 130.

ESTUDOS Ibero-Americanos – vol. IV nº 1, 131.

FREIXEIRO, Fábio – Alencar, os bastidores e a posteridade, 263.

GEOGRAFIA – vol. 3 nº 5, 132.

HORIZONTE – nºs 2 e 3, 132.

LAPA, J. R. do Amaral – Livro da Visitação do Santo Ofício ao Estado do
Grão-Pará, 133.

LEME, Marisa Saens – A ideologia dos industriais brasileiros, 264.

NUNES, Maria Thetis – História de Sergipe, 264.

PANG, Eul-Soo – O Engenho Central do Bom Jardim na economia baia-
na, 266.

PATTON JR., Gen. George – A guerra que eu vi, 266.

REVISTA do Instituto do Ceará – nº 97, 134.

RODRIGUES, Olao – História da Imprensa de Santos, 267.

ROMERO, Sílvio – Realidades e ilusões no Brasil, 268.

SANTOS, Joaquim Felício – Memórias do Distrito Diamantino, 268.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos – Cidadania e Justiça, 268.

TEMPO Universitário – vol. 1/nº 1, 134.

TEXTOS E TRANSCRIÇÕES

CASTRO, Teresinha de – Posição do Brasil face à Antártica, 195.

DREYS, Nicolau – Populações indígenas do Rio Grande do Sul, 198.

INDEPENDÊNCIA da Grécia, 280.

JOÃO DE CONSTANTINOPLA – A primeira condição da salvação, 145.

MAQUIAVEL – Os perigos da neutralidade, 201.

OLIVEIRA, Veloso de – Como se deve regular e distribuir a povoação no Brasil, 278.

PINHEIRO, J. C. Fernandes – Franceses no Rio de Janeiro, 142.

PINHO, Clemente Segundo – A interpenetração cultural romano-germânica, 138.

SALVADOR, José Gonçalves – O Rio visto por um americano em 1835, 274.

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Capistrano de Abreu, 90.

Francisco Nardy Filho, 202.

Júlio Meili, 86.

Oliveira Lima, 100.

Pandiá Calógeras, 118.

Rafael Galanti (Padre), 122.

Rio Branco (Barão do), 125.

Serafim Leite (Padre), 102.

Vicente do Salvador (Frei), 96.

Vítor de Azevedo, 281.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Abolição – 247.

Academia Paulista de História – 81.

Alberto Faria – 153.

Alberto Faria – 153.

Almir de Oliveira – 184.

Antártica (Interesses brasileiros na) – 195.

Associação Nacional dos Professores Universitários de História – 15 e 19.

Bahia – 161.

Belmiro Braga – 155

Capistrano de Abreu – 90

Carlos Gomes – 287 e 298.

Centros de Estudos Judaicos – 42 e 185.

Chapada Diamantina – 207 e 268.

Coleção “Revista de História” – 50.

Cristianismo na Rússia – 57.

Epifania – 146.

Escravo, O (ópera) -- 290.

Eurípedes Simões de Paula – todo o fasc. 94.

Expedição Langsdorff – 204.

Força Expedicionária Brasileira – 76.

Fountain E. Pitts – 274.

Franca – 256.

Franceses no Rio de Janeiro – 138.

Francisco Nardy Filho – 202 e 234.

Grupo dos “Seis” (O) – 285.

Guarani (ópera) – 287.

Hércules Florence – 204.

História da música – 14, 146, 285, 287, 270 e 290.

História de Portugal – 291.

História ibérica – 138.

História medieval – 138.

História romana – 61, 66 e 69.

Historiografia brasileira (vultos da) – fasc. 95.

Imprensa Fluminense (Praça) – 135.

Indígenas (Populações) – 198.

José de Alencar – 251.

Júlio Meili – 86.

- Kindersley (Mrs.) – 161.
- Lindolfo Rocha – 206 e 207.
- Maria Dusá – 206 e 207.
- Mayrink (Conselheiro) – 269.
- Oliveira Lima – 100.
- Otoniel Mota – 221.
- Ottorino Respighi – 270.
- Pandiá Calógeras – 118.
- Política – 195, 262 e 268.
- Positivismo – 186.
- Povoamento – 198 e 278.
- Processo revolucionário – 284.
- Rafael Galanti (Padre) – 122.
- Raposo Tavares – 282.
- Religião – 145 e 186.
- República Portuguesa – 291.
- Revista de História – 46.
- Reynaldo Carneiro Pessoa – 289.
- Rio Branco (Barão do) – 125.
- Rio Grande do Sul – 198.
- Rotas do estanho – 72.
- Saint-Hilaire – 209 e 216.
- São Paulo (História de) – 74, 148, 149, 150.
- Serafim Leite (Padre) – 102.
- Sorocabana (Estrada de Ferro) – 269.
- Theodore Roosevelt – 154.
- Tingitânia – 51.
- Vicente de Paulo Vicente de Azevedo – 152.
- Vicente do Salvador (Frei) – 96.
- Vila Industrial – 59.
- Visconde de Taunay – 205.
- Viscondessa de Campinas – 272.
- Vitor de Azevedo – 281 e 282.

